



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUÍSTICA E PRÁTICAS SOCIAIS
LINHA DE PESQUISA: LINGUÍSTICA APLICADA

JOSÉ ERIC DA PAIXÃO MARINHO

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A SINTAXE DO PORTUGUÊS DO BRASIL EM
GRAMÁTICAS DO PERÍODO CIENTÍFICO (1880-1920): UMA ABORDAGEM
HISTORIOGRÁFICA**

João Pessoa – Paraíba

2020

JOSÉ ERIC DA PAIXÃO MARINHO

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A SINTAXE DO PORTUGUÊS DO BRASIL EM
GRAMÁTICAS DO PERÍODO CIENTÍFICO (1880-1920): UMA ABORDAGEM
HISTORIOGRÁFICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

**Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo
Vieira**

João Pessoa – Paraíba

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M338c Marinho, José Eric da Paixão.

Considerações sobre a sintaxe do português do Brasil em gramáticas do período científico (1880-1920): uma abordagem historiográfica / José Eric da Paixão Marinho. - João Pessoa, 2020.
115 f.

Orientação: Francisco Eduardo Vieira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Português do Brasil; Sintaxe; Gramáticas. I. Vieira, Francisco Eduardo. II. Título.

UFPB/BC

JOSÉ ERIC DA PAIXÃO MARINHO

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A SINTAXE DO PORTUGUÊS DO BRASIL EM
GRAMÁTICAS DO PERÍODO CIENTÍFICO (1880-1920): UMA ABORDAGEM
HISTORIOGRÁFICA**

Data: 03/03/2020.

BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira (UFPB)



Examinadora interna: Prof.^a Dr.^a Maria del Pilar Roca Escalante (UFPB)



Examinador externo: Prof. Dr. Leonardo Gueiros da Silva (IF Sertão-PE)

Agradecimentos

À minha mãe, Rosemera, por sempre ter acreditado no meu potencial e ter lutado junto comigo para que todos meus sonhos pudessem se tornar realidade. Graças aos seus esforços, foi possível que eu chegasse aqui e concluísse mais essa etapa na minha vida acadêmica.

Não menos importante, ao meu pai, José, que junto com minha mãe lutou para que eu tivesse boas condições para ter bases para usufruir de educação de qualidade.

A Leandro, por ter me apoiado e me confortado em todas as situações que foram necessárias no decorrer desses dois anos. E por me fazer acreditar no meu potencial.

A todos os professores que de várias maneiras marcaram minha trajetória, em especial aos professores Rubens Lucena e Carla Reichmann (PROLING/UFPB), que me proporcionaram novos e valiosos conhecimentos durante as disciplinas que cursei no decorrer do mestrado.

À professora Maria del Pilar Roca Escalante, que, além de aceitar fazer parte da banca de defesa desta dissertação, me ensinou muito sobre a história dos estudos da linguagem desde os primórdios.

E não menos importante, ao professor Francisco Eduardo Vieira, que aceitou me orientar neste trabalho de dissertação. Gostaria de dizer que foi muito gratificante o processo de orientação, que não tenho palavras para dizer o quão importante foi os seus esforços para me guiar numa área que até então era nova para mim e fazer minha vontade por pesquisa crescer ainda mais.

À professora Betânia Medrado, por ser meu primeiro exemplo de professor pesquisador.

Aos amigos que fiz durante a minha caminhada na graduação e que continuaram comigo na pós-graduação: Janine e Massilon. Figuras importantes que sempre estiveram presentes na minha caminhada e me ajudaram a superar momentos difíceis na minha trajetória acadêmica.

À Capes, pelo fomento à pesquisa que ajudou bastante na realização deste trabalho.

A todos os membros do HGEL, em especial Natássia e Emily, pela amizade e pelas inúmeras conversas que me ajudaram na realização desta pesquisa.

RESUMO

A discussão sobre a existência de uma língua portuguesa do Brasil não é algo recente. No que diz respeito à gramaticografia brasileira, Cavaliere (2014) e Coelho et al. (2014) apontam para a aparição dos primeiros dados sintáticos do português do Brasil nas gramáticas produzidas no período dito “científico”, entre 1880 e 1920. Gramáticos deste período, como Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1887), Pacheco & Lameira (1887) e Carneiro Ribeiro (1890), motivados por fatores políticos, sociais e linguísticos, já assinalavam a existência das particularidades da língua dos brasileiros em suas obras. Após realizar um mapeamento das gramáticas produzidas no século XIX e verificar, através de um processo pré-analítico, que, de fato, as primeiras aparições significativas de dados sintáticos do português do Brasil ocorrem nas gramáticas produzidas a partir de 1881, almejamos, nesta dissertação de mestrado, investigar o tratamento dado às especificidades sintáticas do português do Brasil em gramáticas do período dito científico (1880 a 1920). Tomamos como fontes da pesquisa as seguintes gramáticas: Ribeiro (1881), Pacheco & Lameira (1887), Ribeiro (1887; 1887 [1889]), Alves (1897), Pereira (1907), Gomes (1913 [1887]), Maciel (1914 [1890]), e Carneiro Ribeiro (1915 [1890]). Para alcançar tal objetivo, será utilizado o arcabouço teórico-metodológico da Historiografia da Linguística, com base nos textos de Koerner (1996; 2014; 2016), Swiggers (2010; 2013), Altman (2004) e Batista (2013), que nos auxiliarão, juntamente às fontes secundárias (VIEIRA, 2018; BORGES NETO, 2018; POLACHINI, 2018; entre outros), na reconstrução e discussão do clima de opinião da época e suas possíveis influências no tratamento dado às especificidades sintáticas do português do Brasil nas gramáticas selecionadas para análise. Os resultados mostram que, apesar de uma crescente retórica em favor dos processos evolutivos da língua e uma maior aparição das especificidades do português do Brasil nas fontes selecionadas, o tratamento sintático dado a tais especificidades, em sua maioria, se configura de modo proibitivo e a partir de uma perspectiva de inferioridade à norma lusitana, prescrita e idealizada.

Palavras-chaves: Português do Brasil; Sintaxe; Gramáticas.

ABSTRACT

The discussion about the existence of a Portuguese language from Brazil is not recent. With regard to Brazilian grammar, Cavaliere (2014) and Coelho et al. (2014) point to the appearance of the first syntactic data of Brazilian Portuguese in grammars produced in the so-called “scientific” period, between 1880 and 1920. Grammars of this period, such as Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1887), Pacheco & Lameira (1887) and Carneiro Ribeiro (1890), motivated by political, social and linguistic factors, already pointed to the existence of the particularities of the language of Brazilians in their works. After performing a mapping of grammars produced in the nineteenth century, and verifying through a pre-analytic process that, in fact, the first significant appearances of syntactic data from Brazilian Portuguese occur in grammars produced from 1881, we aim in this dissertation to investigate the treatment given to the syntactic specificities of Brazilian Portuguese in grammars of the scientific period (1880 to 1920). We took as research object for this study the following grammars: Ribeiro (1881), Pacheco & Lameira (1887), Ribeiro (1887; 1887 [1889]), Alves (1897), Pereira (1907), Gomes (1913 [1887]), Maciel (1914 [1890]), e Carneiro Ribeiro (1915 [1890]). To achieve this goal, the theoretical-methodological framework of the Historiography of Linguistics will be used, based on the studies of Koerner (1996; 2014; 2016), Swiggers (2010; 2013), Altman (2004) and Batista (2013), along with the secondary sources (VIEIRA, 2018; BORGES NETO, 2018; POLACHINI, 2018; among others), in the reconstruction and discussion of the opinion climate of the time and its possible influences on the treatment given to the syntactical specificities of Brazilian Portuguese in grammars selected for parsing. The results show that, despite a growing rhetoric in favor of language evolutionary processes and a greater appearance of the specificities of Brazilian Portuguese in the selected sources, the syntactic treatment given to such specificities is mostly prohibitive and from a perspective of inferiority to the prescribed and idealized Lusitanian norm.

Keywords: Brazilian Portuguese; Syntax; Grammars.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapeamento das gramáticas produzidas no século XIX	34
Quadro 2 – Fontes primárias selecionadas para a pesquisa	35
Quadro 3 – A avaliação dos dados sintáticos do português do Brasil em Ribeiro (1881)	75
Quadro 4 – A avaliação dos dados sintáticos do português do Brasil em Ribeiro (1889 [1887])	80
Quadro 5 – A avaliação dos dados sintáticos do português do Brasil em Ribeiro (1920 [1887])	85
Quadro 6 – A avaliação dos dados sintáticos do português do Brasil em Pacheco & Lameira (1887)	88
Quadro 7 – A avaliação dos dados sintáticos do português do Brasil em Gomes (1913 [1887])	92
Quadro 8 – A avaliação dos dados sintáticos do português do Brasil em Maciel (1914 [1894])	98
Quadro 9 – A avaliação dos dados sintáticos do português do Brasil em Pereira (1907)	104
Quadro 10 – Sistematização da análise de todas as menções à sintaxe do português apresentadas neste capítulo	105

LISTA DE EXCERTOS

Excerto 1 – Sentenças interrogativas em que se pospõe o pronome sujeito ao verbo (RIBEIRO, 1881)	72
Excerto 2 – Pronome acusativo em relação subjetiva (RIBEIRO, 1881)	72
Excerto 3 – Uso do pronome oblíquo <i>mim</i> no português do Brasil (RIBEIRO, 1881)	73
Excerto 4 – Uso de pronome substantivo em relação subjetiva no português do Brasil (RIBEIRO, 1881)	73
Excerto 5 – Substituição do verbo <i>haver</i> por <i>ter</i> no português do Brasil (RIBEIRO, 1881)	74
Excerto 6 – Uso de dupla negativa no português do Brasil (RIBEIRO, 1881)	75
Excerto 7 – Uso de pronome interrogativo no português do Brasil (RIBEIRO, 1889 [1887])	78
Excerto 8 – Sistematização dos brasileirismos sintáticos (RIBEIRO, 1889 [1887]) ...	79
Excerto 9 – O uso de pronome interrogativo no português do Brasil (RIBEIRO, 1920 [1887])	83
Excerto 10 – Colocação do pronome oblíquo no início de frases do português do Brasil (RIBEIRO, 1920 [1887])	84
Excerto 11 – Uso do pronome pessoal <i>ele</i> , <i>ela</i> , <i>eles</i> e <i>elas</i> como objeto do verbo (RIBEIRO, 1920 [1887])	84
Excerto 12 – O uso de pronome em relação objetiva em inícios de frase no português do Brasil (PACHECO & LAMEIRA, 1887)	87
Excerto 13 – O emprego da preposição <i>na</i> e do pronome sujeito pelo objeto no português do Brasil (PACHECO & LAMEIRA, 1887)	87
Excerto 14 – O uso do verbo <i>ter</i> no sentido de <i>haver</i> no português do Brasil (GOMES, 1913 [1887])	91
Excerto 15 – Síntese de dados sintáticos da língua portuguesa do Brasil da <i>Grammatica Portugueza</i> (GOMES, 1913 [1887])	91
Excerto 16 – O emprego do advérbio <i>mais</i> como elemento de reforço em frases negativas no português do Brasil (CARNEIRO RIBEIRO, 1915 [1890])	95
Excerto 17 – A concordância do verbo <i>haver</i> no português do Brasil (MACIEL, 1914 [1894])	97

Excerto 18 – O uso da dupla negativa no português do Brasil (MACIEL, 1914 [1894])	97
Excerto 19 – Usos sintáticos do português do Brasil (MACIEL, 1914 [1894])	97
Excerto 20 – O uso do pronome substantivo em função objetiva no português do Brasil (PEREIRA, 1907)	102
Excerto 21 – A posposição de pronome oblíquo ao advérbio <i>não</i> entre escritores brasileiros (PEREIRA, 1907)	103

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

HL	Historiografia da Linguística
PTG	Paradigma Tradicional de Gramatização
CEDOCH	Centro de Documentação em Historiografia da Linguística
HGEL	Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas
GPeHLP	Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA: AS BASES TEÓRICAS DA PESQUISA	20
2.1. Historiografia da Linguística: crônica ou narrativa?	20
2.2. Modelos para interpretação da história das ciências: paradigmas, ciosuras e retórica revolucionária.....	22
2.3. As dimensões interna e externa da pesquisa em Historiografia da Linguística ..	28
2.3.1. Dimensão interna: o tratamento das fontes	29
2.3.2. Dimensão externa: o clima de opinião e a retórica revolucionária.....	29
3. O DESENHO METODOLÓGICO ADOTADO NA PESQUISA	31
3.1. Periodização adotada	31
3.2. Escolha das fontes: gramáticas produzidas no Brasil entre 1880 e 1920	32
3.2.1. Critérios adotados na escolha das fontes.....	32
3.2.2. Selecionando as fontes primárias e secundárias	32
3.3. Princípios da pesquisa em Historiografia da Linguística.....	37
3.4. Parâmetros de análise adotados.....	38
4. CARACTERIZANDO O PERÍODO CIENTÍFICO (1880-1920): ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E LINGUÍSTICOS	40
4.1. A tradição greco-latina: o aparato prescritivo-normativo e a relação de influência na gramatização das línguas modernas.....	40
4.2. Clima de opinião do século XIX: algumas transformações no Brasil do período	50
4.3. Júlio Ribeiro e a liderança intelectual.....	51
4.4. Fausto Barreto e a liderança organizacional	54
4.5. <i>Rascunhos sobre a Grammatica da Língua Portuguesa</i> (1881), de Baptista Caetano de Almeida Nogueira: considerações sobre a sintaxe do português do Brasil no século XIX	56
4.5.1. A análise do primeiro bloco de Nogueira (1881)	59
4.5.2. A análise de excertos extraídos do segundo bloco de Nogueira (1881)	62
4.6. A inserção do português do Brasil em gramáticas do período científico	66
5. A SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL EM GRAMÁTICAS DO PERÍODO CIENTÍFICO	70
5.1. <i>Grammatica Portuguesa</i> (1881), de Júlio Ribeiro	70
5.2. <i>Grammatica Portuguesa – 3º anno</i> (1889 [1887]), de João Ribeiro	76
5.3. <i>Grammatica Portuguesa – Curso superior</i> (1920 [1887]), de João Ribeiro	81

5.4. <i>Noções de Grammatica Portugueza</i> (1887), de Manuel Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade	85
5.5. <i>Grammatica Portugueza</i> (1913 [1887]), de Alfredo Gomes	89
5.6. <i>Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza</i> (1915 [1890]), de Ernesto Carneiro Ribeiro	93
5.7. <i>Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas</i> (1914 [1894]), de Maximino Maciel	95
5.8. <i>Segunda Grammatica da Infância</i> (1897), de Francisco Ferreira Vihena Alves	99
5.9. <i>Grammatica Expositiva – Adaptada ao 1o, 2o e 3o anno dos gymnasios</i> (1907), de Eduardo Carlos Pereira	101
5.10. Sistematização dos fenômenos sintáticos do português do Brasil mencionados nas gramáticas fontes da pesquisa e a avaliação feita pelos gramáticos	105
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS.....	111

1. INTRODUÇÃO

A busca pela identidade nacional, no cenário brasileiro, tem como marco fundamental o processo de Independência do Brasil, em 1822. Nesse contexto, o Brasil deixa de ser Colônia de Portugal e torna-se uma nação independente política e economicamente. Como consequência desse movimento de independência, se inicia no país uma série de movimentos que visavam apresentar o Brasil como uma nação independente e que viriam a influenciar a atmosfera cultural e intelectual da época.

Nesse processo de construção de identidade, no qual o Brasil pretendia se desvincular social, cultural e politicamente de Portugal, foi preciso repensar os sistemas político, social e linguístico para que essa independência de fato acontecesse, já que a Monarquia era vista como modelo de atraso e dependência. Desta forma, os representantes republicanos da época estavam entusiasmados por se depararem com os movimentos de luta contra o analfabetismo, pela ideia de educação para todos, pelo combate contra a imposição das influências europeias e, em particular, pela busca da valorização da língua nacional (FÁVERO; MOLINA, 2006).

Como apresentado acima, neste momento, também nasce a necessidade da construção de uma língua nacional, pois começaram a surgir movimentos em defesa da língua nacional brasileira, visto que já havia a intenção de apresentar o Brasil como independente de Portugal e já eram perceptíveis as diferenças existentes entre o português falado no Brasil e o português europeu (cf. NOLL, 2008).

Em 1824, pouco tempo após a Independência, o país viria a ganhar sua primeira constituição, influenciando a construção do sistema educativo da época. Tal influência aconteceu porque o projeto de Constituição¹ apresentava, no *art.* 179, os parágrafos: 32º, em que se lia “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”; e 33º, em que constava que a Constituição garante “colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas-letas e artes” (BRASIL, 1824). Essa Constituição se apresentava, assim, como o primeiro documento a garantir a instrução primária a todos os cidadãos.

Na década seguinte, ainda na busca pela consolidação do Estado Nacional e o fortalecimento do sistema educativo, foram criados o Colégio Pedro II, em 1837, e o Instituto Histórico e Geográfico, em 1838. O primeiro viria a exercer papel importante e

¹ O documento pode ser encontrado na íntegra em: <http://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf>. Data de acesso: 30/07/2018.

de influência no sistema educacional desenvolvido naquela época, pois era o único colégio a conferir o título de Bacharel em Letras, onde os alunos saíam aptos a ingressar nos cursos superiores, transformando, assim, o Colégio Pedro II em referência no sistema educacional.

Já no início da década seguinte, mais especificamente no final de 1840, surge o texto de Visconde Pedra Branca (1780-1855), que marca o início da discussão sobre a norma brasileira em contraposição ao português europeu. Para tanto, Pedra Branca, durante a discussão, “se valeu do campo fonológico, quando descreveu que o falar mais doce e ameno se relacionava ao Brasil, e do campo lexical, quando tratou, basicamente, das especificações semânticas e dos empréstimos indígenas”, além de apresentar as “línguas como reflexo das sociedades, conforme o pensamento determinista e evolucionista da época” (GURGEL, 2008, p. 11-12).

Em 1850, inaugurando a segunda metade do século XIX, a Economia também passou por mudanças, o que alimentou também a necessidade da criação desta identidade. Como aponta Franco (2004), um dos exemplos que mais esclarecem esta virada econômica foi a criação de portos brasileiros para, assim, facilitar o comércio com diversas nações. A criação destes portos provocou uma miscigenação das raças que povoavam o Brasil, alimentando “seus sentimentos de liberdade, de nacionalismo” (FRANCO, 2004, p. 94) e, como resultado, ajudando na obtenção de mais recursos para tornar o Brasil uma nação livre cultural, econômica e linguisticamente de seu colonizador.

Neste mesmo período, de acordo com Albuquerque & Cox (1999), como resultado do processo político e social que perpassava o país naquela época, as discussões sobre a língua portuguesa do Brasil resultaram nos embates entre separatistas e legitimistas. Neste ponto de vista, os separatistas, cientes das questões de léxico, sintaxe e morfologia, defendiam a diferenciação entre as línguas portuguesa do Brasil e de Portugal com objetivo de apresentar o português do Brasil como a língua oficial do país. Em contrapartida, os legitimistas visavam conservar o português clássico, ignorando, assim, as especificidades do português do Brasil do final do século XIX e início do XX.

As mudanças sociais que aconteceram no século XIX, ao influenciarem o “clima de opinião²” (cf. BECKER, 1932; KOERNER, 1996) do seu tempo, também acabaram

² Categoria de análise da Historiografia da Linguística que abordaremos mais à frente.

por influenciar a produção dos instrumentos linguísticos da época. Desta maneira, a fim de verificar como as questões sintáticas do português do Brasil foram pensadas e abordadas nos instrumentos normativos publicados no período científico (1880-1920) (CAVALIERE, 2014), decidimos analisar nesta pesquisa o instrumento *gramática*. Ademais, escolhemos tomar este tipo de instrumento linguístico como fonte por entender a importância destes para o processo de normatização das línguas vernáculas que ocorreu nos últimos séculos.

Para tanto, nos utilizaremos do conceito de *gramatização*, apresentado por Aurox (1992, p. 65), entendido como um “processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Além disso, o autor chama atenção para o fato de que a gramatização é um processo orientado pela vontade de conduzir uma variedade linguística a uma variedade linguística de prestígio, através da produção dos instrumentos linguísticos.

Ao estudar o processo de produção de gramáticas no século XIX em solo brasileiro, é necessário que se tenha em mente que este processo de gramatização sofreu influência de dois modelos teóricos: o modelo racionalista, em que as teses defendidas derivaram da gramática filosófica, e tinham finalidade pedagógica, se ocupando da educação linguística com teor normativo; e o modelo historicista, responsável por aplicar ao processo de gramatização da língua vernácula as teorias da linguística histórico-comparativas.

Nesta perspectiva, o novo modelo gramatical que surgia no Brasil no final do século XIX, o histórico-comparativo, compreende e aceita o processo de evolução e o apresenta como algo natural às línguas, diferindo do modelo que o precedeu, o racionalista, que prezava pela relação convencionada entre pensamento perfeito e língua perfeita, desconsiderando, assim, os processos evolutivos e de mudanças por que as línguas passavam.

A partir dessa nova visão do fazer gramatical, em 1881, é publicada a *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro. A obra de Ribeiro foi a primeira gramática brasileira a abordar especificidades sintáticas da língua portuguesa do Brasil. Dessa forma, ao tomarmos as especificidades sintáticas do português do Brasil em gramáticas do século XIX como objeto de estudo para esta dissertação, chegamos a nossa periodização.

A periodização adotada nesta pesquisa, de 1880 a 1920, corresponde ao período científico, no qual o modelo historicista se encontra. Escolhemos esta periodização com base na divisão apresentada por Cavaliere (2001), em que o autor divide o período científico em dois momentos: a fase fundadora, correspondente ao período de 1881 à segunda década do século XX; e a fase legatária, que abrange as duas décadas seguintes, encerrando em 1941. Desta forma, ao considerar que nos interessamos por investigar como os primeiros dados sintáticos do português do Brasil que apareceram em gramáticas foram tratados, decidimos optar nesta pesquisa por analisar apenas gramáticas produzidas na fase fundadora.

Para investigar este objeto de estudo, nos utilizaremos do postulado teórico-metodológico da Historiografia da Linguística, pois acreditamos que as bases oferecidas por esta área de pesquisa em Linguística são de grande importância para a construção deste trabalho, uma vez que a pesquisa em Historiografia da Linguística se preocupa em (re)construir como foram desenvolvidos os pensamentos sobre língua e linguagem durante a história. Diante disso, acreditamos que a Historiografia da Linguística nos oferecerá recursos teórico-metodológicos suficientes para reconstruir o pensamento linguístico dos gramáticos selecionados.

Tendo definido e pré-analisado as fontes desta pesquisa – gramáticas produzidas no Brasil entre 1880 e 1920 –, surgiu o seguinte questionamento: *os gramáticos selecionados como fonte mudaram a concepção e avaliação do português do Brasil, com a transição “racionalismo → cientificismo” e com o início de uma produção gramaticográfica de brasileiros para brasileiros?*

Para respondermos tal indagação, foi necessário realizar uma série de outros questionamentos que foram utilizados para que fosse possível chegarmos à resposta de maneira eficaz. Estes questionamentos podem ser verificados a seguir:

- a. As gramáticas “científicas” produzidas no Brasil a partir do século XIX – em tese desenvolvidas sob uma perspectiva naturalista, diacrônica, histórico-comparativa, linguística – permanecem gramatizando a língua portuguesa do Brasil a partir do português lusitano?
- b. Quais partes das gramáticas são dedicadas ao português do Brasil? Ele atravessa toda obra ou aparece em momentos pontuais e em observações de caráter marginal?

- c. Que *lideranças intelectuais e organizacionais* (MURRAY, 1994) promoveram a propagação de saberes em defesa das especificidades sintáticas do português do Brasil?
- d. Que tipos de *retórica*³ – *de continuidade* ou *de ruptura* (MURRAY, 1994) – são difundidos nas obras selecionadas no que diz respeito à tradição gramatical que estava em vigência antes da periodização adotada?
- e. Com a transição do modelo filosófico de produção gramatical para o científico é possível identificar mudanças no tratamento da língua portuguesa do Brasil ou esta transição ocorre apenas no nível retórico?

Os questionamentos apresentados acima encontram-se em consonância com o nosso objetivo geral, em que almejamos *investigar o tratamento dado às especificidades sintáticas do português do Brasil em gramáticas do período dito científico (1880 a 1920)*.

Como objetivos específicos, delimitamos os seguintes itens:

- a. averiguar os impactos do pensamento gramatical da época no processo de *gramatização* da língua portuguesa no Brasil realizado pelas obras selecionadas;
- b. verificar se as referências ao português do Brasil são apresentadas de maneira neutra (descritiva), positiva ou negativa (valorativas), para analisarmos se há compatibilidade com o fazer gramatical proposto em nível retórico;
- c. avaliar se as relações estabelecidas entre o português de Portugal e o português do Brasil, sobretudo no que tange ao padrão linguístico representado nas fontes selecionadas, apresentam-se de forma proscritiva;
- d. identificar quem foram as *lideranças intelectuais e organizacionais* que propagaram saberes em defesa das especificidades sintáticas do português do Brasil e observar suas influências na produção gramatical das obras analisadas;
- e. identificar se mudanças no tratamento da língua portuguesa do Brasil realmente acontecem nessas gramáticas “científicas” ou se ficam apenas no nível retórico.

Com esta pesquisa, pretendemos contribuir com novos saberes para os estudos sobre língua, linguagem e gramática, com perspectiva histórica ou não, visto que

o estudo da HL, desde que orientado por um aparato teórico consistente, confere ao pesquisador o necessário discernimento para distinguir entre conquistas científicas efetivamente relevantes e teses

³ Categoria de análise utilizada na HL, desenvolvida por Murray (1994). Discorreremos sobre essa categoria de análise na seção 2.2.

inconsistentes ou desprovidas de fundamentação sólida (CAVALIERE, 2014, p. 7).

Além disso, autores como Batista (2013) afirmam que o “olhar para a História é atitude presente” (p. 13), pois o presente em muito é fundamentado no passado, o que reforça a necessidade da realização de trabalhos historiográficos. Desta forma, o linguista e o professor de língua que possui esse conhecimento estará apto a refletir sobre os processos evolutivos das línguas e das ideias sobre a linguagem.

Em relação à estruturação do trabalho, no primeiro capítulo, discutiremos brevemente sobre quais são os princípios teóricos e os objetivos da pesquisa em Historiografia da Linguística. Logo após, apresentaremos os modelos de interpretação da história que nos embasarão nesta pesquisa. E, por fim, apresentaremos as dimensões interna e externas que devem ser utilizadas pelo historiógrafo da Linguística.

No segundo capítulo, explicaremos as escolhas metodológicas seguidas para a realização da pesquisa. Apresentaremos, inicialmente, a periodização adotada. Em seguida, discorreremos sobre os critérios que utilizamos para a seleção do material de análise e as gramáticas que servirão de fonte para a nossa pesquisa. Daremos continuidade discorrendo sobre os princípios da pesquisa em Historiografia da Linguística, cunhados por Koerner (1996). Para finalizar o capítulo, dissertaremos sobre parâmetros de análise adotados por nós para esta pesquisa.

No capítulo seguinte, na análise da dimensão externa, apresentaremos um breve passeio pelo processo de gramatização das línguas no decorrer da história e o *paradigma tradicional de gramatização* (VIEIRA, 2018), para entendermos como surgiu e foi divulgado o modelo prescritivo-normativo adotado pelas gramáticas que antecedem nossa periodização. Realizaremos esse percurso como o propósito de explorar brevemente a tradição gramatical milenar greco-latina. O nosso objetivo ao discorrer brevemente sobre esse processo, apesar de não ser o foco da pesquisa, é apresentar como se consolidou o aparato prescritivo-normativo adotado pelas gramáticas que precedem a nossa periodização e verificar se as gramáticas adotadas como fonte na nossa pesquisa que se apresentam como “científicas” rompem com essa visão prescritiva e idealizada da língua. Por fim, analisaremos o clima de opinião da época, a fim de verificar suas possíveis influências nas gramáticas produzidas no período dito “científico” e na concepção dos gramáticos sobre o que é gramática, língua e, particularmente, língua portuguesa do Brasil.

Dando continuidade, no último capítulo, analisaremos os excertos extraídos das gramáticas do período científico selecionadas para esta pesquisa, discutindo a abordagem do nível linguístico “sintaxe” em sua imanência. Por fim, acentuaremos as principais considerações e reflexões oriundas dos resultados da pesquisa.

2. HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA: AS BASES TEÓRICAS DA PESQUISA

Apresentaremos neste capítulo as bases teóricas que serão utilizadas na análise das fontes e na construção da narrativa historiográfica. Para tanto, discorreremos inicialmente sobre os princípios teóricos e os objetivos da pesquisa em Historiografia da Linguística. Em seguida, discutiremos os modelos utilizados para a interpretação da História que adotamos para a realização desta pesquisa. E, para finalizar o capítulo, apresentaremos as noções de dimensões interna e externa da pesquisa em Historiografia da Linguística. Desta forma, este capítulo encontra-se subdividido em: 2.1. Historiografia da Linguística: crônica ou narrativa?; 2.2. Modelos para interpretação da História: Paradigmas, cinsuras e retórica revolucionária; e 2.3. As dimensões interna e externa da pesquisa em Historiografia da Linguística.

2.1. Historiografia da Linguística: crônica ou narrativa?

A crença de que a historiografia trabalha apenas criando crônicas, ou seja, listando fatos, datas e eventos, não é algo incomum de se ver. Apesar da importância deste tipo de trabalho ser reconhecido pela academia, ao realizar um trabalho dentro da perspectiva da Historiografia da Linguística, deve-se buscar exercer um olhar interpretativo a fim de “reconstruir o ideário linguístico e seu desenvolvimento através da análise de textos situados em seu contexto” (SWIGGERS, 2013, p. 43), para, assim, ser possível montar uma narrativa pautada em redes de relações construídas entre os dados linguísticos coletados e o contexto social e histórico do período selecionado.

Podemos dizer, então, que a Historiografia da Linguística tem “como objeto a história dos processos de produção e de recepção das ideias linguísticas e das práticas delas decorrentes” (ALTMAN, 2012, p. 22). Portanto, a Historiografia da Linguística não se preocupa em analisar propriamente as línguas, mas, sim, em (re)construir como um conhecimento linguístico foi produzido, desenvolvido, recebido ou esquecido em um determinado período de tempo.

Desta forma, vale lembrar que, para realizar um bom trabalho na perspectiva da Historiografia da Linguística, o historiógrafo precisa ser dotado de uma dupla habilidade: uma habilidade linguística e uma histórica. Assim, é necessário que o historiógrafo da Linguística possua formação linguística, uma vez que é a partir dessa

formação que ele estará apto a realizar análises fundamentadas dos estudos previamente desenvolvidos no escopo da Linguística; tendo essa dupla habilidade, o historiógrafo será capaz de identificar e analisar as dimensões interna e externa⁴ do conhecimento linguístico.

Vale citar que a Historiografia da Linguística constitui uma disciplina relativamente nova, considerando que recebeu somente na década de 1970 o *status* de disciplina institucionalizada na academia, tornando-se, assim, um campo autônomo de investigação (SWIGGERS, 2013).

No Brasil, entretanto, a divulgação e o reconhecimento da Historiografia da Linguística dentro da academia aconteceu apenas na década de 1990, tendo como precursora a pesquisadora Cristina Altman, através de seus estudos que inicialmente seriam a base para o desenvolvimento de sua tese de doutorado (cf. ALTMAN, 1993) e de seus esforços para a divulgação da disciplina — como, por exemplo, a criação do *Centro de Documentação Científica em Historiografia da Linguística*⁵ (CEDOCH), em 1994.

Além do CEDOCH, também foram criados outros grupos que se debruçam sobre os estudos com base na Historiografia da Linguística, como o *Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa* (GPeHLP), liderado por Neusa Barbosa Bastos, ligado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC/SP; o grupo de pesquisa *Gramáticas: história, descrição e discurso*, liderado por Marli Quadros Leite, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da USP; o grupo de pesquisa *Historiografia da Linguística no Brasil: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas*, liderado por Ricardo Stavola Cavaliere, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPI; e o grupo de pesquisa *Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas* (HGEL), liderado por Francisco Eduardo Vieira, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da UFPB, sendo esta pesquisa parte dos estudos desenvolvidos por este último grupo.

Depois de realizada essa breve explanação sobre o que é a Historiografia da Linguística e seus objetivos, apresentaremos, na seção seguinte, os modelos para interpretação da História que foram adotados para a realização desta pesquisa.

⁴ Discutiremos sobre estas dimensões ainda neste capítulo, nas seções 2.2.1 e 2.2.2.

⁵ Para mais informações acessar: <http://cedoch.fflch.usp.br/historico>. Data de acesso: 27/08/2018.

2.2. Modelos para interpretação da história das ciências: paradigmas, ciosuras e retórica revolucionária

De acordo com Swiggers (2009, 2013), a Historiografia da Linguística é um campo interdisciplinar; assim, se utiliza de contribuições oriundas de outras áreas do conhecimento para realizar a análise dos seus objetos de estudo de maneira mais profunda e confiável. Como apontado anteriormente, a Historiografia da Linguística preocupa-se em analisar como se deu a produção, o desenvolvimento ou o esquecimento de um determinado conhecimento linguístico ao longo da história. Desta forma, as contribuições oriundas de outras áreas de conhecimento, como a filosofia das ciências, são de grande valia para que o historiógrafo possa refletir e entender sobre esses processos de conservação e mudança que ocorreram durante a história de uma determinada ciência, neste caso a Linguística.

À vista disso, acreditamos que as proposições feitas pelo filósofo das ciências Thomas Kuhn, no livro *A estrutura das revoluções científicas* (1962), sobre as etapas referentes à evolução das ciências naturais, serão de grande valia para a realização deste trabalho. Segundo Gurgel (2008), “a relação disciplinar entre a História da Linguística e a História da Ciência é percebida quando as proposições de Kuhn (1962) a respeito das etapas da evolução de uma ciência são aplicadas também às ciências humanas e sociais” (p. 20), como a Linguística, e não apenas aplicadas às ciências físicas e naturais, como inicialmente proposto pelo autor.

Na visão de Kuhn (1962) sobre o progresso científico, para emergir um novo paradigma numa ciência é necessário que ocorra uma ruptura com o *paradigma* anterior. Na visão do autor, podem ocorrer rupturas de teorias, métodos e propostas de soluções de problemas. De acordo com o autor, *paradigmas* são “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modulares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (p. 13). Por conseguinte, no decorrer do processo evolutivo das ciências, não ocorreriam apenas continuidades e acumulação; surgiriam, também, períodos de descontinuidades e rupturas, gerando, assim, a substituição do *paradigma* que lhe precedeu. Na perspectiva do autor, estas rupturas apresentadas no decorrer da história de uma disciplina acontecem em diferentes estágios, sobre os quais discorreremos a seguir.

O primeiro estágio, denominado pelo autor de *ciência normal*, refere-se ao paradigma que está em vigência, responsável por apresentar teorias, métodos e critérios

para a resolução de dúvidas e problemas apresentados pela comunidade acadêmica. Nessa perspectiva, quando o paradigma vigente não é suficiente ou não consegue sanar os problemas apresentados por esta mesma comunidade, começa o segundo estágio, denominado por Kuhn de *crise*. Como consequência da *crise*, impulsionado pela necessidade de que os problemas apresentados pela comunidade científica sejam sanados, surge o terceiro estágio, a *ciência revolucionária*, que se caracteriza pela ruptura com a *ciência normal* em vigência, dando vida a um novo paradigma que responde aos questionamentos e anseios apresentados por esta comunidade. Vale pontuar que “um novo paradigma emerge — ao menos embrionariamente — antes que uma crise esteja bem desenvolvida ou tenha sido explicitamente reconhecida” (KUHN, 1962, p. 117).

Tendo em vista as proposições apresentadas por Kuhn (1962), e ao questionar-se sobre o trabalho do historiógrafo, Altman (2004, p. 31) apresenta o seguinte questionamento: “reconstruir práticas científicas passadas é rastrear seus momentos de continuidades, ou os de ruptura?”.

Ao apresentar a resposta para este questionamento, a autora afirma que, apesar de a produção do conhecimento científico não resultar apenas de acumulações de paradigmas passados, não significa, também, que houve apenas rupturas (ALTMAN, 2004). Nessa perspectiva, a autora defende que o passado informa continuamente o presente, ou seja, Altman (2004) apresenta uma nova visão para a noção de paradigma de Kuhn (1962), por entender que não ocorrem rupturas totais com paradigmas passados e que estes podem influenciar no pensamento linguístico de outros períodos. E, tendo a Historiografia da Linguística o objetivo de reconstruir as ideias linguísticas desenvolvidas por pensadores da linguagem do passado, além das consequências destas proposições científicas,

a investigação sistemática das condições passadas de produção e de recepção do conhecimento linguístico é um passo importante para nosso melhor entendimento dos traços constitutivos da(s) ciência(s) da linguagem contemporânea(s), e de suas metodologias (ALTMAN, 2004, p. 32).

Vale salientar que as proposições de Kuhn tinham como objeto de investigação as ciências físicas e naturais, não englobando, assim, as ciências humanas, onde a linguística está enquadrada. Desta forma, para que as contribuições de Kuhn fossem utilizadas com mais adequação para investigar determinados objetos de estudos da

Historiografia da Linguística, foram necessárias algumas reformulações. Dentre as críticas feitas à teoria de Kuhn destacam-se: 1- a não consideração das realidades sociais em que os paradigmas estão inseridos (HYMES, 1974); e 2- o fato de que não ocorreriam totais rupturas com os paradigmas anteriores (MURRAY, 1994).

Dell Hymes (1974), ciente da limitação da noção de *paradigma* apresentada por Kuhn (1962), propõe o conceito de *cinosuras*. Nas palavras do autor, “as lições tiradas de experiência recente e a interpretação dada à noção de ‘paradigma’ são ambas incompletas⁶” (p. 9). Além disso, afirma que o termo paradigma é enganoso, uma vez que, apesar de parte desta noção poder ser aplicada à história mais recente da Linguística, ela é insuficiente, pois, para o autor, “a noção de paradigma veio sendo usada para se referir às filosofias das ciências, aos pressupostos psicológicos, às práticas analíticas, mas não considera as realidades sociais⁷” (p. 9). Assim, a noção de *cinosuras*, além de considerar aspectos sociais e históricos, também não exclui a chance de existirem outras abordagens que não estejam em evidência em um determinado momento da história.

Dando continuidade à linha de raciocínio, Hymes (1974) afirma que, apesar de algumas abordagens da Linguística terem dominado jornais, encontros profissionais, livros didáticos etc., “nenhuma destas abordagens foi detentora do palco⁸” (p. 10), ou seja, nenhuma destas ficou em primeiro plano em relação às demais. Desta maneira, as *cinosuras* correspondem aos centros de atenção que são partilhados dentro de uma determinada *tradição de pesquisa*, pelo qual uma determinada comunidade paradigmática estaria interessada.

Vale citar que, segundo o autor, “uma comunidade paradigmática, entretanto, nunca será equivalente a toda uma disciplina⁹” (p. 10) e que “dentro de um campo geral, a cinosura, ou comunidade paradigmática, a qualquer momento é apenas uma das comunidades e tipos de interesse pela linguagem que pesquisadores sérios buscam¹⁰” (p. 13).

⁶ “The lessons drawn from recent experience, and interpretation given to the notion of 'paradigm' are both, I think incomplete” (HYMES, 1974, p. 9, tradução nossa).

⁷ “The notion of paradigm has been taken to refer to philosophies of sciences, to psychological assumptions, to analytic practices, but not to social realities” (HYMES, 1974, p. 10, tradução nossa).

⁸ “neither has been exclusive holder of the stage” (HYMES, 1974, p. 10, tradução nossa).

⁹ “The paradigmatic community, however, has never come to be equivalent to the whole of the discipline” (HYMES, 1974, p. 10, tradução nossa).

¹⁰ With in the general field, the cynosure, or paradigmatic community, at anyone time is just one of the community and kinds of interest in language that serious scholars pursue (HYMES, p.13, tradução nossa).

A partir da visão de Hymes, é possível verificar que as ciências humanas se desenvolvem a partir de tradições de pesquisa, em que se é possível enxergar momentos de continuidades e descontinuidades, uma vez que, como afirmado acima, há momentos em que uma determinada comunidade paradigmática não estará em evidência, mas continua coexistindo.

Deste modo, Hymes apresenta um modelo interpretativo da história que permite a localização de *tradições centrais* – tradições que estão em evidência –, e *tradições periféricas* presentes na história da Linguística, para que seja possível o mapeamento de trabalhos em grupos contextualizados historicamente, ao contrário da visão kuhniana em que a produção de conhecimento científico ocorre de maneira individualista e não situada.

Utilizaremos-nos desta perspectiva (a de *tradições de pesquisa*) por entender que os gramáticos selecionados para esta pesquisa, que representam a corrente científica – tradição de pesquisa central da periodização adotada –, não romperam completamente com a corrente filosófica – tradição de pesquisa periférica daquele momento.

Achamos interessante pontuar que a transição do modelo racionalista para o historicista ocorreu no final do século XIX, mais especificamente em década de 1881, com a publicação da gramática de Júlio Ribeiro. Desta forma, as gramáticas produzidas dentro desse novo modelo, em teoria, romperiam com os princípios lógico-filosóficos que guiavam o fazer gramatical racionalista.

Entretanto, as gramáticas que adotaram esse novo fazer gramatical não apresentaram mudanças significativas no fazer gramatical da época¹¹. Assim, apesar da corrente científica alcançar a posição de *tradição de pesquisa central*, a corrente filosófica continuou coexistindo com esta nova tradição de pesquisa com *status* de *tradição de pesquisa periférica*. Nessa perspectiva, o modelo científico passou a ser responsável por guiar a maior parte da produção gramatical do período, uma vez que a maior parte dos gramáticos do final do século XIX observou nos preceitos que regem este modelo a solução para parte dos seus problemas. De fato, além de continuar influenciando o fazer gramatical da corrente científica, continuou existindo uma produção ancorada nos princípios da corrente filosófica. Deste modo, como aponta Vieira (2018), não há mudança paradigmática na transição da produção gramatical

¹¹ Cf. capítulo 5.

dessas duas correntes, pois ambas, bem como outras, constituiriam o que o autor denomina de *PTG*¹².

Por estarmos cientes desta questão, ao considerarmos que objetivamos analisar o tratamento dado às especificidades sintáticas do português do Brasil nas gramáticas selecionadas para esta pesquisa, procuramos abordar a tradição de pesquisa que é considerada central pela literatura contemporânea na nossa periodização (cf. CAVALIERE, 2014; VIEIRA, 2018; BORGES NETO, 2018, entre outros), a corrente historicista.

Além das contribuições de Hymes no que diz respeito à conceituação apresentada por Kuhn (1962), podemos citar as contribuições apresentadas por Murray (1994) sobre a discussão. Como posto acima, Hymes (1974) afirma que a Linguística se desenvolve através de sucessões de paradigmas coocorrentes. Por conseguinte, na visão de Murray (1994), não ocorreriam totais rupturas com as tradições de pesquisas anteriores, mas sim o que o autor denominou de *retóricas revolucionárias*.

De acordo com Murray (1994), a *retórica revolucionária* almeja romper com as ideias e as hipóteses de trabalhos anteriores. Além disso, o autor coloca que “a escolha retórica (entre uma retórica de ruptura ou de continuidade) depende da condição de elite, da idade dos profissionais e do acesso ao reconhecimento alcançado pelos participantes do grupo¹³” (MURRAY, 1994, p. 23). Diante disto, é possível verificar que Murray apresentou algumas modificações nos conceitos de ciência normal e ciência revolucionária defendidos por Kuhn (1962) para que sejam possíveis de serem aplicados na Linguística, apresentando-as como *retórica de continuidade* e *retórica de ruptura*.

A condição de elite, segundo Murray (1994), seriam os grupos treinados e localizados nas instituições de maior prestígio. O autor, ao discorrer sobre a posição dos grupos considerados marginais, afirma que estes também podem adotar uma postura inovadora e que, “quando é percebido que o ‘risco’ de adotar [um paradigma] é alto, os indivíduos marginais são os primeiros a adotar¹⁴” (p. 24), por consequência de suas posições; já os grupos considerados elites apenas adotam “quando uma inovação parece

¹² Discutiremos a noção de PTG na seção 4.1.

¹³ Choice of rhetoric (between a rhetoric of revolution and one of continuity) depends on the relative eliteness, professional age and access to recognition of group participants. (MURRAY, 1994, p. 23, tradução nossa).

¹⁴ “When the perceived ‘risk’ of adoption is high, marginal individuals will be the first adopters” (MURRAY, 1994, p. 24, tradução nossa).

segura¹⁵” (p. 24) de ser adotada. Já o reconhecimento alcançado por participantes do grupo refere-se aos pesquisadores enxergando-se como importantes para o *grupo de especialidade* a que pertencem, e, como resultado, levados a aderir a uma retórica deste grupo.

Os *grupos de especialidade*, nas palavras do autor, são essenciais para que seja possível a propagação de uma teoria. O autor também apresenta alguns pré-requisitos para que seja possível o sucesso de um grupo de especialidade: “boas ideias + liderança intelectual + liderança organizacional¹⁶” (MURRAY, 1994, p. 25).

O primeiro destes requisitos corresponde à apresentação de boas ideias, hipóteses e teorias, capazes de resolver os problemas apresentados pela comunidade científica. O segundo requisito, a formação de uma *liderança intelectual* (MURRAY, 1994), segundo Batista (2013), consiste em um pesquisador ser “capaz de convencer [outros] pesquisadores a seguirem suas propostas, que muitas vezes vêm acompanhadas de uma retórica revolucionária [...] seja negando passos anteriores da ciência em jogo, seja clamando pela imagem da continuidade” (p. 88), influenciando, assim, na dimensão interna do conhecimento produzido. O terceiro requisito corresponde à formação de uma *liderança organizacional* (MURRAY, 1994), responsável por organizar o grupo, os recursos e de tornar visível a produção científica deste grupo. Vale salientar que a liderança intelectual e a liderança organizacional não correspondem necessariamente a um único indivíduo.

Por conseguinte, “a retórica revolucionária parece apelar para os entusiasmos de uma nova geração (sem interesse na velha perspectiva e com pouco conhecimento sobre a perspectiva anterior), para um trabalho significativo e original¹⁷” (MURRAY, 1994, p. 245). Sendo assim, o autor defende que, ao trabalhar com essas proposições, o historiógrafo deve analisar a retórica apresentada pelo autor da obra investigada a fim de verificar se este apresenta uma retórica de continuidade e acumulação com a tradição de pesquisa em vigência no período, ou se apresenta uma *retórica de ruptura* propondo-se a romper com uma *tradição de pesquisa*, oferecendo, assim, novas proposições e critérios para solução de problemas.

¹⁵ “When a innovation appears safe”, central figures will lead in adopting the innovation (MURRAY, 1994, p. 24, tradução nossa).

¹⁶ “good ideias + intellectual leadership + organizational leadership” → a group (MURRAY, 1994, p. 25, tradução nossa).

¹⁷ “Revolutionary rhetoric seems to appeal to the enthusiasms of a new generation (with no stake in the old perspective on little knowledge of it) for meaningful and original work” (MURRAY, 1994, p. 245, tradução nossa).

Entender a noção de *tradição de pesquisa* será de grande valia nesta pesquisa, pois, como dito anteriormente, a produção gramatical do século XIX em solo brasileiro sofreu influência de dois modelos teóricos: o modelo racionalista, influenciado por princípios lógico-filosóficos da *Gramática de Port-Royal*, com teor pedagógico que visava uma educação linguística com teor normativo; e o modelo historicista, responsável por aplicar ao processo de gramatização da língua vernácula as elaborações teóricas e os achados empíricos da linguística histórico-comparativa.

Vale salientar que, para a realização desta pesquisa, nos utilizaremos dos conceitos propostos por Kuhn (1962), Hymes (1974) e Murray (1994), por entendermos que não ocorreu uma ruptura total com o *Paradigma Tradicional de Gramatização* (PTG) (VIEIRA, 2018) por parte das gramáticas aqui analisadas, a fim de identificar se as gramáticas “científicas” dessa nova *tradição de pesquisa* (HYMES, 1974) produzidas no Brasil a partir do século XIX – desenvolvidas sob uma perspectiva naturalista, diacrônica, histórico-comparativa, linguística – rompem, em nível retórico e gramatical, com o modelo gramatical que as precedem ou se permanecem apresentando as especificidades sintáticas do português do Brasil a partir de um viés prescritivo e idealizador.

2.3. As dimensões interna e externa da pesquisa em Historiografia da Linguística

Como dito anteriormente, o trabalho em Historiografia da Linguística deve levar em consideração as dimensões externa e interna das fontes selecionadas para estudo, para, assim, ser possível a construção da rede de relações dos dados a serem investigados. Como resultado deste trabalho – o de construção de redes de relações –, o historiógrafo será capaz de observar os fatos estudados nas suas profundidades, levando em consideração todos os fatores envolvidos na construção do objeto de pesquisa.

Apesar de nos propormos a fazer a seguir a distinção entre essas duas dimensões – internalista e externalista –, gostaríamos de colocar que, para a realização de um bom trabalho em Historiografia da Linguística, se faz necessária – ou pelo menos é aconselhável – a utilização de ambas as dimensões para ser possível interpretar de maneira confiável um determinado conhecimento linguístico produzido em um determinado momento do passado, levando em consideração não só a imanência dos

documentos históricos, mas também os fatores extralinguísticos que influenciaram sua produção.

2.3.1. Dimensão interna: o tratamento das fontes

Ao trabalhar com o enfoque internalista, o foco da atenção do pesquisador deve estar voltado à imanência do objeto que está sendo estudado (SWIGGERS, 2013). Por conseguinte, nesta etapa da pesquisa, tendo como base as fontes selecionadas para análise, são reconstruídos estudos sobre a linguagem produzidos em um determinado momento da história (BATISTA, 2013), respeitando-se “não só o quadro geral da teoria em questão, como também as acepções terminológicas definidas internamente, e não em referência à doutrina linguística moderna, qualquer que seja a linha teórica que o embasa” (BASTOS, PALMA, 2006, p. 12).

Esta dimensão da pesquisa está diretamente relacionada ao princípio da imanência cunhado por Koerner (1996). Segundo o autor, para trabalhar com a dimensão interna da pesquisa, o historiógrafo da Linguística deve apresentar um entendimento completo do seu objeto de estudo. Nessa perspectiva, Koerner (1996) aponta que o historiógrafo precisa evitar influências do conhecimento e da terminologia que permeia sua realidade, para que não ocorram interferências negativas no objeto que está sendo estudado. Em vista disso, o pesquisador da Historiografia da Linguística no seu fazer precisa considerar o período de tempo e as escolhas das terminologias utilizadas na produção do objeto a ser investigado.

Desta maneira, para realizar esta etapa da pesquisa, o pesquisador volta sua atenção para a imanência do objeto que está sendo estudado. Em outras palavras, o pesquisador analisa a questão selecionada, sem levar em consideração os fatores extralinguísticos envolvidos na sua produção, focalizando, assim, o discurso utilizado pelo autor no objeto de análise. Por conseguinte, para a execução desta etapa da pesquisa, analisaremos o tratamento dado às especificidades sintáticas do português do Brasil em gramáticas das primeiras décadas do período científico (1880 – 1920).

2.3.2. Dimensão externa: o clima de opinião e a retórica revolucionária

Já na abordagem externalista, durante o trato com o objeto selecionado para ser investigado, o historiógrafo deve visar entender o aspecto social envolvido no processo

histórico que ronda o objeto inserido, como também as “práticas discursivas, revelando posicionamentos ideológicos, sociais e históricos, em torno do estabelecimento de retóricas (formas e tipos de discurso adotados) típicas de comunidades de pesquisadores e intelectuais” (BATISTA, 2013, p. 57).

Portanto, nesta fase da pesquisa, a investigação encontra-se centrada em abordar o processo de elaboração da teoria ou conhecimento linguístico, levando em consideração os fatores extralinguísticos que influenciaram o autor e a comunidade linguística em que ele está inserido.

Desta forma, para a presente pesquisa, levantamos dados sobre os agentes envolvidos na questão, ou seja, os gramáticos da geração científica, e sobre o contexto sócio-histórico em que estes estão situados. Achamos importante realizar esse processo por acreditarmos que as “ideias linguísticas não se desenvolvem no vazio, desvinculadas das outras ideias que as circundam no momento em que entram em evidência, e das práticas que lhe são paralelas” (ALTMAN, 2012, p. 23). Partindo desse princípio, utilizaremos o conceito de *clima de opinião* (KOERNER, 1996) que refere-se à atmosfera intelectual em que nosso objeto de estudo está situado, considerando o momento em que estas ideias linguísticas foram produzidas, desenvolvidas, recebidas ou até mesmo esquecidas.

Além disso, nesta abordagem, observa-se as estratégias de convencimento utilizadas por comunidades científicas e intelectuais de forma a defender suas descobertas, dados, teorias e paradigmas. Desta maneira, a análise dos aspectos externos é de grande importância, uma vez que é através desta análise que é possível entender as decisões tomadas por determinados autores em relação às escolhas teórico-metodológicas na execução do objeto a ser estudado. Desta forma, realizaremos a análise dos fatores externos dos objetos estudados a fim de identificar se os gramáticos do período dito “científico” romperam ou não com o período racionalista, ao menos em termos discursivos.

Depois de realizadas estas discussões a respeito da Historiografia da Linguística, dos modelos de interpretação da história das ciências e das dimensões interna e externa deste tipo de pesquisa, apresentaremos no próximo capítulo o desenho metodológico adotado para a realização desta pesquisa.

3. O DESENHO METODOLÓGICO ADOTADO NA PESQUISA

No presente capítulo, discorreremos sobre os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa, cuja natureza é descritivo-interpretativa. Buscamos analisar a abordagem da questão proposta para este trabalho, considerando aspectos das dimensões externa e interna que envolvem o objeto de estudo. Desse modo, este capítulo encontra-se dividido em quatro seções: 3.1. Periodização adotada; 3.2. Escolha das fontes: gramáticas produzidas no Brasil entre 1880 e 1920; 3.3. Princípios da pesquisa em Historiografia da Linguística; e 3.4. Parâmetros de análise adotados.

3.1. Periodização adotada

Considerando que a pesquisa tem como objetivo geral *investigar o tratamento dado às especificidades sintáticas do português do Brasil em gramáticas do período dito científico (1880 a 1920)*, período assim nomeado por Cavaliere (2001), o interstício adotado para análise corresponde às duas últimas décadas do século XIX às duas primeiras décadas do século XX.

Entendemos que o recorte temporal aqui adotado (1880 a 1920) corresponde ao período em que estava em vigência a primeira fase do período dito “científico” no Brasil. Por conseguinte, optamos por utilizar a periodização apresentada por Cavaliere (2001), dividida pelo autor em dois momentos: o primeiro, a fase fundadora, correspondente ao período de 1881 à segunda década do século XX; e o segundo, a fase legatária, abrange as duas décadas seguintes, encerrando em 1941. Porém, considerando a extensão do trabalho e que nosso objetivo é interpretar como foram tratadas as primeiras menções ao nível sintático do português do Brasil em gramáticas, resolvemos realizar um recorte e abordar apenas a fase fundadora, momento de transição para outra *tradição central de pesquisa* (HYMES, 1974).

Além disso, decidimos adotar esta periodização para pesquisa por considerarmos que o momento histórico em que o país se encontrava parecia ser favorável para que fosse pensada a língua portuguesa do Brasil, uma vez que o Brasil havia saído da condição de colônia de Portugal em menos de um século, propiciando, assim, a existência de vários movimentos em prol da autonomia brasileira no que diz respeito aos sistemas social, político e linguístico. Dentre esses movimentos sociais, achamos

necessário levantar que neste período as ideias republicanas, em 1888, e as abolicionistas, em 1889, se concretizavam em território brasileiro, influenciando, assim, a atmosfera intelectual da época. Desta forma, será possível analisar o tratamento dado ao português do Brasil nas primeiras gramáticas que o abordam.

3.2. Escolha das fontes: gramáticas produzidas no Brasil entre 1880 e 1920

Discorreremos nas próximas seções sobre os critérios de seleção que utilizamos para escolher as obras que serviram como fontes primárias e secundárias para esta pesquisa e, em seguida, as apresentaremos.

3.2.1. Critérios adotados na escolha das fontes

Em um primeiro momento, fez-se necessário construir um *portal de documentação* (SWIGGERS, 2013), ou seja, um levantamento de fontes biográficas e bibliográficas (gerais ou específicas), primárias e secundárias, para que fosse possível construir nossas redes de relações entre o tratamento dado à língua portuguesa do Brasil nas gramáticas fontes da pesquisa e o contexto sócio-histórico do período selecionado.

Para construir nossa narrativa e selecionar os textos que serviram de fontes primárias para a nossa pesquisa, foram adotados os seguintes critérios de seleção: i) ser uma gramática escrita por um gramático do Brasil ou por estrangeiro naturalizado brasileiro; ii) estar enquadrado na periodização adotada para esta pesquisa (1880 a 1920); e iii) ser publicada em solo brasileiro.

3.2.2. Selecionando as fontes primárias e secundárias

Swiggers (2013), ao discorrer sobre o trabalho de cunho historiográfico, apresenta três etapas essenciais para uma pesquisa dessa natureza, a entender por: *heurística*, *hermenêutica* e *executiva*. Na primeira destas, o pesquisador deve “informar-se sobre as fontes e sua disponibilidade; ler os textos-fontes; “catalogar” as ideias, os pontos de vista e a terminologia; contextualizar as ideias, os termos” (SWIGGERS, 2013, p. 44).

Desta forma, para selecionar as fontes primárias desta pesquisa, mapeamos as gramáticas produzidas no século XIX. Realizamos um percurso pré-analítico nas obras

produzidas antes do período científico às quais tivemos acesso, na busca de possíveis menções à sintaxe do português do Brasil, para, assim, decidirmos a periodização adotada nesta pesquisa. Como não foram encontradas menções significativas de nível sintático nestas obras, optamos, como já falamos anteriormente, por analisar gramáticas produzidas no período científico (1880-1920) para discutirmos as primeiras aparições sintáticas do português do Brasil em gramáticas.

Para realizarmos o mapeamento dessas gramáticas foi feita uma leitura de textos da literatura historiográfica contemporânea que discorrem sobre a temática, tais como Vieira (2018), Borges Neto (2018), Polachini (2018), Cavaliere (2014), entre outros. Além disso, contamos com o acervo de gramáticas pertencente ao grupo de pesquisa HGEL e com os seguintes *sites* de buscas:

- Acervo Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1>);
- Acervo Digital da Fundação Cultural do Estado do Pará (<http://www.fcp.pa.gov.br>);
- Biblioteca Digital Unesp (<https://bibdig.biblioteca.unesp.br>);
- Biblioteca Nacional de Portugal - Biblioteca Nacional Digital (<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>);
- Biblioteca Nacional Digital – Brasil (<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>);
- Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil (<https://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/pages/home/lerPagina.bv?id=1>);
- Estante Virtual (<https://www.estantevirtual.com.br>);
- Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br>);
- Google Livros (<https://books.google.com.br>);
- Internet Archive (<https://archive.org>).

Além do levantamento dos títulos das obras, realizamos um mapeamento referente à nacionalidade dos gramáticos, ao ano da publicação da primeira edição das gramáticas, ao local de publicação da obra e ao ano de nascimento e óbito dos autores. Vale apontar que nem todos os quadros serão preenchidos, uma vez que não conseguimos ter acesso a determinadas informações. Chegamos, assim, a um total de vinte (20) títulos:

Quadro 1 – Mapeamento das gramáticas brasileiras produzidas no século XIX

Ano da 1ª edição	Título	Autor	Nacionalidade	Local de publicação	Local, ano de nascimento e óbito	Edição de acesso
1806	Epitome da grammatica de lingua portugueza	Antonio de Morais Silva	Brasileiro	Lisboa, Portugal	1755 (Rio de Janeiro) – 1824 Pernambuco	1ª ed. 1806
1816	Arte de grammatica portugueza	Padre Ignacio Felizardo Fortes	Brasileiro	Rio de Janeiro, Brasil	Séc. XVIII ? – 1846 Cabo Frio, Rio de Janeiro	
1829	Compendio da grammatica portugueza: para uso das Escolas de Primeiras Letras	Padre Antônio da Costa Duarte	Brasileiro	Maranhão, Brasil	?	1ª ed. 1829
1835	Compendio da Grammatica da Lingua Nacional: dedicado á mocidade rio-grandense	Antônio Álvares Pereira Coruja	Brasileiro	Porto Alegre, Brasil	1806 Porto Alegre – 1889 Rio de Janeiro	
1850	Grammatica elementar da lingua portugueza	Filippe Benicio de Oliveira Condurú	Brasileiro	São Luiz do Maranhão, Brasil	1818 – 1878 Maranhão	
1859	Compendio da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza	Padre Antonio da Costa Duarte	Brasileiro	Maranhão, Brasil	?	6ª ed. 1877
1862	Epitome da grammatica philosophica da lingua portugueza	Raymundo Antonio da Camara Bithencourt	Brasileiro	Rio de Janeiro, Brasil		
1866	Grammatica portugueza, accommodada aos princípios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica	Francisco Sotero dos Reis	Brasileiro	Maranhão, Brasil	1800 S. Luiz do Maranhão – 1871 S. Luiz do Maranhão	2ª ed. 1871
1881	Grammatica portugueza philosophica	Ernesto Carneiro Ribeiro	Brasileiro	Bahia, Brasil	1839-1920	1ª ed. 1881
1881	Nova Grammatica Analytica da Lingua Portugueza	Charles Adrien Olivier Grivet	Suíço	Rio de Janeiro	1816-1876	1ª ed. 1881
1881	Grammatica Portugueza	Júlio Cezar Ribeiro Vaughan	Brasileiro	Brasil	1845 Sabará – 1890 Santos	1ª ed. 1881 5ª. ed. 1889
1887	Noções de grammatica portugueza	Manuel Pacheco da Silva Júnior; Boaventura Plácido Lameira de	Brasileiros	Rio de Janeiro, Brasil	1812-1889; ?-1897	1ª ed. 1881

		Andrade				
1887	Grammatica Portugueza	Alfredo Augusto Gomes	Brasileiro	Brasil	1859-1924	15 ^a ed. 1913
1887	Grammatica Portugueza (3 ^o anno)	João Ribeiro Fernandes	Brasileiro	Rio de Janeiro, Brasil	1860-1934	
1887	Noções de grammatica portugueza	Manuel Pacheco da Silva Júnior; Boaventura Plácido Lameira de Andrade	Brasileiros	Rio de Janeiro, Brasil	1812-1889; ?-1897	1 ^a ed. 1887
1887	Grammatica Analytica baseada nas doutrinas modernas	Maximino de Araújo Maciel	Brasileiro	Rio de Janeiro, Brasil	1865 Larangeiras - 1923 Rio de Janeiro	
1887	Exame de Portuguez – Grammatica Portugueza (3 ^o anno)	João Ribeiro Fernandes	Brasileiro	Rio de Janeiro, Brasil	1860 Sergipe – 1934 Rio de Janeiro	3 ^a ed. 1889
1890	Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza	Ernesto Carneiro Ribeiro	Brasileiro	Bahia, Brasil	1839 Bahia – 1920 Bahia	1 ^a ed. 1890
1894	Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas	Maximino de Araújo Maciel	Brasileiro	Rio de Janeiro, Brasil	1865 Larangeiras - 1923 Rio de Janeiro	5 ^a ed. 1914
1897	Segunda Grammatica da Infância	Francisco Ferreira Vilhena Alves	Brasileiro	Pará, Brasil	?	2 ^a ed. 1897

Fonte: Produção do autor (2020)

Após o mapeamento das gramáticas, aplicamos os critérios de seleção apresentados na seção anterior a fim de chegarmos às fontes que melhor respondem às nossas inquietações. Vale salientar que, sempre que possível, buscamos analisar a primeira edição ou a edição mais antiga da gramática que pudemos encontrar dentro da nossa periodização, uma vez que, com a realização desta pesquisa, visamos analisar o tratamento dado às menções do português do português do Brasil em gramáticas produzidas entre 1880 e 1920, não necessariamente na primeira edição. Chegamos aos seguintes títulos:

Quadro 2 – Fontes primárias selecionadas para a pesquisa

Ano de publicação	Título da obra	Autor	Nacionalidade	Local de publicação	Local, ano de nascimento e óbito	Edição de Acesso
1881	Grammatica Portugueza	Júlio Cezar Ribeiro	Brasileiro	Brasil	1845 Sabará – 1890 Santos	1 ^a ed. 1881

		Vaughan				5ª. ed. 1889
1887	Exame de Portuguez – Grammatica Portugueza (3º anno)	João Ribeiro Fernandes	Brasileiro	Rio de Janeiro, Brasil	1860 Sergipe – 1934 Rio de Janeiro	3ª ed. 1889
1887	Grammatica Portugueza – curso superior	João Ribeiro Fernandes	Brasileiro	Rio de Janeiro, Brasil	1887	19ª ed. 1920
1887	Noções de grammatica portugueza	Manuel Pacheco da Silva Júnior; Boaventura Plácido Lameira de Andrade	Brasileiros	Rio de Janeiro, Brasil	1812-1889; ?-1897	1ª ed. 1887
1887	Grammatica Portugueza	Alfredo Augusto Gomes	Brasileiro	Brasil	1859-1924	15ª ed. 1913
1890	Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza	Ernesto Carneiro Ribeiro	Brasileiro	Bahia, Brasil	1839 Bahia – 1920 Bahia	2ª ed. 1915
1894	Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas	Maximino de Araújo Maciel	Brasileiro	Rio de Janeiro, Brasil	1865 Larangeiras - 1923 Rio de Janeiro	5ª ed. 1914
1897	Segunda Grammatica da Infância	Francisco Ferreira Vilhena Alves	Brasileiro	Pará, Brasil	?	2ª ed. 1897
1907	Grammatica Expositiva – Adaptada ao 1o, 2o e 3o anno dos gymnasios	Eduardo Carlos Pereira	Brasileiro	Brasil	1855-1923	1ª ed. 1907

Fonte: Produção do autor (2020)

Podemos verificar, então, que chegamos ao total quantitativo de nove (09) fontes para esta pesquisa. Retomaremos estas obras no capítulo 5, durante a nossa análise interna e a construção da nossa narrativa historiográfica.

O próximo passo, após a seleção das fontes primárias, foi verificar se as gramáticas fontes apresentavam ou não dados sintáticos da língua portuguesa do Brasil. Após esse processo, realizamos o mapeamento dos excertos das gramáticas selecionadas em que fosse possível interpretar como estes autores apresentaram os dados da língua portuguesa do Brasil.

Por conseguinte, as fontes secundárias adotadas nesta pesquisa correspondem a textos que nos permitirão reconstruir o *clima de opinião*, verificar o que já fora discutido sobre a sintaxe do português do Brasil à época, as gramáticas e os autores que serão estudados nesta pesquisa e que teorizam ou discutem sobre a construção do português do Brasil na fase fundadora do período científico (1880 a 1920), caracterizados como pertencentes ao modelo historicista.

Desta forma, entendendo que o *clima de opinião* pode influenciar diretamente na postura que os gramáticos assumem em relação ao tratamento dado ao português do Brasil em suas gramáticas, realizamos uma leitura exaustiva de textos que discorrem sobre a produção gramatical adotada na nossa periodização. Dentre os textos que nos ajudaram nessa reconstrução, temos: Pfeiffer (2001), Bastos e Palma (2004), Fávero (s/d, 2006, 2007), Vidal Neto (2010), Aquino (2012, 2017a, 2017b), Cavaliere (2014), Coelho et. al (2014), Leite (2015), Polachini e Danna (2016), Vieira (2018), entre outros.

Daremos continuidade, a seguir, discorrendo sobre os princípios da Historiografia da Linguística e sobre como os aplicaremos nesta dissertação.

3.3. Princípios da pesquisa em Historiografia da Linguística

Koerner (1996) alerta sobre a complexidade de se trabalhar com o arcabouço teórico-metodológico da Historiografia da Linguística. No texto *Questões que persistem em historiografia linguística*, Koerner, ao discorrer sobre o trabalho com a metalinguagem, apresenta três princípios que devem ser levados em consideração pelo historiógrafo da linguística ao analisar o seu objeto de estudo: o princípio de contextualização, o princípio de imanência e o princípio de adequação.

O primeiro princípio, o de contextualização, diz respeito ao estabelecimento do “clima de opinião”. Ao trabalhar com este princípio, o pesquisador deve apresentar a atmosfera intelectual e historicamente situada que influenciou a produção, o desenvolvimento, a recepção e/ou esquecimento de um pensamento ou uma teoria linguística, a fim de entender as possíveis influências geradas no objeto estudado (KOERNER, 1996). Colocaremos este princípio em prática quando formos construir a nossa narrativa historiográfica, relacionando a atmosfera intelectual da época para melhor entender os nossos dados de análise. Desta maneira, levaremos em consideração o período em que as gramáticas foram produzidas.

No segundo princípio, o de imanência, o pesquisador deve se esforçar para estabelecer um entendimento tanto histórico quanto crítico do seu objeto de estudo. O autor ainda coloca que o historiógrafo, na medida do possível, precisa se afastar do conhecimento linguístico, assim como da terminologia que permeia sua realidade, para que estes não interfiram de maneira negativa no objeto da pesquisa. Portanto, o pesquisador da Historiografia da Linguística precisa realizar este trabalho internamente, levando em consideração o período de tempo e as escolhas das terminologias utilizadas na produção do objeto a ser investigado (KOERNER, 1996).

O último princípio, o de adequação, acontece após a observação dos princípios apresentados anteriormente. Para tanto, o historiógrafo poderá “introduzir, ainda que muito cuidadosamente e colocando seu procedimento de forma explícita, aproximações modernas do vocabulário técnico” (KOERNER, 1996, p. 60), para assim permitir que o leitor moderno seja capaz de apreciar *as fontes* estudadas.

Em seguida, nas próximas seções, discutiremos os parâmetros de análise utilizados nesta pesquisa.

3.4. Parâmetros de análise adotados

No capítulo anterior, abordamos as dimensões interna e externa da pesquisa em Historiografia da Linguística. Retomaremos, brevemente, a discussão para apresentar os parâmetros adotados para analisar as dimensões do trabalho do historiógrafo da Linguística.

Como já apresentado anteriormente, a pesquisa em Historiografia da Linguística, procura definir parâmetros internos (utilizados para investigar o conteúdo e a explicação dada a fenômenos linguísticos) e externos (utilizados para investigar o contexto de produção de uma determinada obra, teoria ou um determinado conhecimento linguístico) para a análise das fontes primárias adotadas na pesquisa. Reafirmamos que a proposta de divisão apresentada aqui foi realizada na intenção de tornar as definições mais claras e acessíveis ao leitor; assim, deve-se entender que é aconselhável realizar o cruzamento destes parâmetros para poder enxergar quando algum fator extralinguístico influenciou características internas do objeto selecionado.

Desta forma, foi necessário levantar os *pontos de ancoragem* (SWIGGERS, 2013). Em outras palavras, levantamos uma literatura auxiliar para nos embasarmos durante o processo de (re)construção e análise dos contextos históricos e de

gramatização no Brasil entre os anos de 1880 e 1920. Durante a análise dessa literatura auxiliar, buscamos entender quem foram as *lideranças intelectuais e organizacionais* (MURRAY, 1994) que estavam influenciando a produção gramatical da época e como os fenômenos sintáticos do português do Brasil eram entendidos pela atmosfera intelectual da periodização em que nossa pesquisa está situada. A realização deste processo correspondeu aos parâmetros de análise externos desta pesquisa.

Os parâmetros internos adotados nesta pesquisa, que utilizaremos durante a análise interna das fontes primárias escolhidas, serão utilizados para verificarmos quais noções de fazer gramatical são defendidas pelos gramáticos em questão, se estes continuam defendendo uma noção de gramática que se ancora nos preceitos do modelo racionalista ou se defendem o fazer gramatical histórico-comparativo. Além disso, vamos verificar se as gramáticas fontes desta pesquisa discorrem sobre dados sintáticos do português do Brasil e se estes apresentam esses dados a partir de uma natureza prescritiva, descritiva, negativa ou positiva. Sempre que possível, analisaremos o tratamento em nível retórico dado ao português do Brasil nestas obras.

Por fim, analisaremos os dados coletados nesta pesquisa, para, assim, construirmos a nossa narrativa historiográfica.

No próximo capítulo, discutiremos os aspectos históricos, políticos e linguísticos que permeiam o século XIX até meados do século XX para que possamos (re)construir o clima de opinião da época e entender as suas possíveis influências exercidas nas gramáticas fontes desta pesquisa.

4. CARACTERIZANDO O PERÍODO CIENTÍFICO (1880-1920): ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E LINGUÍSTICOS

Neste capítulo, apresentaremos o clima de opinião vigente na periodização escolhida para esta pesquisa. Para tanto, discorreremos inicialmente sobre a *gramatização* das línguas desde o surgimento da escrita antiga. Em seguida, apresentaremos os aspectos históricos, políticos e linguísticos envolvidos no processo de aparição da língua portuguesa do Brasil em gramáticas do século XIX e meados do século XX. Em sequência, apresentaremos as lideranças intelectual e organizacional que implementaram a corrente historicista no Brasil. Daremos continuidade apresentando a visão de um pensador do final do século XIX sobre o processo de gramatização da época e a inserção de dados sintáticos do português do Brasil em gramáticas. E, por fim, discutiremos brevemente sobre a inserção das especificidades do português do Brasil em gramáticas pertencentes a nossa periodização.

4.1. A tradição greco-latina: o aparato prescritivo-normativo e a relação de influência na gramatização das línguas modernas

Para discorrermos sobre a história ou o processo de gramatização das línguas, acreditamos que é preciso remeter ao surgimento da escrita na idade antiga (período este que abrange 4000 a.C. até a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C.), pois, segundo Aurox (1992, p. 8), “a escrita é um dos fatores necessários ao aparecimento das ciências da linguagem, as quais remontam à virada dos terceiro e segundo milênios antes de nossa era, entre os acadianos”.

Devemos considerar, também, que a reflexão sobre os fenômenos linguísticos não é algo que surge junto com o nascimento da linguística contemporânea, com a publicação do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand Saussure, em 1916, mas, sim, um processo que ocorre desde a Antiguidade. Ademais, podemos apontar a publicação da *Tékhne Grammatiké*, que se caracteriza como a primeira gramática conhecida de uma língua europeia, no século I a.C., de autoria do filólogo alexandrino Dionísio Trácio (170-90 a.C.), configurando-se, assim, como a gramática mais próxima ao início de uma tradição gramatical que vigoraria por mais dois milênios. Porém, tal tradição gramatical se iniciaria um pouco antes, através dos estudos realizados pela Escola de Alexandria, datando III a.C., círculo onde Dionísio estaria situado (MOURA NEVES, 2011).

Esse processo de gramatização influenciou drasticamente a utilização e os propósitos das línguas no decorrer da história, propiciando ao Ocidente uma nova maneira de enxergar o conhecimento linguístico tal como um meio de dominação sobre outras culturas. Todo esse movimento culmina no que Auroux (1992) denomina de “revolução tecnológica da gramatização”, que corresponde à explosão de gramáticas dos vernáculos europeus no Renascimento. O autor afirma que este acontecimento foi “tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX” (p. 9), visto que todo saber é um produto de um processo histórico e é resultado da interação com as tradições vigentes e com o contexto.

Vale levantar que o saber linguístico é múltiplo, pois nasce na consciência dos seres falantes. Desta forma, o conhecimento antes de ser gramatizado é *epilinguístico*, ou seja, está em seu estado inconsciente. Porém, após o processo de gramatização este conhecimento se torna *metalinguístico*, isto é, a língua é instrumentalizada/manipulada através de um processo reducionista de produção de uma metalinguagem com base na tradição descritivo-normativa greco-latina, com o objetivo de conduzir uma variedade linguística a uma variedade linguística de prestígio para fins pedagógicos. Isso reforça a ideia, que vem sendo divulgada no decorrer da história da produção de gramáticas, de que a língua erudita é a utilizada pelos gramáticos e estudiosos da linguagem, estes responsáveis por “*fixar* um estado de língua, *abstrair* e *reduzir* um conjunto de práticas linguísticas” (COLOMBAT et al., 2017, p. 69).

Em relação à discussão sobre conhecimento *epilinguístico* e *metalinguístico*, Auroux (1992) nos diz que

qualquer que seja a cultura, reencontramos sempre os elementos de uma passagem do *epilinguístico* ao *metalinguístico*, quer se trate do aparecimento das palavras *metalinguísticas* (dizer, cantar etc.), de certas práticas de linguagem, de especulações sobre a origem da linguagem, ou sobre a identidade e a diferenciação linguísticas” (p. 18).

A influência do legado grego no império romano é inegável. Tal influência, cultural e linguística, acabaria por se tornar a base do processo de produção de gramáticas que viriam a ser produzidas pelos pensadores do período romano. Sob influência desse movimento, no século I a.C., Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.), com a gramática *De Lingua Latina*, inaugurou a gramatização do latim que viria perdurar até o século XV d.C.. Destacamos, porém, que a gramática de Varrão só viria a

ser afamada na época moderna, quando descoberta. Dando continuidade a este movimento, e com maior impacto sobre o processo de gramatização posterior, surge a *Ars grammatica (Arte Gramatical)*, de Élio Donato (310-363 d.C.). De acordo com Vieira (2018, p. 72), a gramática de Donato

se configura como um ponto central na transmissão do conhecimento gramatical antigo, por ter sido utilizada amplamente durante toda a Idade Média (fora o único dos textos profanos a sobreviver sem interrupção da antiguidade ao Renascimento) e servido de modelo para a elaboração das primeiras gramáticas vernaculares europeias.

Consequentemente, envolvidos neste contexto de produção, os gramáticos latinos se utilizaram das categorias gramaticais presentes na gramática grega para gramatizar o latim, adaptando tais categorias quando necessário, pois, apesar da semelhança tipológica, se tratava de outra língua. Assim, “o que os gregos entendiam por *Tékhnē* passava a ser denominado de *ars* (arte) pelos romanos, e a concepção de gramática como *trabalho, obra, técnica, arte* permanecia”, almejando “refletir e propagar o que fosse comum à escrita dos poetas e prosadores latinos, à semelhança da *Tékhnē* de Dionísio na relação com a literatura homérica” (VIEIRA, 2018, p. 67). Além disso, tinham como objetivo debater sobre a língua latina em relação às questões ortográficas e de correção em relação às variedades existentes do latim do período. Portanto, davam continuidade a uma tradição de produção de gramáticas que se baseia na noção de língua que viria a ser conhecida na contemporaneidade como *norma culta*, tradição esta que é seguida até hoje.

A imensa repercussão e a influência dessas gramáticas sobre o processo de gramatização das línguas vernáculas no decorrer da história resultou no nascimento do que a literatura contemporânea entende por *gramática tradicional, tradição greco-latina* ou *paradigma tradicional de gramatização*, sendo esta última expressão utilizada por Vieira (2015; 2016; 2018). Consoante Borges Neto (2018, p. 28), é perceptível que esta tradição gramatical vem sendo tão influente na produção de conhecimentos sobre a linguagem no decorrer da história ao observar que, apesar do atrito existente entre a Linguística e o ensino de gramática, “muitos linguistas – talvez a totalidade – usam as entidades teóricas da gramática greco-latina para se referir aos fenômenos que abordam. Ou seja, atribuem um papel protocolar às entidades teóricas assumidas pela gramática greco-latina”.

Quando mencionamos há pouco sobre o nascimento de uma tradição gramatical, não estamos nos referindo a um acontecimento estático, mas, sim, a um processo que vem se solidificando num recorte temporal que se estende por mais de dois milênios. Auroux (1992) nos mostra que o nascimento de uma tradição linguística pode ser *espontânea* ou ser resultado de uma *transferência tecnológica*. Desta forma, a tradição gramatical latina é resultado de uma transferência tecnológica por importar conceitos, princípios e o modelo de descrição gramatical grego, resultando no que conhecemos hoje por tradição greco-latina, responsável por influenciar o processo de produção de gramáticas dos vernáculos ao longo da história.

É fato que durante o início do processo de gramatização das línguas a preocupação recaía apenas em gramatizar uma língua vernacular, inicialmente uma das variedades do grego, que em seguida cedeu espaço para o latim. Achamos importante levantar que o latim teve seu prestígio aumentado por ter sido adotado como língua oficial da Igreja Católica Romana, período em que a igreja se apresentava como uma das instituições mais influentes, o que deu força aos estudos gramaticais do latim. Nesse contexto, o latim se apresentava como a língua da administração, da cultura intelectual e religiosa, obtendo, assim, o *status* de língua franca, ou seja, uma língua utilizada por falantes de diferentes línguas para que todos conseguissem se comunicar com pleno entendimento.

Durante o período conhecido como Idade Média, período que se estende do século V ao XV d.C., a tradição greco-latina já se caracterizava como base do processo de produção de gramáticas. Assim, as gramáticas produzidas neste período, baseadas no modelo prescritivo-normativo, ignoravam ou pouco falavam das mudanças sofridas pelo latim falado e buscavam divulgar o que conhecemos hoje por latim clássico — característica que perpassa toda a história do processo de gramatização das línguas e prevalece até os dias de hoje.

Porém, a partir de meados do século XV, isso começa a mudar. Neste espaço, o latim começaria a perder seu *status* de língua de estado e teria início o processo de gramatização massiva das línguas vernáculas. Esse movimento ganhou forças com a divisão entre o Velho Mundo e o Novo Mundo¹⁸, um período que ficou marcado pela

¹⁸ Está expressão é utilizada para intitular a visão que os europeus detinham sobre o mundo por volta do século XV. Neste período, os europeus apenas conheciam os continentes Europa, África e Ásia, caracterizando, assim, o Velho Mundo. Desta forma, a expressão Novo Mundo foi criada pelos europeus para designar a descoberta do continente americano.

exploração do mundo e por novos modelos de governo, ocasionando o que foi denominado por Auroux (1992) de *revolução tecnológica da gramatização*.

Segundo o autor, a revolução tecnológica da gramatização foi um movimento de gramatização, tendo a renascença europeia¹⁹ como ponto de inflexão, que ocasionou a produção massiva de gramáticas e dicionários das línguas vernáculas. Embora esta produção massiva de gramáticas tenha marcado um período de transição cultural e político, a produção de gramáticas continuou acontecendo nos moldes da tradição greco-latina.

Isto é, este processo linguístico reducionista foi utilizado a fim prover a elevação política e linguística de determinadas variedades dos vernáculos europeus, os chamados romances, para atingirem a posição de línguas de cultura/estado que seriam utilizadas pelos falantes daquela determinada região. Achamos importante ressaltar que Auroux (1992) afirma que esse processo de gramatização teve início, bastante embrionário, no século VII. Porém, o alcance não se compara à gramatização massiva das línguas vernáculas que aconteceu a partir da Europa renascentista.

Nesse contexto de política de valorização das línguas vernáculas, podemos citar como exemplo a *Gramática de la lengua castellana*, de António de Nebrija (1444-1522), publicada em 1492, a primeira gramática de uma língua romance. Nebrija era um autor respeitado e com produção elevada para o seu período. O autor escreveu gramática do latim em castelhano, a pedido da Rainha Isabel I de Castela (1451-1504), dicionários bilíngues, dicionários jurídicos, trabalhos sobre ortografia e pronúncia do latim clássico, grego e do hebraico, configurando-se, assim, como uma autoridade linguística. Neste contexto, o dialeto de Castela já era utilizado na documentação da Chancelaria Real castelhana, o que viria a dar mais força aos esforços de Nebrija para escrever e publicar uma gramática de romance. De acordo com Borges Neto (2018), esta gramática foi dedicada à Rainha Isabel e, para a elaboração desta,

Nebrija foi fortemente influenciado por Prisciano, embora sua terminologia seja relativamente original. Excelente observador e gramático de capacidade excepcional, Nebrija não aplicou simplesmente os conceitos da gramática latina ao castelhano, mas reconheceu fenômenos linguísticos peculiares ao castelhano e os descreveu de forma original (p. 110).

¹⁹ Movimento cultural, econômico e político que começou na Itália no século XIV e que se consolidou na Europa no século XV.

Como podemos observar, Nebrija sofreu forte influência de Prisciano, gramático latino, utilizando-se do aparato greco-latino para construir a primeira gramática de língua vernácula. Ainda segundo Borges Neto (2018), a *Gramática de la lengua castellana*, de Nebrija, influenciou a produção da primeira gramática do português, a *Grammatica da Lingoaem Portuguesa*, publicada em 1536, de autoria de Fernão de Oliveira (1507-1581).

De fato, o processo de gramatização das línguas europeias encontrou algumas dificuldades, e dentre elas podemos citar a “prática manuscrita medieval que ocasionava, através do processo de cópia, uma grande variação gráfica e linguística” (MAIA, 2010, p. 32). Assim, a imprensa que viria a surgir em 1447 em solo europeu desempenhou um papel significativo de normatização e fixação da ortografia das línguas vernáculas, através da diminuição dos custos da produção de materiais impressos, o que ocasionou a multiplicação e uma maior difusão dos textos.

Outro fator que impulsionou esse momento de produção massiva de gramáticas foi, como já havíamos citado antes, a necessidade de um aparato linguístico que ajudasse na colonização e na doutrinação religiosa dos povos dos territórios recém descobertos do planeta — Ásia, África e América. Como exemplo deste movimento, partindo do nosso contexto local, ou seja, o Brasil, podemos citar a *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, do Padre José de Anchieta (1534-1597), publicada em 1595, e a *Arte da Língua Brasílica*, de Luís Figueira (1573-1643), publicada em 1621. Como se pode notar, no título das gramáticas de Anchieta e Figueira já fica clara a vinculação com a tradição greco-latina, uma vez que ambos se utilizam da terminologia “arte” como sinônimo de fazer gramatical.

Apesar do surgimento das primeiras gramáticas do português datar do século XVI, desde a segunda metade do século XII já se escrevia o romance que mais tarde seria conhecido por português. Porém, já na segunda metade do século XIII, período que marca o início da produção literária portuguesa em prosa, esse romance passou a ser a língua utilizada pela administração do reino de Portugal. Como nos diz Auroux (1992), para que haja gramatização de uma língua é essencial que esta possua uma vasta literatura produzida, uma vez que a literatura, neste caso, representa o padrão linguístico utilizado pela sociedade letrada, isto é, o padrão que deve ser gramatizado e utilizado para fins pedagógicos, o que justificaria esta gramatização tão tardia.

Nesse momento, de acordo com Vieira (2018), os autores das primeiras gramáticas do português almejavam: 1) promover o sentimento patriótico de

superioridade da língua portuguesa frente aos demais romances; 2) retratar a língua como instrumento político, para a promoção da cultura da língua portuguesa; e 3) apresentar as semelhanças entre as gramáticas das línguas portuguesa e latina, uma vez que a língua latina é vista como língua de expressão culta.

Diante disso, o autor, ao analisar a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536), verifica que, apesar do gramático se posicionar criticamente sobre a herança terminológica latina e apresentar pontos de originalidade, Oliveira não rompe efetivamente com a tradição greco-latina, além de que “a concepção de gramática explícita na obra é a de ‘arte que ensina a bem ler e falar’ (capítulo IV), cabendo aos homens colocarem a língua portuguesa, a princípio ‘grosseira’, na ‘perfeição das línguas grega e latina’” (VIEIRA, 2018, p. 110). Desta forma, a gramática de Fernão de Oliveira foi a precursora da tradição greco-latina no processo de gramatização do português.

Assim como na gramática de Oliveira, tal concepção purista de língua e a manutenção da tradição greco-latina também podem ser encontradas na *Grammatica da língua portuguesa*, de João de Barros (1540). Nesse sentido, Barros define gramática como “um modo certo e justo de falar, escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos” (p. 1). Assim, o que diferencia as gramáticas de Oliveira e Barros seria o caráter didático-pedagógico presente na gramática de Barros, diferentemente da gramática de Oliveira, que possui caráter mais ensaístico. Desta forma, fica evidente que as primeiras gramáticas do português, que foram a base da produção de gramáticas que as sucederem, abraçaram e perpetuaram a tradição gramatical greco-latina e seu modelo purista de língua (CASAGRANDE, 2005).

Nas décadas seguintes não ocorreram mudanças significativas no fazer gramatical da época. Porém, surge na segunda metade do século XVII, o modelo gramatical racionalista baseado nas propostas teóricas da gramática de Port-Royal que norteou

boa parte da terminologia gramatical tradicional consagrada nos séculos subsequentes. Escrita por dois monges franceses, Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695), por volta de 1660, e intitulada *Grammaire générale e raisonnée de Port-Royal* (em português, *Gramática de Port-Royal* ou *Gramática geral e razoada*), a gramática de Port-Royal é um marco importante no histórico de constituição das gramáticas das línguas europeias e, em particular, da normatização da língua francesa, partindo muitas outras gramáticas das ideias difundidas por ela (VIEIRA, 2018, p. 126).

De fato, a *Gramática de Port-Royal* foi responsável por inaugurar um novo modelo de produção gramatical que seria difundido em solo brasileiro até a segunda metade do século XIX. As gramáticas produzidas sob essa nova perspectiva, a filosófica, partiram de uma abordagem que considera princípios universais, fundamentados na lógica e na filosofia.

De acordo com Vieira (2018), a primeira gramática de língua portuguesa produzida sob influência desse novo modelo gramatical foram as *Regras da língua portuguesa, espelho da lingua latina*, do Padre Jerônimo Contador de Argorte (1675-1749), publicada em 1721. Ao observarmos o título desta obra fica clara a influência do aparato descritivo-normativo da tradição greco-latina na produção gramatical deste período.

Ainda no século XVIII, a *Arte da grammatica da lingua portugueza*, de Antônio José dos Reis Lobato (1721-1804), publicada em 1770, influenciou o fazer gramatical da época. Porém, é possível observar através do título que, por apresentar gramática como “arte”, esta gramática reflete a tradição greco-latina. Além disso, essa obra chama atenção por ser a primeira gramática oficial para o ensino de português em todo o reino de Portugal, o colonizador do Brasil.

Desta maneira, não parece ter ocorrido mudanças significativas no fazer gramatical do século XVIII. Apesar do aparecimento de um novo modelo gramatical, a tradição greco-latina ainda guia o fazer gramatical do período, como nos diz o PTG. Concordamos com Vieira (2018) quando o autor aponta que as obras produzidas nesse período parecem ser “obras de transição da gramática portuguesa, que se dividiu entre o espelhamento na gramática latina e a renovação lógico-filosófica” (p. 132).

Ao discorrer sobre os primeiros séculos de produção gramatical de língua portuguesa, Borges Neto (2018) afirma que “os séculos XVI, XVII e XVIII, no que diz respeito aos estudos gramaticais, são muito mais parecidos entre si do que as delimitações cronológicas parecem admitir” (p. 137).

Passando para o século seguinte, dentre gramáticas produzidas sob o modelo racionalista no início do século XIX e que tiveram projeção na produção gramatical da época, podemos citar: o *Breve compendio de Grammatica Portugueza*, publicada em 1875, de autoria de Frei Caneca (1779-1825), o *Compendio da grammtica da lingua portugueza*, de Antônio da Costa Duarte, publicado em 1829, e o *Compendio da*

Grammatica da língua nacional, de Antônio Álvares Pereira Coruja, publicada em 1835.

Vale apontar que, apesar do *Breve compendio de Grammatica Portugueza* (1875), de autoria de Frei Caneca, ter sido, dentre as três obras citadas, a que mais se projetou na construção de uma identidade linguística nacional, não fugiu do aparato descritivo-normativo da tradição greco-latina.

Vieira (2018) sistematiza a produção gramatical de língua portuguesa do século XVIII e início do XIX. Segundo o autor, essa periodização foi marcada, em linhas gerais: “em termos teóricos, por princípios lógico-filosóficos da Gramática de Port-Royal ou Gramática Geral e Razoada”; e, “em termos pedagógicos, pela defesa da prioridade do ensino de gramática portuguesa em relação à língua latina, sem espaços para legitimação de aspectos particulares do português do Brasil” (p. 143).

A partir da segunda metade do século XIX, mais especificamente na década de 1880, surge em solo brasileiro um novo modelo de produção gramatical, o histórico-comparativo. Nesta perspectiva, as gramáticas produzidas dentro desse modelo não seriam mais influenciadas diretamente por princípios lógico-filosóficos da *Gramática de Port-Royal*, agora, em tese, seriam desenvolvidas sob uma perspectiva linguística, naturalista, diacrônica e histórico-comparativa. Porém, foi possível verificar através da nossa análise²⁰ que as gramáticas adotam esse novo modelo gramatical majoritariamente em nível retórico, não apresentando mudanças significativas no fazer gramatical da época.

Após realizar esse percurso histórico sobre o processo de gramatização das línguas, nos vinculamos ao conceito de *paradigma tradicional de gramatização* (PTG) cunhado por Vieira (2015). O autor, ao investigar o processo de gramáticas no decorrer da história, tomando como base o conceito de *paradigma* cunhado por Kuhn (1962) e a noção de *gramatização* proposta por Auroux (1992), lança tal conceituação. Apesar de utilizar o conceito de *gramatização* ao cunhar tal conceito, Vieira (2015) amplia o escopo temporal apresentado por Auroux, assim considerando produções gramaticais que antecedem e ultrapassam a periodização proposta pelo autor. Segundo Vieira (2018, p. 10),

o PTG se constituiu a partir de uma ramificação dos estudos linguísticos oriundos da filosofia grega clássica e se tornou mentor teórico-metodológico e socioideológico do que tradicionalmente vem

²⁰ Cf. capítulo 5.

se entendendo por gramática desde os gramáticos alexandrinos da Antiguidade aos gramáticos normativos brasileiros de hoje.

Desta forma, por exemplo, segundo o autor, a *Tékhnē Grammatikḗ*, de Dionísio Trácio, produzida no século I a.C., e a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha & Cintra, publicada na segunda metade do século XX, compartilham um feixe de traços, a despeito das distâncias entre si no tempo e no espaço. Este feixe de traços compartilhados entre as gramáticas ao qual Vieira (2018) se refere é o que chamamos durante a elaboração desta seção de tradição greco-latina, ou seja, é possível enxergar claramente a influência desta tradição nas gramáticas que a sucederam, uma vez que estas gramáticas se utilizam dos conceitos, da nomenclatura e do aparato prescritivo-normativo das gramáticas greco-latinas.

Diante disso, o autor verifica que a estrutura e o conteúdo presentes nas gramáticas produzidas sobre a influência do PTG, independentemente da periodização em que estão inseridas, partem de uma mesma “linha de montagem”. Dentre os pontos destacados por Vieira (2018, p. 10-11) para justificar tal proposição, elencamos:

- as gramáticas “busca[m] construir e ensinar um padrão linguístico ideal a partir das prescrições de supostas formas corretas e legítimas”;
- as gramáticas “veem as variedades linguísticas dominantes na sociedade como superiores às de menor prestígio”;
- as gramáticas “confundem gramática, norma e língua, entendendo-as como um objeto autônomo, homogêneo e estático, independente de seus usuários e a serviço da expressão do pensamento”;
- as gramáticas “privilegiam a escrita literária pregressa em detrimento de outras esferas de uso da língua”;
- as gramáticas “utilizam um aparato categorial, conceitual e terminológico comum, fixo e estanque, a despeito de lacunas e contradições”.

De fato, durante o breve estudo histórico da produção de gramáticas que realizamos nessa seção e ao estudar as fontes secundárias selecionadas para esta pesquisa, podemos enxergar tais características presente no processo gramatização das línguas.

Desta forma, ao entender que as gramáticas produzidas até o século XIX possuem uma noção purista de língua, privilegiando a língua dos poetas, prosadores e dos barões doutos, e tendo como objetivo *investigar o tratamento dado às*

especificidades sintáticas do português do Brasil em gramáticas das duas primeiras décadas do período dito científico (1880 a 1900), julgamos necessário realizar este percurso histórico para entender como esse modelo prescritivo-normativo surgiu, para assim analisarmos se as gramáticas fontes da nossa pesquisa, que se julgam científicas e utilizam nas suas retóricas noções apresentadas pela linguística histórico-comparativa²¹, romperam ou não com esta noção purista de língua que considera a língua do colonizador, neste caso Portugal, como a língua de prestígio, desconsiderando, assim, as especificidades do português do Brasil no período de tempo adotado para esta pesquisa.

Na seção seguinte, apresentaremos o clima de opinião da época, ou seja, o contexto político, social e linguístico em que nossas gramáticas fontes estão inseridas e como este influenciou os gramáticos durante o processo de elaboração dos nossos objetos de estudo.

4.2. Clima de opinião do século XIX: algumas transformações no Brasil do período

No ano de 1808, com a vinda da corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro, o Brasil se transformou em sede do reino português. Como consequência deste deslocamento, e para tornar o local mais acessível com o *status* que acabava de adquirir – nova capital do Império –, foram abertos portos, a criação da imprensa régia, o surgimento do Jardim Botânico, além de uma série de cursos de nível médio e profissionalizantes.

Quatorze anos depois, no ano de 1822, o Brasil deixaria de ser colônia e adquiriria sua independência, o que afetaria bastante o clima da época. Em 1824, um breve período após a Independência, o país viria a ganhar sua primeira constituição, influenciando, assim, a construção do embrionário sistema educativo do período. Isso aconteceu porque o projeto de Constituição apresentava, no *art. 179*, os parágrafos: 32º, que visava garantir “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”; e 33º, em que a Constituição garante “colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, artes, belas letras e artes” (BRASIL, 1834), configurando-se, assim, como o primeiro documento a garantir a instrução primária a todos os cidadãos.

²¹ Este modelo de gramática, em nível retórico, não exercia, ou pelo menos não deveria exercer, nenhuma ação sobre os fenômenos linguísticos apresentados e “se propunha descrever a evolução das línguas, concebidas como entidades autônomas dotadas de uma realidade própria” (AUROUX, 1992, p. 7).

Como resultado da busca pela consolidação do Estado Nacional e o fortalecimento do sistema educativo, na década de 1830, foram criados o Colégio Pedro II, em 1837, e o primeiro Instituto Histórico e Geográfico, em 1838 (SCHWARCZ, 1993). O Colégio Pedro II viria a exercer papel importante e de influência no sistema educacional desenvolvido naquela época, uma vez que este era o único colégio a conferir o título de Bacharel em Letras, onde os alunos saíam aptos a ingressar nos cursos superiores, tornando-se, assim, a instituição como referência de ensino.

Durante 1851 e 1852, foi implantada na capital carioca a primeira linha de navios a vapor, que fazia a rota Liverpool – Rio de Janeiro – Buenos Aires. Além disso, a cidade também recebeu a primeira linha telegráfica e, em 1854, receberia iluminação à gás e, em 1883, luz elétrica.

Desta forma, esses acontecimentos levaram a cidade do Rio de Janeiro a irradiar o progresso pelo país, além de ser a cidade em que alguns dos gramáticos selecionados para esta pesquisa residiam e em que algumas de suas gramáticas foram publicadas.

Ainda na década de 1880, com a impopularidade do Imperador Dom Pedro II com as elites brasileiras, resultado do impacto negativo gerado pela Abolição da Escravidão em 1888, e com a crise econômica e política que perdurava no país, o Império viria a ruir e, em 1889, viria à proclamação da República (SCHWARCZ, 1993).

Essa luta em torno da construção de uma identidade nacional e a recepção da modernidade influenciou diretamente no clima da época, e, conseqüentemente, na gramatização da língua portuguesa do Brasil, uma vez que o país deixou de ser colônia de Portugal e precisava se constituir como uma nação. Assim, podemos afirmar, com base em Auroux (1992), que a criação da imprensa em 1808 influencia diretamente na circulação de uma norma-padrão, que deveria ser utilizada e entendida pela sociedade, além da criação do Colégio Pedro II, em 1837, no Rio de Janeiro, colégio de prestígio, inaugurado pelo Império, que serviria de exemplo pedagógico, onde se insere o ensino da língua portuguesa.

4.3. Júlio Ribeiro e a liderança intelectual

Após realizarmos essa breve explanação sobre a atmosfera histórica que rodeava o Brasil do século XIX, apresentaremos agora a liderança intelectual por trás do aparecimento significativo das especificidades sintáticas do português do Brasil no século XIX e a sua influência na comunidade acadêmica.

A representatividade da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, é notável. A menção ao nome de Júlio Ribeiro nas gramáticas das décadas que sucedem à publicação da sua gramática é algo costumeiro. Apesar de, algumas vezes, essas menções serem utilizadas para discordar das proposições de Júlio Ribeiro, são notáveis a *liderança intelectual* e a *retórica revolucionária* apresentadas por este gramático (cf. seção 2.2). Segundo a literatura historiográfica contemporânea, a *Grammatica Portugueza*, de Ribeiro (1881), foi a responsável por inaugurar um novo paradigma gramatical no Brasil, que seria conhecido por modelo historicista, fazendo frente ao modelo racionalista que estava em predominância na periodização que a precede (VIDAL NETO, 2010).

De fato, através da análise da obra de Júlio Ribeiro foi possível observar que o autor enquadra-se nos requisitos necessários para ser considerado uma *liderança intelectual*. Como vimos anteriormente, uma *liderança intelectual* deve ser capaz de convencer os pensadores do período a seguirem suas propostas, através da articulação de uma *retórica revolucionária*, podendo esta ser uma *retórica de ruptura*, negando passos anteriores da ciência que está sendo estudada, ou *de continuidade*, defendendo os achados do paradigma em questão.

Nesse contexto, podemos observar que Júlio Ribeiro utiliza-se de estratégias para convencer a comunidade intelectual a adotar a nova corrente gramatical que surgia no final do século XIX, formando, assim, um *grupo de especialidade* em volta da questão. Dentre os gramáticos que pertenceram a este *grupo de especialidade* podemos citar: João Ribeiro, Maximino Maciel, Manuel Pacheco da Silva Júnior e Boa Ventura Plácido Lameira de Andrade. Vale salientar que, como veremos na próxima seção, Fausto Barreto exerceu o papel de *liderança organizacional* deste grupo.

Podemos ver no exemplo a seguir a *retórica revolucionária* de Júlio Ribeiro e o esforço apresentado pelo autor em tentar convencer os gramáticos da sua época a seguirem um novo paradigma gramatical:

Nós temos mais de estudar as formas varias por que passou a nossa lingua, temos de comparar essas fórmias com a fórmula actual para que melhor entendamos o que esta é, é como veio a ser o que é. Não nos basta usar da linguagem; é mister saber o que constitue a linguagem, e o que nos importa ella. O estudo da linguagem diz-nos muito sobre a natureza e sobre a historia do homem. Como a linguagem é o instrumento e o meio principal das operações da mente, claro está que não podemos estudar essas operações e a sua natureza sem um conhecimento cabal da linguagem (RIBEIRO, 1881, p. 2).

No trecho apresentado anteriormente, podemos ver claramente o gramático apresentando uma *retórica revolucionária* para tentar convencer os gramáticos brasileiros daquela época a se vincularem a um fazer gramatical inspirado pela linguística histórico-comparativa que estava em vigência na Europa no período em que o autor está inserido. Isso fica evidente, uma vez que o autor chama atenção para ao fato de que as línguas evoluem no decorrer da história e que é necessário entender esse processo de evolução para entender onde a língua estava em um estágio anterior e aonde ela chegará.

De fato, ao discorrer sobre o fazer gramatical, Ribeiro (1881) diz que “a grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objetivo a correcção da linguagem” (s/p.). Desta forma, podemos observar uma mudança, ao menos em nível retórico, no tratamento dos dados linguísticos, uma vez que agora a gramática passa a ter o objetivo de observar e sistematizar os dados da língua para facilitar o processo de aprendizagem.

Sobre a vinculação de Ribeiro (1881) com a corrente historicista, Maciel (1914) afirma:

Sr. Júlio Ribeiro se adscrevia a transverter, quasi ipsis verbis, para o vernáculo, as novas doutrinas dos autores estrangeiros, de Guardia, de Mason, de Bergmann. Além disso, resumbrava-lhe do estylo certo grão de frouxidão e obscuridade; do methodo, certa desorientação; e, quanto á syntaxe, ao envez de exemplos hauridos aos monumentos literários, dava-lh'os elle proprio, quasi sempre (p. 442).

Maciel (1914), ao discorrer sobre a repercussão e a influência da *Grammatica Portugueza*, afirma que “a maior parte dos grammaticos e professores seguem a divisão da grammatica com morphologia e syntaxilogia, de accordo com o que estatuiu o prof. Júlio Ribeiro” (p. 4). Por exemplo, em *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*, de Ernesto Carneiro Ribeiro, publicada em 1890,

Júlio Ribeiro não apenas é citado, sendo classificado como filólogo, gramático e homem de letras, como também é tratado como um marco nos estudos gramaticais no Brasil, posição essa justificada pelo argumento de que a introdução das análises gramaticais inglesas no país teria sido realizada a partir de sua *Grammatica Portugueza* (AQUINO, 2017, p. 149).

No Prologo da *Grammatica Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira, publicada em 1907, lê-se:

Depois que Júlio Ribeiro imprimiu nova direcção aos estudos grammaticaeS; romperam-se os velhos moldes, e estabeleceu-se largo conflicto entre a escliola tradicional e a nova corrente. Vae a esta hora viva a requesta em todo o campo grammatical. A incerteza das theorias pede meças á variedade desorientadora do methodo expositivo e á exuberancia da technologia « abstrusa e cansativa» (s/n).

A recepção da gramática foi bastante positiva, inspirando os ares da época. Em 1887, após a repercussão e aceitação da gramática de Julio Ribeiro, foi criado o programa educacional de Fausto Barreto²², este influenciado diretamente pela obra de Ribeiro (1881) durante o processo de produção do programa para o ensino de língua portuguesa no Colégio Pedro II, demonstrando, assim, a influência exercida pela obra.

Diante disso, pode se pensar que a gramática de Júlio Ribeiro, além de marcar o início da produção de gramáticas do período científico no Brasil, abalar as bases do modelo racionalista que vigorava anteriormente e implementar na produção gramatical as teorias oriundas da línguas histórico-comparativa, foi uma das maiores influenciadoras do fazer gramatical da periodização adotada para a nossa pesquisa (VIDAL NETO, 2010).

Retomaremos essa discussão durante a análise interna dos nossos objetos de estudo. Dessa maneira, verificaremos se estas gramáticas, incluindo a de Júlio Ribeiro, realmente seguem o modelo historicista durante o tratamento das especificidades do português falado no Brasil em nível sintático, ou se ficam apenas no nível retórico.

4.4. Fausto Barreto e a liderança organizacional

Como dito anteriormente, o Colégio Pedro II, inaugurado no Rio de Janeiro, em 1837, atuou influenciando diretamente o sistema educacional do Brasil no século XIX, uma vez que este determinava os programas que seriam implementados nas instituições de ensino nas escolas de cunho oficial do novo estado-nação.

Sem dúvidas, como apontamos na seção 4.3, a obra de Júlio Ribeiro (1881) influenciou o fazer gramatical da época e a difusão das suas ideias o transformou na *liderança intelectual* (MURRAY, 1994) da nova corrente gramatical que estava em

²² Discorreremos sobre isso mais à frente, na seção 4.5.

voga no Brasil. Porém, vale salientar, que a função de *liderança organizacional* (MURRAY, 1994) foi assumida pelo professor Fausto Barreto (1852-1908) (GURGEL, 2008).

De acordo com Gurgel (2008), por volta da metade do século XIX, surgiu uma maior preocupação com a seleção e distribuição dos conteúdos que seriam lecionados nas escolas oficiais e, como resultado desse movimento, no início do ano de 1856, foram aprovados os primeiros programas de ensino do Colégio Pedro II, que, além de sistematizar os conteúdos, trazia indicações de livros didáticos a serem adotados.

Em 1887, Emmigydio Victorio, que ocupava a posição de diretor geral do Colégio Pedro II, em uma tentativa de aprimorar os ensinamentos da instituição, ordenou que os professores que ali atuavam realizassem novos planejamentos com base nos conhecimentos pedagógicos que surgiram na época. É nesse contexto que Fausto Barreto se encontra. Ele foi professor de português da instituição e encarregado de compor os programas oficiais de língua portuguesa que seriam adotados por todo país (MACIEL, 1914).

A partir desse momento, foi inaugurada uma nova fase do ensino de português no Brasil, pois os esforços de Fausto Barreto inspiraram a produção de novas gramáticas em consonância com as diretrizes do Colégio Pedro II. Sobre o assunto, Maciel (1914) afirma que, na ausência de compêndios que seguissem a nova orientação,

Pacheco e Limeira, João Ribeiro e Alfredo Gomes, nomes já laureados no magisterio, tiveram de escrever as suas grammaticas, versadas no programa Fausto Barreto traçara, no qual de todo se revelavam o espirito de synthese, o critério philologico e o novo rumo que nos importava trilhassem o ensino e estudo da lingua portugueza (p. 444).

Diante de tal comentário fica evidente a influência na produção gramatical que o programa obteve na sua época. Ainda de acordo com Maciel (1914), o programa de Fausto Barreto, além de inovar e reformular o ensino de língua portuguesa, estava “rompendo com a tradição”, pois “o novo programma para exames geraes de preparatorios, sentenciavam elles [os gramáticos], veio fazer-nos mudar de propósito” (p. 444).

Inseridos nesse contexto de mudança do fazer gramatical, Pacheco & Limeira (1887) diz:

Tinhamos emprehendido escrever uma gramatica completa da lingua portugueza, rompendo em lucta a tradição, e fazíamos fundamento de

entregal-a em breve à publicidade. O novo programma para os exames geraes de preparatorios, porem, veio fazer-nos mudar de proposito. E' que muitos dos pontos nelle exigidos para exames de portuguez não se encontrando nas gramáticas que por ahi correm impressas, e os alumnos não tendo fontes onde possam haurir a instrucção de que carecem, resolvemos vir ainda uma vez em auxilio da mocidade estudiosa (p. 3).

Como podemos ver, de acordo com Pacheco & Limeira (1887), o programa de Fausto Barreto influenciou a produção gramatical da época, pois os exames gerais de preparatórios do Colégio Pedro II estavam requerendo novos saberes.

Desta forma, concordamos com Gurgel (2008) quando a autora afirma que “o programa de Fausto Barreto mudou o ensino de língua naquele momento, criando, inclusive, pressão sobre o conjunto de estabelecimentos de ensino da época, tendo aberto o lugar para o aparecimento de novas gramáticas” (p. 62). Desta maneira, é perceptível a *liderança organizacional* (MURRAY, 1994) exercida pelo professor Fausto Barreto.

Na próxima seção apresentaremos algumas considerações sobre a sintaxe do português do Brasil do final do século XIX, a fim de compreendermos melhor como os gramáticos e os pensadores da linguagem da época entendiam esse aspecto da língua portuguesa do Brasil e entendermos melhor o *clima de opinião* (KOERNER, 1996) da época.

4.5. *Rascunhos sobre a Grammatica da Língua Portuguesa* (1881), de Baptista Caetano de Almeida Nogueira: considerações sobre a sintaxe do português do Brasil no século XIX

Baptista Caetano de Almeida Nogueira (1826-1882) foi um poeta, linguista, ensaísta, matemático, professor e funcionário público. Durante a sua carreira, lecionou no Colégio Pedro II e foi vice-diretor da Repartição Geral dos Telégrafos. Além disso, era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio do Instituto Politécnico e um dos fundadores da Associação de Socorros a Invalidez. Interessados em compreender o “clima de opinião” da época e entender o tratamento sintático que era dado às especificidades da língua portuguesa do Brasil, decidimos aqui analisar os *Rascunhos sobre a Grammatica da Língua Portuguesa*, de Baptista Caetano Nogueira, publicada no ano de 1881. Nesta obra, Nogueira (1881) apresenta suas impressões sobre

como os gramáticos tratavam as especificidades do português do Brasil no final do século XIX e, por isso, consideramos fundamental analisarmos a sua obra.

Apesar de discorrer sobre o fazer gramatical, a obra de Nogueira não apresenta uma seção discutindo as noções de gramática que coexistiam na época e, como consequência, não apresenta uma retórica de vinculação, de maneira clara, com nenhuma delas. Outra característica marcante desta obra é que ela foi produzida como resposta a quem o autor se refere por Dr. e a outros gramáticos renomados (J. F. de Castilho, Arthur Barreiros, J. S. Barboza, entre outros).

Nogueira (1881), já nas primeiras páginas do texto, na parte de apresentação, explicita o objetivo do seu trabalho: “escrever e publicar [...] duvidas sobre as questões de grammatica” (p. 3). Fugindo dos padrões que eram esperados para época, o autor apresenta uma retórica que visa criticar a visão purista adotada e difundida pelos gramáticos daquele período. Nesta mesma perspectiva, o autor, durante a apresentação da obra, se propõe a discorrer e a questionar sobre o que tais gramáticos chamam de “corrupção na linguagem”, ou erros gramaticais, cometidos pelos brasileiros. Sobre o assunto o autor diz que

Si ha corrupção na linguagem de cá [Brasil], ella se dá também na linguagem usada lá [Portugal]. O facto real é que ellas são diferentes e mais nada. Dizer-se agora que a de lá é mais vernácula e mais conforme com a índole da linguagem é o que resta provar e o que se não prova (NOGUEIRA, 1881, p. 5).

Como podemos ver, Nogueira (1881) critica claramente, pelo menos em nível retórico, o purismo linguístico, tendendo a considerar os achados da Linguística daquele período. Além disso, o autor questiona sobre a noção de “corrupção na linguagem” apontada pelos gramáticos da época. Os gramáticos que perpetuavam essa noção, segundo Nogueira (1881), afirmavam que o português do Brasil apresentava-se como uma corrupção do português, por entenderem a língua portuguesa como unidade, apresentando, assim, a língua portuguesa do Brasil como o mesmo português que foi gramatizado em Portugal e, como consequência, a utilização dos mesmos aspectos sintáticos do português de Portugal. De acordo com o autor, na visão de tais gramáticos, durante o processo de gramatização “o phenomeno da *variação phonetica*, seguida da regeneração dialectica, que os linguistas reconhecem, não pode, não deve ter logar na America Portugueza” (p. 4).

Ainda dando continuidade sobre o que já foi exposto aqui, Nogueira (1881) discorre sobre outro aspecto em contraposição à gramática tradicional: a naturalidade da língua. Segundo o autor, o povo brasileiro “pode fallar e escrever muito correctamente, deve fazel-o assim e brilhará; mas si imitar a linguagem dos outros lá, por muito bonita e correctá que seja ella, não prestará para nada, justamente por não ser natural” (p. 4).

Ao analisarmos o nível retórico apresentado nessa obra, consideramos que ela, mesmo que não explicita o seu vínculo com o modelo historicista que estaria em voga no período, apresenta uma retórica em defesa das especificidades sintáticas do português do Brasil, entendendo-as, pelo menos em parte, como pertencentes ao processo de evolução da língua, sendo estas influência do meio.

Partindo desta perspectiva, Nogueira (1881) afirma que algumas das regras puristas impostas por gramáticos são “transgredida[s] por diversos e por elle mesmo à cada passo” (p. 25). Sobre os casos que fogem às regras descritas por gramáticos, o autor afirma que “para cada caso irão (e vão) os puristas inventando regra nova” (p. 26). Além disso, o autor afirma que “os puristas arrogam-se o direito de censurar a incorrecção dos brasileiros, reservando-se porem a faculdade de transgredir as regras, quando bem lhes parece” (p. 46). Assim, podemos ver a crítica do autor frente à criação de exceções para suprir as inconsistências das regras apresentadas.

Sobre a sintaxe, Nogueira (1881) discute a ideia de imutabilidade deste aspecto da linguagem exposta por outros gramáticos. Para tal discussão, o autor apresenta a seguinte citação²³, onde se lê:

Fixada a syntaxe de uma lingua, ninguem a póde alterar; augmente-se embora o seu vocabulário, modifiquem os sons, innovem algumas formas, a syntaxe é immutavel, e si assim não for a lingua deixa de ser a mesma (p. 211).

Como resposta a tal afirmação, Nogueira (1881) constrói uma contra-argumentação utilizando-se de exemplos retirados de textos de autoridades, vejamos:

Si a syntaxe é immutavel como é então que o v. de Castilho ousou dizer: <A linguagem dos Lusíadas foi a melhor que se podia para o seu tempo; mas o seu tempo já ficou para traz há tres séculos; e fallar hoje como fallou camões, nem a um velho tonto e pirrhonico se desculparia, quanto mais a um vinçosinho de sete ou oito annos> (p. 211).

²³ Esta citação não fora referenciada na obra. Porém, fica claro que esta fora extraída de uma obra escrita por quem Nogueira (1881) chama de amigo e Dr. no decorrer do livro.

Como podemos ver nesta citação, o autor entende que a sintaxe da língua seja mutável e que, no decorrer da história, a língua sofre alterações em todos os níveis (fonéticos, sintáticos etc.). Desta forma, podemos inferir que Nogueira (1881) se vincula a preceitos da linguística histórico-comparativa para justificar tal afirmação (mesmo que não faça referência clara a nenhum estudo), uma vez que considera que uma língua, e seus aspectos sintáticos, se modificam no decorrer do tempo.

Além do que já foi apresentado, Nogueira (1881) faz uma crítica à produção gramatical da época. De acordo com o autor, “no geral dos seus preceitos os compêndios são repetição uns dos outros”. Como resultado dessa repetição exaustiva, “fundamentam-se todos sobre J. S. Barboza, que é o mestre que dicta a lei (desgraçadamente) no domínio da língua portuguesa” (p. 15). Em decorrência desse descontentamento, Nogueira (1881) critica esse modelo de produção gramatical (o racionalista) e as regras impostas pelo J. S. Barboza; modelo este que viria a ser rompido, majoritariamente, com a ascensão do período científico no Brasil.

Outra especificidade apresentada pelo autor da obra aqui analisada é que esta apenas discute aspectos de nível sintático, mais especificamente a colocação pronominal. Desta forma, Nogueira (1881) divide sua obra em dois blocos. Inicialmente, na primeira parte, o autor discute as regras de colocação pronominal apresentadas pelos gramáticos puristas da época, que seriam entendidas como desvios sintáticos do português cometidos pelos brasileiros, e as questionam em um movimento de defesa do português do Brasil. Em um segundo momento, o autor apresenta e discute as regras que o mesmo julga como “incorreção grammatical na collocação dos pronomes” (p. 139) por parte dos brasileiros.

Por entendermos que com esta pesquisa objetivamos analisar como os gramáticos trataram as especificidades sintáticas do português do Brasil na periodização selecionada, ao considerar a extensão deste trabalho e que a obra analisada nesta seção discorre apenas sobre colocação pronominal, decidimos apresentar aqui apenas os exemplos mais recorrentes²⁴ de cada bloco.

4.5.1. A análise do primeiro bloco de Nogueira (1881)

²⁴ Resolvemos fazer esse recorte, pois a argumentação utilizada pelo autor para defender seu ponto de vista exposto é bastante similar em todos os exemplos apresentados por ele.

Como já dito anteriormente, nesta seção analisaremos alguns excertos retirados do primeiro bloco da obra de Nogueira (1881). Nesta parte da gramática, o autor apresenta algumas regras de colocação pronominal que os gramáticos da época consideravam que eram corrompidas no português do Brasil e apresenta uma contra-argumentação em favor dos usos brasileiros. Feita essa explanação passaremos para a análise dos excertos:

Sobre a regra gramatical em que certos quantitativos exigem anteposição de pronomes, vemos:

Dir-se-ha que aqui vigora a regra da grammatica citada por Fernandes Pinheiro Junior, a qual entre os *quantitativos* que exigem a anteposição dos pronomes, comprehende *pouco, pouca, poucos, poucas?* Porem Castilho tem muitos dizeres como: <<Elle *me ponderou* que ...>> onde se vê o 1.º o agente 2.º o paciente 3.º o verbo, tudo seguidinho e em opposição formal à regra 2.ª do mesmo Castilho. (p. 22).

Ao apresentar esta afirmação na sua obra, Nogueira (1881) reforça sua crítica sobre a produção de regras e seus casos de exceções. Como já falamos no início dessa seção, esta parte da obra discorre exclusivamente sobre as regras gramaticais e as supostas “corrupções” cometidas pelos brasileiros. Desta forma, podemos ver que o autor aponta uma falha na regra, uma vez que apresenta excertos de obras produzidas pelo gramático purista fugindo da regra que o mesmo defende. Além disso, para provar o seu ponto de vista em defesa das especificidades do português do Brasil, Nogueira (1881) apresenta vários exemplos da literatura clássica, fugindo à regra. Sobre o assunto Nogueira (1881) diz:

E Camões, que no meu entender sempre servirá de norma, tambem a cada passo diz da maneira seguinte, fallando lingua de *colono internado*. [...] <<No recostado gesto se assignala>>; <<Um venerando e prospero senhor>> Si disserem que o primeiro exemplo não vai contra a 2ª regra de Castilho, porque o agente não está antes do verbo, é incontestável que o segundo *e* se adereça está contra essa regra e ainda contra a conjunção *e* (p. 22-23).

O gramático aponta que o seguinte exemplo está contra essa regra e ainda contra a da conjunção *e*.

Como vimos na seção 4.1 deste trabalho, uma das condições para que ocorra gramatização de uma língua é o estabelecimento de uma literatura clássica. Tendo noção da importância deste fato, Nogueira (1881) utiliza-se dele para invalidar a regra

que supostamente os brasileiros estariam quebrando, apresentando exemplos da literatura clássica e excertos retirados das obras de gramáticos puristas de renome.

Outra especificidade sintática do português do Brasil discutida por Nogueira (1881) é o uso de pronome anteposto aos verbos em orações com *que* relativo ou conjuntivo. Sobre o tópico, o autor afirma que:

Uma das regras mais rigorosas da syntaxe é a que exige pronome anteposto aos verbos em todas as orações de *que* relativo ou conjuntivo. *Que* diz-se à tal respeito? *que* dá-se ahi um dos mais graves erros increpados aos Brasileiros incorrectamente pospondo o pronome ao verbo precedido de *que* (p. 36).

O commendador Montôro é escriptor [português] primoroso e diz:

<<Foram duros annos de aprovação *em que* muitas muitas vezes faltaram os meios, augmentaram as dividas, viu-se futuro arriscado>> (p. 37).

Como podemos ver, mais uma vez Nogueira (1881) questiona as regras puristas defendidas pelos gramáticos em defesa das especificidades do português do Brasil e transforma sua própria escrita em uma subversão à norma defendida pelos puristas. Vale salientar que o autor, mais uma vez, segue apresentando excertos de obra extraídas de autoridades linguísticas da época para justificar a evolução de determinado aspecto sintático do português, neste caso não só do português do Brasil.

Já fica claro que, diferentemente da gramática de Júlio Ribeiro (1881), os *Rascunhos sobre a Grammatica da Língua Portugueza* se utilizam dos preceitos da corrente historicista não só no nível retórico. Porém, no decorrer da obra, mais especificamente no primeiro bloco da obra, abrangendo da página sete (7) até a página cento e quarenta e quatro (144), Nogueira (1881) apresenta inúmeras regras de colocação pronominal que costumam ser quebradas e “corrompidas” pelos brasileiros e as questionam, se utilizando de excertos retirados da literatura portuguesa clássica, de exemplos retirados de obras de autoridades linguísticas e dos próprios gramáticos puristas que as propõem.

Para reforçamos o que vem sendo dito durante a análise do primeiro bloco desta gramática, apresentaremos a seguir a visão de Nogueira (1881) sobre o uso do pronome *a* proclítico ao verbo no português do Brasil:

<<A mais solida gloria a considero>>

Ahi temos o pronome *a*, que neste caso vale tanto como aquella, proclítico ao verbo, cousa que de modo nenhum é admissível, e que

para ouvidos brasileiros é intolerável. Não suponha que se censure a anteposição do pronome por si, mas a anteposição do pronome *a*; os outros pronomes que não são proclíticos, ou enclíticos, como outro qualquer acusativo, podem preceder ou suceder ao verbo. Ao geito do velho Camões, e sem ficar errado o verso, podia bem dizer-se: *Solida gloria aquella considero*, ou ainda visto não haver consoante obrigado: *Solida gloria considero aquella* (p. 48).

Novamente, Nogueira (1881) apresenta fatos linguísticos em defesa do português do Brasil, neste caso em relação ao uso do pronome *a* proclítico ao verbo, e apresenta Camões, autor clássico da literatura portuguesa para sustentar sua argumentação. Ao analisarmos os excertos aqui apresentados, e ao realizarmos uma análise do primeiro bloco da obra de Nogueira (1881), podemos ver que o autor claramente apresenta um movimento, não apenas retórico, de defesa das especificidades do português do Brasil frente ao português de Portugal, questionando regras infundadas apresentadas por gramáticos puristas. Desta forma, consideramos que esta obra aponta questionamentos úteis que poderiam ser considerados para a configuração de um novo fazer gramatical, um que considere os processos evolutivos da língua e que, na medida do possível, desconsidere a visão purista de língua defendida pelos gramáticos da época.

Para finalizar esta primeira parte da análise dos *Rascunhos sobre a Grammatica da Língua Portuguesa*, de Nogueira (1881), gostaríamos de apresentar um excerto que resume o que foi exposto aqui durante a análise:

Luctando contra o rigorismo intransigente dos puristas, o meu amigo sabe que tenho tentado entender a questão [colocação pronominal] e descobrir a razão das regras que elles formulam, pois devem ter uma razão de ser; mas não é fácil isto; e repetirei o que já tenho dicto nas nossas discussões: Não sabem o que preceituam. E si pudermos formular novas regras que expliquem os factos não são elles quem no-las darão (p. 48-49)

Daremos continuidade, na seção seguinte, analisando o segundo bloco desta obra.

4.5.2. A análise de excertos extraídos do segundo bloco de Nogueira (1881)

Nesta seção analisaremos alguns excertos retirados do segundo bloco da obra de Nogueira (1881), o qual o autor nomeia de “incorreção grammatical na collocação dos pronomes” (p. 139). Diferentemente do primeiro bloco, nesta parte da discussão, o autor discorre sobre “a incorrecção do luso-brazileiro na collocação dos pronomes” (p. 139).

De acordo com Nogueira (1881), esta seção tem como objetivo apresentar “unicamente os casos em que a linguagem brasileira se afasta dos clássicos, e por clássicos entendemos não os rigoristas e verdadeiros inovadores do hodierno, mas o maior numero dos que, nas pegadas de Camões, cultivaram as letras portuguezas” (p. 139).

Como já esperado, mais uma vez Nogueira (1881) se apoia numa literatura estabelecida e aceita pela comunidade da época para justificar o que considera como certo ou não. Porém, neste bloco fica claro que, apesar das rupturas com o paradigma gramatical que precede o modelo historicista, o autor não rompe totalmente com a tradição gramatical greco-latina. Consoante Vieira (2018), uma característica da produção gramatical, que começa junto com as primeiras gramáticas a que se tem acesso e vem sendo utilizada até os dias de hoje, é o apoio na literatura clássica de uma língua, que muitas vezes é produzida com séculos de diferença, para forjar regras que deverão ser seguidas por uma determinada comunidade linguística. Desta forma, podemos ver que Nogueira (1881) não foge do PTG, ao menos nessa dimensão.

Feita essa explanação inicial sobre os objetivos deste bloco da gramática, achamos prudente falar que os excertos que serão apresentados foram escolhidos por serem “realmente frequentes na linguagem brasileira” (NOGUEIRA, 1881, p. 142) da época.

Sobre o início de frase com pronome proclítico, Nogueira (1881) afirma que:

Em começar phrase com pronome proclitico, <<*me parece* que assim é; o *vedes* perfeitamente: *o julgamos* razoavel; *nos dão* exemplos disso até directores de instrucção; *nol-o aconselha* o dr. Paranhos da Silva.>> E' um castelhanismo ou italianismo, mas gallicismo nunca por que nesses casos, em francez, a phrase começa sempre por um sujeito, pelo menos por um pronome expletivo; (p. 139).

Após analisar este excerto podemos enxergar que Nogueira (1881) apresenta, como já esperado, esta especificidade sintática do português do Brasil, mas não a aceita, apresentando-a como “castelhanismo” ou “italianismo”. O fato do autor não aceitar esta especificidade da língua portuguesa do Brasil está na ausência deste aspecto sintático nos clássicos da literatura e na não utilização deste pelas autoridades linguísticas.

Desta forma, fica claro que, apesar de Nogueira (1881) apresentar uma retórica de mudança e de aceitação da evolução da língua, o autor ainda continua expondo determinados aspectos sintáticos do português do Brasil como incorreção do uso da linguagem por parte dos brasileiros. Isto confirma mais uma vez a vinculação desta obra

ao PTG, pois continua apresentando, em parte, as especificidades da língua portuguesa do Brasil a partir de uma visão purista e utiliza-se da literatura clássica para justificar isto.

Em seguida, Nogueira (1881) discute o emprego de pronome proclítico com verbos no infinitivo e gerúndio. Sobre o tópico o autor diz:

Em empregar pronome proclítico, com verbos no infinitivo e no gerúndio. Este em ultima analyse em à dar no outro, pois o erro consiste em começar a phrase por pronome proclítico; no mais differe porque os censores querem e exigem em geral o pronome enclítico (italianismo), e o pronome proclítico, dizem, é gallicismo; mas gallicismo será então a anteposição do pronome ao gerúndio e ao infinitivo em geral, e vimos que quando precedidos de preposição é isto muito admissivel e regular (p. 139).

Novamente o autor discute o tópico da colocação de pronome proclítico em inicio de frases. Porém, desta vez, Nogueira (1881) relaciona com o uso de verbos no infinitivo e gerúndio, outra ruptura dos usos brasileiros com a regra gramatical apresentada pelos gramáticos puristas. Segundo o autor, essa incorreção acontece porque a correção está no uso de pronomes enclíticos com verbos no modo infinitivo e no gerúndio.

Desta forma, podemos ver novamente Nogueira (1881) aplicando juízo de valor e proibindo o uso de uma especificidade do português do Brasil. Não diferindo muito do excerto analisado anteriormente, o autor, apesar de apresentar uma retórica a favor da evolução da língua e das suas especificidades, não descreve, nesta seção da obra, as especificidades da língua portuguesa do Brasil, como poderia ser esperado de uma obra que pretende se desvincular de um fazer gramatical purista.

A última especificidade do português do Brasil discutida na obra de Nogueira (1881) é o uso de pronome enclíticos em linguagens negativas. A respeito deste uso, temos:

Em usar pronomes enclíticos nas linguagens negativas, e principalmente com verbos de orações incidentes, subordinadas, condicionaes e em geral integrantes <<o *que disse-me* elle, é exacto; *onde pôz-se* o lapis? *quem chamou-te?* quando deu-se isso? *si queres-mes* falar, *quando formo-nos* etc>> (p. 140).

Outra incorreção recorrente do uso da colocação gramatical cometidas pelos brasileiros, nas palavras do autor, está no uso de pronomes enclíticos nas frases negativas, orações incidentes, subordinadas, condicionais e integrantes. Como nos dois

últimos exemplos apresentados, Nogueira (1881) repreende tais usos. Durante a explicação para tal incorreção, o autor ainda apresenta que a maior parte dos brasileiros letrados da época não cumpre esta regra.

Assim, fica claro que neste bloco da obra o autor não pretende apenas descrever os fatos gramaticais que são considerados por ele como incorreção gramatical, mas também apresentar as regras que regem tais incorreções para que sejam seguidas. Ao discorrer sobre o assunto, Nogueira (1881) fala:

Pois bem, admittamos: é incorreção; mas peço licença para notar que *os nossos tios* (acho magnífica esta designação que inventou o dr. Paranhos da Silva) também lá tem suas incorreções, de outra natureza, é verdade, mas sempre incorreções. Com o maior acatamento e respeito, pois, declaro que: assim como os *tios* fazem o que querem com a sua língua lá delles [Portugal], *os sobrinhos* também podem fazer o mesmo com a sua delles cá [Brasil] (p. 144).

Desta forma, o autor confirma seu posicionamento sobre considerar os exemplos aqui analisados por incorreção gramatical. Apesar disso, o autor, ao mesmo tempo, apresenta um discurso em favor das especificidades do português do Brasil. Nogueira (1881) entende a língua portuguesa do Brasil como diferente da de Portugal e, por isso, cobra que assim sejam tratadas.

Quando comparamos a obra de Nogueira (1881) com a gramática de Ribeiro (1881) que aqui será analisada²⁵, ambas publicadas no mesmo ano, podemos perceber um movimento de defesa das especificidades da língua portuguesa do Brasil em Nogueira (1881), em nível retórico e gramatical, o que não acontece efetivamente em Ribeiro (1881).

Além disso, na periodização em que ambas as obras foram publicadas, já estavam circulando teorias linguísticas em defesa do processo evolutivo das línguas. Desta forma, estas teorias defendiam o ato de descrever esses processos e não a criação de regras.

Em contrapartida deste movimento, como podemos ver claramente na obra de Nogueira (1881), apesar de existir uma discussão sobre as particularidades sintáticas do português do Brasil, os gramáticos do final do século XIX não incluíram esta discussão nas suas obras e, em muitos casos, quando apresentavam tais particularidades, apresentavam-nas como exemplo a não serem seguidos. Neste aspecto, a obra de

²⁵ Cf. seção 5.1

Nogueira (1881) nos ajudou a entender a atmosfera intelectual em volta da questão, para assim alcançarmos o nosso objetivo de analisar o tratamento dado às especificidades sintáticas do português do Brasil em gramáticas do final do século XIX.

4.6. A inserção do português do Brasil em gramáticas do período científico

Cientes de uma considerável produção historiográfica que versa sobre o nosso objeto de estudo (a sintaxe da língua portuguesa do Brasil em gramáticas do período científico), decidimos sistematizar alguns desses achados.

Como dito anteriormente, autores contemporâneos, a exemplo de Vidal Neto (2010), Cavaliere (2014), Borges Neto (2018), Vieira (2018), entre outros, concordam que a Grammatica Portugueza (1881), de Júlio Ribeiro, marcou a transição do modelo de produção gramatical racionalista para o historicista.

Com efeito, Vidal Neto (2010), ao analisar a gramática de Ribeiro (1881), aponta que esta obra se utiliza de preceitos da gramática histórico-comparativa para, assim, ser possível apresentar registros do português do Brasil neste tipo de instrumento linguístico. Sobre a importância da obra de Ribeiro (1881) para a ascensão de um novo modelo gramatical em território brasileiro, o modelo historicista, Vidal Neto (2010) diz:

podemos afirmar que Ribeiro (1881) promoveu um verdadeiro corte epistemológico quanto à tradição gramatical brasileira, uma vez que o autor negou os principais valores apregoados pelo modelo racionalista, representando, fundamentalmente, pela *Gramática de Port-Royal* e por todas *gramáticas particulares* que nela se inspiraram, como foi o caso, no português, das chamadas *Gramáticas Filosóficas* (p. 124).

Ademais, o autor ainda aponta que, além de esta obra apresentar uma nova perspectiva teórica para produção gramatical da época, outro fato que chamou atenção foi o número significativo de menções do português do Brasil. Desta forma, fica evidente a importância da obra de Ribeiro (1881) para a produção gramatical do final do século XIX, como pudemos verificar na seção que discorre sobre a *liderança intelectual*²⁶ de Júlio Ribeiro.

A par da transição do modelo gramatical racionalista para o historicista, que surgiu como resposta à publicação da obra de Ribeiro (1881), Gurgel (2008), na sua

²⁶ Cf. seção 4.3.

dissertação de mestrado, analisa gramáticas produzidas entre 1880 e 1920 para verificar a abordagem utilizada pelos gramáticos selecionados em relação aos usos específicos da colocação dos pronomes pelos brasileiros. A autora justifica a decisão de analisar dados de colocação pronominal por entender que a questão ganha bastante destaque na periodização adotada.

De acordo com Gurgel (2008), apesar da recepção positiva ao modelo gramatical historicista para o tratamento da língua, esta aconteceu apenas em nível retórico. A autora também aponta uma coocorrência de abordagens (a pedagógica e a científica) no tratamento da colocação pronominal e sugere que não há presença absoluta de uma descrição de língua característica do modelo científico.

Deste modo, a autora conclui que não é adequado afirmar que o fazer gramatical em torno da gramatização de dados sintáticos da língua portuguesa, mais especificamente sobre dados de colocação pronominal, seja científico.

Nessa perspectiva, Cavaliere (2014) aponta que houve uma resistência por parte dos gramáticos que utilizavam as bases do modelo racionalista para aceitar o modelo historicista. Ao discutir sobre o modo de produção desses dois modelos, o autor afirma que

no plano da velha ordem racionalista, o texto gramatical tinha uma missão exclusivamente pedagógica, em que se ocupa da educação linguística com forte teor normativo, à luz dos textos escritos pelos autores clássicos. A incorporação do método histórico-comparativo às páginas gramaticais significou trazer para os domínios das gramáticas de língua vernácula as teses teóricas da Ciência Linguística, de tal sorte que os textos antes meramente prescritivos, com perspectiva teleológica restrita ao ensino, passaram a ser um tempo investigativos e prescritivos (p. 11-12).

Desta maneira, com base nas palavras de Gurgel (2008) e Cavaliere (2014), é possível identificar que não houve uma ruptura total das gramáticas histórico-comparativas com o alto teor pedagógico e prescritivo derivado das gramáticas filosóficas.

Outra pesquisa que discute a gramatização dos usos sintáticos da língua portuguesa do Brasil do período científico é o texto intitulado *O português do Brasil em gramáticas Brasileiras do século XIX*, de Coelho et al. (2014). No decorrer do texto, as autoras analisam um total de seis (06) gramáticas que julgam terem contribuído para a formação de uma nova “escola” gramatical brasileira de descrição de dados do Português do século XIX, visando analisar como a produção gramatical deste período lidou com o português do Brasil.

Coelho et al. (2014) observaram uma aparição massiva de especificidades do português do Brasil em gramáticas produzidas nas duas últimas décadas do século XIX. De fato, no mapeamento realizado pelas autoras nessas obras produzidas entre 1880 e 1920, foi possível identificar um total de vinte e cinco (25) menções à sintaxe do português do Brasil.

Outro achado interessante apontado por Coelho et. al. (2014) é o considerável aumento no número e na variedade dos fenômenos registrados a partir do texto de Ribeiro (1881), considerado o fundador da corrente gramatical historicista no Brasil. Dentre as vinte e cinco (25) menções à sintaxe do português do Brasil mapeadas pelas autoras, 52% destas aparecem na gramática de Ribeiro (1881).

Ao realizar a análise das menções à sintaxe do português do Brasil, as autoras chegam às seguintes conclusões: 1- “a questão da colocação pronominal ganhou algum destaque no tratamento dado aos fenômenos do PB”; e 2- “é nítida a preponderância de julgamentos negativos dos usos locais, na maioria dos casos identificados como ‘erros’, usos ‘indevidos’ formulações contrárias aos usos dos bons autores etc.” (p. 125).

Dentre os textos citados até agora, o que mais se aproxima da perspectiva adotada por nós nesta pesquisa, em termos de objeto de estudo, é o de Polachini e Danna (2016). Intitulado *Dados sintáticos do português brasileiro em gramáticas brasileiras oitocentistas*, o texto de Polachini e Danna (2016) visa realizar um estudo detalhado dos dados linguísticos selecionados pelos gramáticos, especificamente o tratamento que estes deram à sintaxe em suas obras, tal como observar se a presença do português do Brasil relaciona-se com uma mudança mais geral na seleção dos dados da obra.

Ao analisar seis gramáticas produzidas dentro da nossa periodização – Ribeiro (1881), Pacheco & Lameira (1887), Ribeiro (1889), Carneiro Ribeiro (1890), Maciel (1902 [1894]), Said Ali (1919 [1908]) –, Polachini e Danna (2016) observaram que os gramáticos “excluíram dados elípticos ou lógicos, não observáveis, relacionados a uma orientação filosófico-especulativa”, “priorizam a análise de dados observáveis muitos deles presentes em obras consideradas clássicas da literatura luso-brasileira ou mesmo *fala cotidiana*” e “passaram a aproximar fenômenos do português a de outras línguas e também ao português antigo” (p. 200). Com base nisso, as autoras chegam à conclusão de que essas gramáticas parecem começar a se alinhar com uma perspectiva histórico-comparativa.

Através do estudo dos textos apresentados nessa seção, é possível perceber que, apesar dessa tentativa dos gramáticos do final do século XIX de se adequarem à nova corrente gramatical que surgia no período e do aumento significativo de menções à sintaxe do português do Brasil nas gramáticas analisadas, não ocorreu uma total ruptura com a noção de língua que desconsidera os processos evolutivos da língua e com o alto teor pedagógico e descritivo oriundo das gramáticas filosóficas.

5. A SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL EM GRAMÁTICAS DO PERÍODO CIENTÍFICO

Neste capítulo, construiremos a nossa narrativa historiográfica para, assim, alcançarmos nossos objetivos e respondermos nossas perguntas de pesquisa, que giram em torno de entender como se deu o tratamento das especificidades sintáticas do português do Brasil nos instrumentos linguísticos selecionados. Vale salientar que a investigação que aqui se dará será apoiada nos conceitos historiográficos apresentados no capítulo 2 desta pesquisa.

Com o objetivo de melhor expormos os dados extraídos e aqui discutidos, decidimos apresentar os nossos objetos de análise individualmente para melhor costurarmos nossa narrativa com base nos dados extraídos de cada fonte. Além disso, buscamos apresentar a análise das obras com base no ano da edição que temos acesso; sempre que possível, cronologicamente.

5.1. *Grammatica Portugueza* (1881), de Júlio Ribeiro

Verificamos, na seção referente a *liderança intelectual*, que, no final do século XIX, Júlio Ribeiro trouxe novas considerações para o fazer gramatical da época.

Desta forma, é plausível apontar que a *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, ficou conhecida por inaugurar uma nova corrente gramatical no Brasil, inspirando-se nos estudos linguísticos que estavam em voga na Europa naquele período.

Entendendo a importância deste dado, realizaremos uma análise aprofundada, visando investigar a retórica apresentada por Ribeiro (1881) na sua obra, para, assim, identificarmos o posicionamento do autor diante das questões gramaticais do período. Em um segundo momento, buscaremos, também, observar o tratamento dado às especificidades do português do Brasil, considerando a noção de gramática defendida pelo autor.

No início da gramática, durante a seção de introdução, Ribeiro (1881) apresenta uma definição de gramática. Segundo o autor, “grammática é a exposição methodica dos factos da linguagem” (p. 1). Desta forma, nesse primeiro momento da obra, ao tratar o fazer gramatical como exposição dos fatos da linguagem, é perceptível que o autor já apresenta uma retórica a favor de um novo fazer gramatical.

De fato, isso se confirma, uma vez que Ribeiro (1881) afirma que

a grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correcção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruídas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica (p. 1).

Podemos ver no trecho apresentado acima uma clara virada no tratamento retórico dado por este gramático para a noção de gramática. Não vemos mais uma visão de língua que desconsidera seus processos evolutivos, em que sua maior preocupação recai sobre a criação de regras e a correção de dados da língua.

Na verdade, percebe-se, em nível retórico, um rompimento com a gramática tradicional. Agora não se vê mais gramática como a “arte do bom falar e escrever” (própria das gramáticas anteriores), mas sim como um fazer gramatical que não cria mais leis e regras para serem seguidas pela sociedade, pois o autor defende que a gramática deve expor e ordenar os fatos da linguagem para facilitar a aprendizagem de uma língua.

Porém, no que diz respeito ao tratamento retórico e gramatical dado à língua portuguesa do Brasil na gramática analisada, podemos perceber que o posicionamento das características próprias do português do Brasil tem lugar periférico no decorrer da obra. Muitas vezes este tratamento aparece como observações complementares às explicações centrais. Além disso, junto com essas explicações complementares dadas às especificidades do português do Brasil, é comum aparecer expressões pejorativas relacionadas ao “dialeto brasileiro”, como: “é erro comezinho no Brazil” (p. 230).

Desta maneira, podemos ver que, apesar de Ribeiro (1881) apresentar na introdução da obra a noção de fazer gramatical como exposição e ordenação de fatos, e não como a criação de regras e leis a serem seguidas, o autor no decorrer da obra não segue esta noção, ficando apenas no nível retórico.

Nesta obra foram mapeadas seis (06) referências ao português do Brasil em nível sintático. A seguir, apresentaremos a análise de tais excertos para interpretarmos como Ribeiro (1881) expõe as especificidades sintáticas do português do Brasil do período.

Excerto 1 – Sentenças interrogativas em que se pospõe o pronome sujeito ao verbo (RIBEIRO, 1881)

Nas sentenças interrogativas pospõe-se o pronome sujeito ao verbo, ex.: « *Queres TU vir almoçar comigo?* ».

Cumprе notar que, principalmente no Brazil, vai-se estabelecendo o uso de construir as sentenças interrogativas em ordem direita, deixando-se o seu sentido de pergunta a cargo somente da inflexão da voz, ex.: « TU *queres vir almoçar comigo?* ». (p. 221)

Neste excerto, o primeiro retirado da obra, pudemos perceber que o autor, ao discorrer sobre a colocação dos pronomes sujeito em relação ao verbo, detém-se a realizar apenas uma descrição do fato linguístico exposto, não o apresentando, assim, de maneira necessariamente negativa ou positiva.

Vale apontar que, nesse excerto, Ribeiro (1881) apresenta que este uso está se estabelecendo em solo brasileiro, justificando, assim, sua *gramatização*. Desta forma, neste caso o gramático está seguindo a *retórica de ruptura* apresentada na apresentação da obra, corroborando um novo fazer gramatical.

Para verificarmos se Ribeiro (1881) continua não proibindo o uso de dados sintáticos do português do Brasil, seguindo a noção de gramática apresentada por ele, passemos ao próximo excerto:

Excerto 2 – Pronome acusativo em relação subjetiva (RIBEIRO, 1881)

E' erro vulgar no Brazil usar-se em casos taes da relação subjectiva; diz-se, por exemplo, « Vi ELLE *caminhar ás pressas—Deixa ELLE ir* » (p. 228).

Diferentemente do excerto analisado anteriormente, Ribeiro (1881) adota uma postura proibitiva sobre o uso do pronome acusativo em relação subjetiva característico da língua portuguesa do Brasil.

Isso fica evidente quando o gramático define como 'erro vulgar' esta especificidade sintática utilizada no Brasil, tomando como referência o português lusitano, ignorando, assim, as especificidades da língua que aqui se constituía (cf. VIEIRA, 2018; BORGES NETO, 2018). Além disso, é possível perceber ausência de justificativas para embasar esta proibição.

Desta forma, o autor se contradiz aplicando juízo de valor numa especificidade do português do Brasil, não seguindo a *retórica de ruptura* exposta na apresentação da

sua gramática, uma vez que este defende que a língua evolui e que é papel do gramático descrever as regras que regem tal evolução.

Verificaremos o próximo excerto para observarmos como Ribeiro (1881) apresentará o uso do pronome oblíquo *mim* na língua portuguesa do Brasil.

Excerto 3 – Uso do pronome oblíquo *mim* no português do Brasil (RIBEIRO, 1881)

Em taes casos usa-se da relação subjectiva, ex.: « *Esta laranja é para EU comer* ». No Brazil pecca-se contra este preceito dizendo-se « *Para MIM comer, etc.* » (p. 228).

Como no excerto analisado anteriormente, mais uma vez, Ribeiro (1881) proíbe fortemente o uso desta especificidade sintática própria da língua portuguesa do Brasil. O autor utiliza-se da expressão “pecca-se” ao se referir a esta construção sintática que é comumente utilizada, até hoje, pelo povo brasileiro. Além da proibição e do não cumprimento da sua *retórica de ruptura*, novamente, o gramático não apresenta uma justificativa para tal proibição.

Ribeiro (1881) não se restringe a descrever esta especificidade da língua portuguesa do Brasil, como esperado de uma obra que se propõe a apresentar um fazer gramatical que considera os processos evolutivos da língua. Além de apresentar regras que proíbem o uso de tal especificidade, o autor utiliza expressões pejorativas para denegrir o uso.

Disto isso, passaremos para a análise do próximo excerto:

Excerto 4 – Uso de pronome substantivo em relação subjetiva no português do Brasil (RIBEIRO, 1881)

Pôr em relação subjectiva o pronome substantivo que serve de objecto a um verbo é erro comezinho no Brazil, até mesmo entre os doutos: ouvem-se a cada passo as locuções incorrectas « *Eu vi elle—Espere eu* » (p. 230).

Diante da análise deste excerto foi possível identificar que, mesmo com a utilização desta construção sintática pelos considerados “doutos”, ou seja, a elite intelectual brasileira, o autor ainda apresenta esta característica da língua portuguesa do

Brasil como ‘erro mezinho’, mostrando, mais uma vez, que o autor não rompe com o fazer gramatical tradicional, que entende o português de Portugal e o do Brasil como unidade, ignorando e proibindo, assim, as especificidades da língua portuguesa do Brasil.

Como na proibição comentada anteriormente, Ribeiro (1881) não apresenta uma justificativa para sua proibição, apesar de entender que este uso já é feito pela comunidade letrada. Assim, o autor contradiz a sua própria *retórica de ruptura* com o fazer gramatical purista.

Daremos continuidade analisando o uso do verbo *haver* com significado de *ter*, especificidade sintática do português do Brasil, e observaremos se o gramático descreverá ou proibirá tal uso.

Excerto 5 – Substituição do verbo *haver* por *ter* no português do Brasil (RIBEIRO, 1881)

Substituem também *ter* a *haver* e dizem: « TEM muita gente na igreja—Agora TEM muito peixe no tanque ». Este uso vai-se tornando geral no Brasil até mesmo entre as pessoas ilustradas (p. 257).

Divergindo dos dois últimos excertos aqui analisados, através da análise deste excerto podemos ver que Ribeiro (1881) apresenta esta especificidade sintática da língua portuguesa do Brasil de maneira descritiva, relacionando-a a classes prestigiadas da sociedade brasileira e não aplicando juízo de valor negativo sobre a expressão.

Como no excerto anterior, o autor aponta novamente que esta especificidade estava sendo utilizada por pessoas letradas e de alta posição social, porém ainda não é explicitamente apresentada como modelo a ser seguido.

Diferentemente dos excertos anteriores, Ribeiro (1881) apenas apresenta este uso do português do Brasil. Vale salientar, que, apesar de apresentar este fato através de descrição, o autor utiliza-se majoritariamente de uma visão purista que, na maioria das vezes, apenas descreve as especificidades do português do Brasil para apresentá-las como de uso impróprio ou incorreção gramatical.

Feita essa explanação, passaremos para a análise do último excerto retirado da obra:

Excerto 6 – Uso de dupla negativa no português do Brasil (RIBEIRO, 1881)

Em algumas províncias do Brazil, como Bahia, Minas, *não* duplica-se, ex.: « NÃO posso, NÃO. NÃO dou, NÃO ». Nas sentenças exclamativas *não* emprega-se como partícula intensiva para reforçar a expressão, ex.: « *Quantos a estas horas NÃO estão mortos!* — (p. 260).

Como no excerto anterior, Ribeiro (1881) descreve uma especificidade da língua portuguesa do Brasil, mas não aplica juízo de valor sobre esta. Ao falar sobre o uso da dupla negativa, especificidade da língua portuguesa do Brasil que já é aceito por algumas gramáticas dos linguistas da contemporaneidade²⁷, o autor detêm-se a falar que este uso acontece em algumas províncias brasileiras.

A seguir, apresentaremos uma sistematização dos dados extraídos desta gramática:

Quadro 3 – A avaliação dos dados sintáticos do português do Brasil em Ribeiro (1881)

Excerto	Fenômeno sintático do português do Brasil	Exemplo apresentado	Avaliação do gramático
1	Sentenças interrogativas em que se pospõe o pronome sujeito ao verbo.	<i>TU queres vir almoçar comigo</i>	Descritiva/Neutra
2	Pronome acusativo em relação subjetiva.	<i>Vi ELLE caminhar ás pressas;</i> <i>Deixa ELLE ir</i>	Negativa
3	Uso do pronome oblíquo <i>mim</i> .	<i>Para MIM comer</i>	Negativa
4	Uso de pronome substantivo em relação subjetiva no português do Brasil	<i>Eu vi elle;</i> <i>Espere eu</i>	Negativa
5	Substituição do verbo <i>haver</i> por <i>ter</i> .	<i>TEM muita gente na igreja;</i> <i>Agora TEM muito</i>	Descritiva/Neutra

²⁷ Bechara (2009, p. 442) afirma que a “ênfase nas orações negativas é algo corriqueiro nas línguas”.

		<i>peixe no tanque</i>	
6	Uso da dupla negativa no Brasil	Não posso, não; Não dou, não.	Descritiva/Neutra

Fonte: Produção do autor (2020)

Após analisarmos as seis (06) menções extraídas da obra de Ribeiro (1881) fica clara a importância deste texto para o fazer gramatical do final do século XIX, pois, além de apresentar uma nova noção de língua e de fazer gramatical em nível retórico, esta gramática foi a primeira a incluir dados sintáticos do português do Brasil. Entretanto, apesar desta obra inserir um número significativo de menções à sintaxe da língua portuguesa do Brasil, metade desses dados tem seu uso proibido com base em regras que regem o português lusitano.

Assim, observamos que, apesar desta obra ser considerada pela literatura contemporânea como a gramática que inaugurou o período científico no Brasil, abordando a língua portuguesa do Brasil em uma gramática (VIDAL NETO, 1881; VIEIRA, 2018; BORGES NETO, 2018), Ribeiro (1881) continua apresentando parte das características próprias da língua falada no Brasil como erros ou de usos não aconselháveis.

Além disso, podemos perceber que esta gramática se difere, no nível retórico, das gramáticas produzidas anteriormente. Ribeiro (1881) discute o fazer gramatical na apresentação da sua gramática como exposição dos dados linguísticos e de como estes se ordenam. Porém, isto fica apenas no nível retórico. O autor segue utilizando o português lusitano como mirante de gramatização, mesmo com a transição do modelo racionalista para o um novo fazer gramatical. Desta forma, esta gramática segue os trilhos do PTG, utilizando-se de exemplos retirados da literatura clássica e criando/expondo regras puristas para reger o uso do português, ignorando as especificidades do português do Brasil.

A seguir analisaremos a *Grammatica Portugueza – 3º anno*, de João Ribeiro, para verificarmos o tratamento dado pelo autor às especificidades da língua portuguesa do Brasil.

5.2. *Grammatica Portugueza – 3º anno (1889 [1887]), de João Ribeiro*

Como explanamos na seção referente à *liderança organizacional*, algumas gramáticas publicadas a partir do ano de 1887 sofreram influência do programa de estudos do Colégio Pedro II.

Neste contexto, a *Grammatica Portugueza – 3º anno*, de João Ribeiro, publicada pela primeira vez em 1887, foi uma das gramáticas escritas com base nos moldes requeridos pelo programa de Fausto Barreto. Vale salientar que, apesar da nossa busca exaustiva, não obtivemos acesso à primeira edição da obra. Desta forma, aqui analisaremos a terceira edição da gramática, publicada no ano de 1889.

Tendo isso em mente, daremos início a nossa análise mapeando se Ribeiro (1889 [1887]) apresenta uma *retórica de ruptura* a favor do modelo gramatical histórico-comparativo, ou se o gramático continua se vinculando ao fazer gramatical tradicional. Em seguida, partiremos para a nossa análise dos dados sintáticos do português do Brasil extraído da obra e verificaremos se de fato o gramático, no decorrer da obra, tenta enquadrar-se nos moldes historicistas.

Iniciando a nossa análise da *retórica* apresenta pelo gramático, na parte inicial da obra, durante a seção “Lição I”, Ribeiro (1889) discorre sobre a definição de gramática que seguirá. De acordo com o autor, “grammática é a coordenação das formulas, leis ou regras, segundo as quaes uma lingua é falada ou escita” (p. 1). Ribeiro (1889 [1887]) complementa afirmando que “esta definição é deduzida da observação dos factos da linguagem” (p. 1).

Inicialmente, podemos perceber que o gramático já leva em consideração dados da língua falada e apresenta uma *retórica de ruptura* a favor de um fazer gramatical que toma como base a observação dos fatos da linguagem. É possível observar que esse argumento ganha força quando, após essa definição de gramática, Ribeiro (1889 [1887]) apresenta sua vinculação com o modelo gramatical histórico-comparativo e defende que

o estudo *histórico* como o *comparativo* são inseparáveis e constituem o methodo historico-comparativo, essencial à sciencia das línguas. No caso da língua portugueza, os elementos *historicos* são fornecidos pelo latim, pelo portuguez antigo e pelas influencias das linguas extranhas, em diversas épocas; os elementos *comparativos* acham-se na analyse das linguas romanas, o italiano, o francez, o hespanhol, que todas se originam do latim barbaro da edade-média (p. 2).

Diante disso, se confirma a vinculação do gramático com o paradigma gramatical histórico-comparativo, pelo menos em nível retórico, mostrando que Ribeiro (1889 [1887]) estava ciente dos preceitos base desse modelo gramatical. De fato, isso se

confirma quando consideramos que essas gramáticas foram produzidas para se adequarem ao programa de estudos de Fausto Barreto, que adotava claramente uma orientação histórico-comparativa (BORGES NETO, 2018).

Outro dado interessante retirado dessa gramática é que Ribeiro (1889 [1887]) reconhece as características próprias da língua portuguesa do Brasil. Segundo o gramático, o português do Brasil em relação ao português de Portugal apresenta “diferenças notáveis de prosodia e de syntaxe” (p. 306).

Contudo, podemos perceber que, como na gramática de Júlio Ribeiro, por exemplo, o posicionamento das especificidades do português do Brasil ocupa um lugar periférico no decorrer da obra. Estas especificidades aparecem como observações complementares das regras gramaticais explanadas. Junto com essas explicações complementares dadas às especificidades da língua portuguesa do Brasil, é comum aparecer expressões que as denigrem.

Após observamos a *retórica de ruptura* de Ribeiro (1889 [1887]) em favor de um novo fazer gramatical, realizamos o mapeamento dos dados sintáticos do português do Brasil nesta obra e chegamos a um quantitativo de sete (07) referências.

A seguir, analisaremos os dados extraídos para interpretarmos como o autor da gramática, Ribeiro (1889 [1887]), apresenta as especificidades sintáticas da língua portuguesa do Brasil do período.

Excerto 7 – Uso de pronome relativo no português do Brasil (RIBEIRO, 1889 [1887])

A expressão *O que é a vida?* com anteposição do pronome *o*, é provavelmente um brasileirismo. O uso clássico não admite anteposição do *o*. Os bons escriptores contemporâneos confirmam a omissão: *Mulher, que me pedes tu?* (Al. Herculano, *Arrhas*, VIU). A mesma syntaxe é observada nas linguas romanas. (1)” (p. 238).

Após a análise deste primeiro excerto retirado da gramática de Ribeiro (1889 [1887]), observa-se que o gramático ao tratar sobre o uso dos brasileiros do pronome demonstrativo *o* em anteposição do pronome interrogativo *que*, o julga como incorreção, em outras palavras, um brasileirismo. Vale apontar, entretanto, que a justificativa apresentada pelo autor para a proibição deste uso é o uso de escritores

clássicos da língua portuguesa de Portugal. Desconsiderando, assim, as diferenças sintáticas entre as línguas defendidas pelo gramático no início da sua obra.

Assim, apesar de Ribeiro (1889 [1887]) apresentar sua gramática como pertencente ao modelo histórico-comparativo, o gramático se contradiz ao desconsiderar os processos evolutivos da língua e contesta estes processos apresentando exemplos clássicos da literatura, não fugindo, assim, dos moldes do PTG.

A partir desse momento, todos os excertos que serão analisados foram retirados da seção intitulada “Brazileirismos” (p. 307), de modo que, para evitar repetições, resolvemos analisá-los de uma só vez.

Segundo Ribeiro (1889 [1887]), “os brazileirismos syntacticos consistem em construcções divergentes do cunho do vernaculo”. E, como podemos observar no exemplo analisado anteriormente, os brasileirismos são vistos como incorreções gramaticais cometidas pelos brasileiros, tomando como base a gramática da língua portuguesa de Portugal, e que devem ser evitadas.

Tendo esta definição em mente, passaremos para a análise dos dados.

Excerto 8 – Sistematização dos brasileirismos sintáticos (RIBEIRO, 1889 [1887])

1. O emprego do pronome *lhe*, como objectivo:

Amo-lhe = *Amo-o* (p. 309).

2. O emprego do pronome *elle*, como objectivo:

Vi elle = *Vi-o* (p. 309).

4. A anteposição indébita dos pronomes-complementos:

Me disse (*disse-me*)

Te chamou (*chamou-te*) (p. 309).

5. A regencia *para mim*, *para ti*, antes do infinito :

Para mim vêr (Sul).

= *Para eu vêr* (p. 309).

6. A preferencia das construcções:

Estou com fome. Estou com sede. Estou com febre.

Em vez de outras, de melhor uso vernaculo:

Tenho fome.

Tenho sede.

Tenho febre (p. 309).

7. O emprego da preposição *em* por *a* :

Chegou *na* janella

= Chegou *á* janella.

Vá *na* loja.

= Vá *á* loja (p. 309).

Como já esperado, uma vez que estes foram extraídos de uma seção de caráter periférico, intitulada “brazileirismos”, todos os dados sintáticos do português do Brasil aqui expostos são apresentados por Ribeiro (1889 [1887]) com caráter de proibição, não divergindo da postura adotada no excerto anterior.

Desta forma, após a análise do oitavo excerto, é observável que, apesar de o autor se propor a fazer uma gramática aos moldes histórico-comparativos, ou seja, considerando os aspectos evolutivos da língua ao decorrer da história a fim de os descrever, através “da observação dos factos da linguagem” (p. 1), Ribeiro (1889 [1887]) continua apresentando o português de Portugal como mirante de *gramatização*, mesmo após o rompimento de nível retórico com o modelo racionalista.

Para uma melhor visualização dos dados que aqui foram analisados, sistematizaremos os dados analisados e sua avaliação feita por Ribeiro (1889 [1887]):

Quadro 4- A avaliação dos dados sintáticos do português do Brasil em Ribeiro (1889 [1887])

Excerto	Fenômeno sintático do português do Brasil	Exemplo apresentado	Avaliação do gramático
7	Anteposição do <i>o</i> ao pronome interrogativo	O que é a vida?	Negativa
8	Pronome <i>lhe</i> como objeto direto	Amo-lhe	Negativa
8	Emprego do pronome <i>ele</i> como objeto	Vi elle	Negativa
8	Anteposição dos pronomes-	Me disse;	Negativa

	complementos	Te chamou	
8	Regência <i>para mim, para ti</i> , antes do infinito	Para <i>mim</i> vêr	Negativa
8	Construções “ <i>Estou com...</i> ”	<i>Estou com</i> fome; <i>Estou com</i> sede; <i>Estou com</i> febre	Negativa
8	O emprego da preposição <i>em</i> por <i>a</i>	Chegou <i>na</i> janella; Vá <i>na</i> loja.	Negativa

Fonte: Produção do autor (2020)

Após a realização desta análise de nível retórico e gramatical, chegamos a conclusão que esta gramática também segue os trilhos do PTG, e continua utilizando-se de exemplos retirados da literatura, além de ditar regras para reger os usos sintáticos do português do Brasil com base no português lusitano, ignorando, assim, as especificidades sintáticas que aqui se constituía.

A seguir, analisaremos a *Grammatica Portugueza – Curso Superior*, de João Ribeiro (1920 [1887]), a fim de verificarmos o tratamento dado pelo gramático às especificidades do português do Brasil.

5.3. *Grammatica Portugueza – Curso superior (1920 [1887]), de João Ribeiro*

A *Grammatica Portugueza – Curso Superior*, de João Ribeiro, publicada pela primeira vez em 1887, como a outra gramática de João Ribeiro por nós analisada, foi uma das gramáticas escritas com o objetivo de se enquadrar nos moldes requeridos pelo programa de Fausto Barreto. Achamos importante ressaltar que, apesar da nossa busca exaustiva, não obtivemos acesso à primeira edição da obra. Por essa razão, aqui analisaremos a décima nona edição da gramática, publicada no ano de 1920.

Apesar da distância temporal existente entre a publicação da primeira e da décima nona edição da obra, Ribeiro (1920) afirma que não ocorreu alterações na gramática, apenas a inserção de “um suplemento de anotações ao texto que se encontram no final do volume” (s/p).

Sobre o processo analítico adotado por nós, começaremos a nossa análise mapeando a *retórica* apresentada por Ribeiro (1920 [1887]) para verificarmos se nesta obra o autor apresenta uma *retórica de ruptura* ou de *continuidade* com o fazer gramatical previamente estabelecido. Em seguida, analisaremos o tratamento dado às

especificidades sintáticas do português do Brasil que foram encontradas no decorrer da obra.

Na parte inicial da obra, na seção intitulada “Prolegomenos”, Ribeiro (1920 [1887]) apresenta a definição de gramática que o mesmo seguirá. Segundo o gramático, “grammatica é a coordenação das formulas, leis ou regras da linguagem literária ou polida” (p. 3). Como na gramática anteriormente analisada, Ribeiro (1889 [1887]) complementa afirmando que “esta definição é deduzida da observação dos factos da linguagem” (p. 3).

Porém, apesar das similaridades com a gramática analisada na seção anterior, podemos perceber que nesta obra o gramático não leva em consideração dados da língua falada durante a exposição da sua definição de gramática, afirmando que a gramática deve ocupar-se da formulação de regras da linguagem literária e polida, enquadrando-se, assim, no crivo do PTG. Apesar disso, Ribeiro (1920 [1887]) afirma que a formulação destas regras deve ocorrer através da observação dos fatos da língua.

Outra similaridade encontrada entre as duas obras aqui analisadas deste gramático, é a sua possível vinculação, em nível retórico, com o paradigma gramatical histórico-comparativo, ao apontar que “grammatica historica é a que estuda os factos da língua em seus diversos períodos, desde a origem e formação até a epoca actual” (p. 3) e que “grammatica comparativa é a que estuda os factos communs ou diferentes, em grupo de linguas que têm a mesma origem” (p. 3). Desta maneira, é perceptível a *retórica de ruptura* apresentava por Ribeiro (1920 [1887]) à favor do novo modelo gramatical.

Para Ribeiro (1920 [1887]),

o estudo *histórico* como o *comparativo* são inseparáveis e constituem applicações do methodo historico-comparativo, essencial à sciencia das línguas. No caso da língua portugueza, os elementos *historicos* são fornecidos pelo latim, pelo portuguez antigo e pelas influencias das linguas estranhas, em diversas epocas; os elementos *comparativos* acham-se na analyse das linguas romanas, no italiano, no francez, no hespanhol, que todas se originam do latim barbaro da idade média (p. 4).

De fato, através da observação deste excerto, fica claro o gramático tinha conhecimento do modelo historicista, em nível retórico, expondo que Ribeiro (1920 [1887]) estava ciente dos preceitos bases que regem o modelo gramatical histórico-comparativo.

Entretanto, apesar de Ribeiro (1920 [1887]) ter consciência das características próprias da língua portuguesa do Brasil, ele condena o uso dessas especificidades do uso brasileiro e as denominam de “brazileirismos” (p. 169). Desta forma, podemos perceber que, como nas outras gramáticas aqui analisadas, o posicionamento dado pelo gramático às especificidades do português do Brasil é periférico no decorrer da obra. Os poucos exemplos aparecem como observações complementares das regras gramaticais apresentadas pelo autor.

Depois de realizarmos o mapeamento das especificidades sintáticas do português do Brasil nesta gramática, chegamos a um quantitativo de três (03) menções. Desta maneira, daremos continuidade analisando as menções extraídas para interpretarmos como Ribeiro (1920 [1887]) discorre sobre as especificidades sintáticas da língua portuguesa do Brasil do final do século XIX.

Excerto 9 – O uso de pronome interrogativo no português do Brasil (RIBEIRO, 1920 [1887])

A expressão O que é a vida? com anteposição do pronome o, é provavelmente um brasileirismo. O uso clássico não admite anteposição do o. Os bons escriptores contemporâneos confirmam a omissão: Mulher, que me pedes tu? (Al. Herculano, Arrhas, VIU). A mesma syntaxe é observada nas linguas romanas. (1)” (p. 169).

Inicialmente, um fato chamou nossa atenção. Ribeiro (1920 [1887]) apresenta este mesmo exemplo na sua gramática que foi analisada na seção anterior. O gramático ao discorrer sobre o uso, por parte dos brasileiros, do pronome demonstrativo *o* em anteposição do pronome interrogativo *que*, o apresenta como incorreção, e o denomina como um brasileirismo. Esta proibição se dá através de exemplos retirados da literatura clássica da língua portuguesa de Portugal, sem justificar o motivo que regem essa proibição.

Como na gramática analisada anteriormente, apesar de Ribeiro (1920 [1887]) apresentar no decorrer da sua gramática um *retórica de ruptura* a favor do modelo historicista, o gramático se contradiz ao não considerar os processos evolutivos sofridos pela língua e contesta estes processos apresentando exemplos retirados da literatura clássica da língua portuguesa de Portugal, sem a apresentação de motivos para a proibição destes usos. Deste modo, não foge, novamente, do PTG.

Realizada a análise deste excerto, passaremos para a análise do próximo excerto.

Excerto 10 – Colocação do pronome oblíquo no início de frases do português do Brasil (RIBEIRO, 1920 [1887])

4. Nunca se começa phrase ou período com o pronome oblíquo. «Me dê», «me faça», etc., são brasileirismos que devem ser evitados” (p. 231).

Não fugindo do posicionamento adotado em relação às outras especificidades da língua portuguesa do Brasil aqui analisadas, ao discorrer sobre a colocação de pronome oblíquo no início de frases do português do Brasil do final do século XIX, Ribeiro (1920 [1887]) condena o uso, descrevendo-o como um brasileirismo, cujo uso, por essa razão, deveria ser evitado. Apresentando novamente a língua portuguesa de Portugal como referência, foge, mais uma vez, da definição de gramática por ele defendida.

Excerto 11 – Uso do pronome pessoal *ele*, *ela*, *eles* e *elas* como objeto do verbo (RIBEIRO, 1920 [1887])

Costumam todos os philologos designar por brasileirismo (e eu em tal conta sempre o tive, até não ha muito) o uso do pronome pessoal *elle*, *ella*, *elles*, *ellas*, como objecto do verbo :<<Eu vi *elle*, Eu deixei *elle*.>>” (p. 258).

O excerto aqui apresentado foi retirado da seção intitulada de “Archaismos syntacticos” e, como já podemos inferir, o autor julga o uso dos pronomes pessoais *ele*, *ela*, *eles* e *elas* como objeto do verbo como um brasileirismo, em outras palavras, inapropriado.

Desta forma, apesar de o autor se propor a fazer uma gramática aos moldes do modelo historicista, não desconsiderando os aspectos evolutivos da língua no decorrer da história com o objetivo de os descrever, Ribeiro (1920 [1887]) apresenta novamente o português de Portugal como modelo a ser seguido, mesmo após o rompimento claro de nível retórico com o modelo racionalista apresentado pelo autor.

Passaremos agora à sistematização dos dados obtidos desta gramática:

Quadro 5 - A avaliação dos dados sintáticos do português do Brasil em Ribeiro (1920 [1887])

Excerto	Fenômeno sintático do português do Brasil	Exemplo apresentado	Avaliação do gramático
9	Anteposição do <i>o</i> antes de pronome interrogativo	O que é a vida?	Negativa
10	Colocação do pronome oblíquo no início de frases do português do Brasil	Me dê; Me faça.	Negativa
11	Uso do pronome pessoal <i>ele, ela, eles e elas</i> como objeto do verbo	Eu vi elle; Eu deixei elle.	Negativa

Fonte: Produção do autor (2020)

Após analisarmos as menções extraídas de Ribeiro (1920 [1887]) fica claro que esta gramática segue os trilhos do PTG, apresentando a literatura pregressa como base do fazer gramatical. Além disso, Ribeiro (1920 [1887]) preocupa-se em ditar regras puristas para reger o uso do português do Brasil com base no português lusitano, proibindo todos os usos das especificidades sintáticas aqui citadas, as quais no Brasil se constituía.

A seguir analisaremos as *Noções de Grammatica Portugueza*, de Manuel Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, para observamos o tratamento dado pelos gramáticos às especificidades da língua portuguesa do Brasil em nível sintático.

5.4. *Noções de Grammatica Portugueza* (1887), de Manuel Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade

De acordo com Pacheco & Lameira (1887), o projeto inicial da *Noções de Grammatica Portugueza* surgiu com objetivo inicial de “escrever uma grammatica completa da lingua portugueza, rompendo em lucta com a tradição” (p. 3). Contudo, os gramáticos afirmam que

O novo programma para os exames geraes de preparatórios, porem, veio fazer-nos mudar do propósito. E’ que muitos dos pontos nelle exigidos para os exames de portuguez não se encontrando nas grammaticas que por ahí correm impressas, e os alumnos não tendo fontes onde possam haurir a instrucção de que carecem, resolvemos vir ainda uma vez em auxilio da mocidade estudiosa (p. 3).

Já na introdução da gramática podemos perceber a intenção inicial dos gramáticos de apresentar um fazer gramatical a fim de romper com a tradição gramatical da época. Porém, surgiu a necessidade de Pacheco & Lameira (1887) se adequarem ao programa de Fausto Barreto, tendo, assim, que escrever uma gramática visando os exames preparatórios do Colégio Pedro II. De fato, essa colocação dos gramáticos, como explanamos na seção referente à *liderança organizacional*, reafirma a influência do programa de Fausto Barreto no fazer gramatical do final do século XIX.

Neste contexto, *Noções de Grammatica Portuguesa* é a terceira gramática aqui analisada²⁸ que visava atender aos critérios requeridos pelo programa de Fausto Ribeiro.

No início da obra, na “primeira lição”, Pacheco & Lameira (1887) apresentam a definição de gramática seguida pelos autores. De acordo com os gramáticos, “grammatica geral é o estudo dos factos e das leis da linguagem em toda sua extensão” (p. 5). Além disso, os gramáticos defendem que “grammatica geral é propriamente o estudo da linguagem (glottologia), isto é, o estudo dos meios extraordinariamente numerosos pelos quaes o genero humano, na diversidade das raças e na succeção dos tempos, exprimiu o pensamento” (p. 4).

Desta maneira, fica claro que os gramáticos já apresentam uma *retórica de ruptura* a favor de um fazer gramatical que considera a linguagem em toda sua extensão, além dos processos pelos quais a língua passa no decorrer do tempo. Indica-se, assim, um possível vínculo com o fazer gramatical histórico-comparativo.

Realmente, isso se confirma, uma vez que Ribeiro (1881) afirma que

Grammatica historica ou comparativa é a que emprega a *historia* e a *comparação* como instrumentos verificadores da linguagem. Só ella nos permite ensinar a dissecação scientifica dos vocabulos; permite remontar ao passado obscuro, muito além do ponto em que param a lenda e a tradição; pode reconstruir a fôrma typica das palavras desconfiguradas ou gastas pela migração e pelos séculos (p. 6).

Como nas outras gramáticas aqui analisadas escritas para se adequarem ao programa de Fausto Ribeiro, podemos perceber uma clara virada no tratamento retórico dado pelos gramáticos para a noção de gramática. Segundo Pacheco & Lameira (1887), o fazer gramatical deve considerar a história e o elemento comparativo para verificar as regras da linguagem. Desta forma, os gramáticos rompem em nível retórico com o modelo racionalista em relação à linguagem e ao objetivo do fazer gramatical.

²⁸As duas primeiras gramáticas foram Ribeiro (1889 [1887]; 1920 [1887]).

Contudo, sobre o tratamento gramatical dado ao português do Brasil na gramática de Pacheco & Lameira (1887), podemos perceber que o posicionamento das menções sintáticas da língua portuguesa do Brasil tem lugar periférico na obra. As poucas menções apresentadas pelos gramáticos aparecem como observações complementares às explicações centrais.

Desse modo, apesar de Pacheco & Lameira (1887) apresentarem parte inicial da introdução da gramática à vinculação com o fazer gramatical histórico-comparativo, ou seja, um fazer gramatical que considera os processos evolutivos das línguas no decorrer da história, os gramáticos não seguem esta noção, ficando apenas no nível retórico. Desta forma, seguem os trilhos do PTG.

Após realizarmos esta análise da retórica apresentada pelos gramáticos no decorrer da obra, passaremos para a análise dos dados sintáticos. Nesta obra foi mapeado um total de duas (02) menções ao português do Brasil em nível sintático. A seguir, analisaremos tais menções para interpretarmos como Pacheco & Lameira (1887) discute as especificidades sintáticas da língua portuguesa do Brasil na obra.

Excerto 12 – O uso de pronome em relação objetiva em inícios de frase no português do Brasil (PACHECO & LAMEIRA, 1887)

4 — Não se deve começar uma oração pelo pronome em relação objectiva (me parece, te disse, lhe fallei). O povo (no Brazil) conserva-se, porem aí ferrado ás formas proclíticas, que ainda são correntes no hesp. e no ital. (p. 493).

Pacheco & Lameira (1887), ao discorrer sobre a colocação de pronome em relação objetiva no início de frases do português do Brasil do final do século XIX, condena esta característica do português do Brasil, uma vez que afirma que “não se deve” fazer uso desta especificidade. Para justificar tal proibição, os gramáticos se utilizam do comparativo entre línguas.

Desta forma, podemos verificar que os gramáticos utilizam o elemento comparativo, oriundo da gramática histórico-comparativa, para condenar o uso desta especificidade sintática do português do Brasil.

Excerto 13 – O emprego da preposição *na* e do pronome sujeito pelo objeto no português do Brasil (PACHECO & LAMEIRA, 1887)

Diferenças Syntaxicas importantes [entre o português do Brasil e o português de Portugal] são raras, e apenas na linguagem vulgar: — *fui na casa, estava na janella* ; o emprego do pronome sujeito pelo objecto — *vi elle*, e tambem *vi-lhe, isto é para mim ler* (p. 511).

Neste excerto, Pacheco & Lameira (1887) apresentam duas especificidades do português do Brasil (o uso da preposição *na* por *a* e o emprego do pronome sujeito pelo objeto). Contudo, como no exemplo apresentado anteriormente, os gramáticos apresentam as duas especificidades do português do Brasil e condenam o seu uso, julgando-as como “língua vulgar”. Apesar da proibição proposta pelos gramáticos, nenhuma justificativa é apresentada para tal.

Deste modo, quando comparamos como o excerto analisado anteriormente, se confirma que a mudança do fazer gramatical apresentada pelos gramáticos continua apenas no nível retórico.

A seguir, sistematizaremos os dados analisados desta gramática:

Quadro 6 - A avaliação dos dados sintáticos do português do Brasil em Pacheco & Lameira (1887)

Excerto	Fenômeno sintático do português do Brasil	Exemplo apresentado	Avaliação do gramático
12	O uso de pronome em relação objetiva em inícios de frase	Me parece; Te disse; Lhe fallei.	Negativa
13	O uso da preposição <i>em</i> por <i>a</i>	Fui na casa; Estava na janella.	Negativa
13	Emprego do pronome sujeito pelo objeto	Vi elle; Vi-lhe; Isto é para mim ler.	Negativa

Fonte: Produção do autor (2020)

Depois de analisarmos as menções extraídas da gramática de Pacheco & Lameira (1887), podemos verificar que, apesar dos gramáticos se proporem a “escrever uma grammatica completa da lingua portugueza, rompendo em lucta com a tradição” (p. 3), seguem os trilhos do PTG e não rompem com a tradição gramatical.

Isso fica claro, uma vez que Pacheco & Lameira (1887) preocupam-se apenas em prescrever regras, condenando os usos do português do Brasil com base na tradição

gramatical, proibindo todos os usos das especificidades sintáticas aqui citadas. Além disso, é observável que os gramáticos não se preocupam em justificar as razões que regem a proibição dos usos sintáticos aqui apresentados, desconsiderando, assim, os processos históricos e sociais que influenciaram o estabelecimento desses usos que se constituíam no Brasil.

Na próxima seção analisaremos a *Grammatica Portugueza*, de Alfredo Gomes, para observarmos como os dados sintáticos do português do Brasil foram abordados nesta gramática.

5.5. *Grammatica Portugueza* (1913 [1887]), de Alfredo Gomes

Semelhante às outras gramáticas aqui analisadas em que a primeira edição tenha sido publicada no ano de 1887, a *Grammatica Portugueza*, de Alfredo Gomes, surge com o propósito inicial de se adequar às exigências do Colégio Pedro II. Porém, vale salientar que aqui analisaremos a décima quinta edição desta obra, publicada em 1913, cujo texto foi corrigido e argumentado pelo autor.

Diferentemente das gramáticas até aqui analisadas, a gramática de Gomes (1913 [1887]), além de trazer a definição de gramática adotada, apresenta os conceitos de linguagem e língua entendidos pelo autor. Segundo o gramático,

Linguagem é o conjuncto de signaes oraes de que a humanidade se serve para representar as suas idéas. **Lingua** é propriamente a linguagem usada por uma ou mais nações, o falar exclusivo de um ou alguns povos. Não ha essencialmente differença entre linguagem e lingua: esta, porém, representa como uma parte do complexo immenso de vocabulos que constituem o meio, o vehiculo com que os homens se transmittem uns aos outros os seus pensamentos (p. 5-6).

Assim, após observar o fragmento apresentado na introdução da obra, fica claro que o gramático entende que a língua é um meio de comunicação utilizado pelos seres humanos a fim de representar suas ideias e seus pensamentos. Achamos interessante estas noções apresentadas por Gomes (1913), pois é possível perceber que a maioria dos gramáticos do período confundem língua e linguagem com gramática. Desta maneira, é possível verificar que o gramático entende tal distinção.

Outro dado interessante apresentado na introdução da obra é a menção à nova ciência que estava surgindo no período. Gomes (1913 [1887]) afirma que

Todo estudo, quer referente á origem e formação da linguagem, quer applicado aos principios capitaes, historia, classificação ou, ainda, extravagancias e particularidades das linguas em geral ou de um grupo de linguas, veio a receber o nome expressivo, embora mal formado, de **linguistica** (p. 6).

Podemos observar, assim, que o gramático inova ao apresentar dados e definições na sua obra que não eram comuns ao fazer gramatical da época.

Não diferindo das outras gramáticas escritas para se adequarem ao programa do Colégio Pedro II, escrito por Fausto Barreto, percebe-se uma virada no tratamento retórico dado pelos gramáticos para a noção de gramática. De acordo com Gomes (1913 [1887]), o gramático não deve desconsiderar a história e os processos evolutivos sofridos pela língua. Isso fica claro quando o gramático afirma que “**Grammatica** é a sciencia dos factos da linguagem, verificados em qualquer lingua” (p. 7).

Além da noção geral de gramática, Gomes (1913 [1887]) apresenta a sua vinculação teórica com o modelo histórico-comparativo quando afirma que “a verdadeira grammatica deve ser ao mesmo tempo historica e comparada” (p. 8). Segundo o gramático, “**Grammatica historica** é o estudo dos factos de uma lingua desde a sua origem até os nossos dias” (p. 7-8) e “**Grammatica comparada** é o estudo dos factos de uma lingua, feito em comparação com os de outra ou outras linguas” (p. 8).

Foi possível observar que nesta obra Gomes (1913 [1887]) apresenta uma *retórica de ruptura* com a gramática tradicional, em relação à linguagem e ao objetivo do fazer gramatical.

Entretanto, foi possível perceber que o posicionamento das menções sintáticas do português do Brasil continua ocupando um lugar periférico na obra. Como nas outras gramáticas anteriormente analisadas, as escassas menções sintáticas feitas pelo gramático aparecem como observações complementares às explicações centrais e de modo proibitivo.

Assim, apesar de Gomes (1913 [1887]) afirmar se vincular ao fazer gramatical do modelo histórico-comparativo, o gramático desconsidera tais noções durante o seu fazer gramatical, ignorando as especificidades sintáticas do português do Brasil, ficando apenas no nível retórico. Não foge, portanto, dos trilhos do PTG.

Após a realização da leitura desta gramática, conseguimos mapear um total de quatro (04) menções às especificidades sintáticas da língua portuguesa do Brasil. Analisaremos estas menções para entendermos como Gomes (1913 [1887]) discute tais especificidades na obra.

Excerto 14 – O uso do verbo *ter* no sentido de *haver* no português do Brasil (GOMES, 1913 [1887])

Por singular coincidência o brasileiro emprega o verbo *ter* como equivalente de *haver* em expressões como estas: TEM *muita gente na escola*. TINHA *muitas rosas no jardim*. É tal emprego brasileirismo que se deve evitar (p. 359-360)

O primeiro dado sintático da língua portuguesa do Brasil mapeado nesta gramática foi o uso do verbo *ter* com equivalente de *haver*. Entretanto, diferindo do esperado após a análise da *retórica de ruptura* apresentada pelo autor na introdução da obra, Gomes (1913 [1887]) não rompe com a tradição gramatical, apresenta este uso do português do Brasil e o condena, categorizando-o como “brasileirismo”.

Apesar de Gomes (1913 [1887]) apresentar esse movimento proibitivo dessa especificidade gramatical, os motivos para tal proibição não aparecem. Além disso, o autor também não se propõe a identificar os processos evolutivos que levaram a consolidação desta especificidade.

Desta forma, passaremos para a análise da segunda menção de dados sintáticos da língua portuguesa do Brasil feita na obra para verificarmos se o gramático mantém essa postura.

Excerto 15 – Síntese de dados sintáticos da língua portuguesa do Brasil da *Grammatica Portugueza* (GOMES, 1913 [1887])

É erro commum do povo do Brasil dizer *vi elle, conheci ella*, etc. Deve-se dizer : *vi-o, conheci-a* (p. 80).

Synthetizando, o brasileiro differe do portuguez: nas differenças de syntaxe, na linguagem popular, como em *vi ELLE* por *vi-o* ; *chegou NA PORTA* por *chegou Á PORTA* ; *recommendei A ELLE* que falasse *A ELLAS*, em vez de *recommendei-LHE* que *LHES* falasse (p. 420)

Nas differenças de syntaxe, na linguagem popular, como em *vi ELLE* por *vi-o* ;

chegou NA PORTA por chegou Á PORTA ; recommendei A ELLE que falasse A ELLAS, em vez de recommendei-LHE que LHES falasse (p. 465)

No decorrer desta obra é possível perceber a menção de dados sintáticos do português do Brasil em quatro momentos distintos. Ainda assim, encontra-se a repetição destes dados. Nos três excertos sistematizados acima, observa-se que o gramático apresenta uso do pronome pessoal *ele* como objeto do verbo. Além disso, Gomes (1913 [1887]), em dois dos três excertos, expõe o uso da preposição *na* por *à* e o emprego do pronome *lhe*, sempre apresentando os mesmos exemplos em todos os excertos.

Em todos os casos podemos observar que o gramático condena os usos destas especificidades do português do Brasil, pois afirma que “É erro commum do povo do Brasil” ou que se faz uso de uma especificidade “em vez” de outra. Porém, não foram apresentadas as razões que levaram Gomes (1913 [1887]) a propor tal proibição.

Assim, apesar da *retórica de ruptura* observada na introdução da obra a favor do fazer gramatical histórico-comparativo, o gramático continua condenando uso de dados sintáticos do português do Brasil, sem apresentar os motivos que o guiaram para propor estas proibições, contradizendo as definições apresentadas por ele no início da obra.

Para uma melhor visualização desta análise, sistematizaremos os dados analisados desta gramática:

Quadro 7 - A avaliação dos dados sintáticos do português do Brasil em Gomes (1913 [1887])

Excerto	Fenômeno sintático do português do Brasil	Exemplo apresentado	Avaliação do gramático
14	O uso do verbo <i>ter</i> no sentido de <i>haver</i>	TEM <i>muita gente na escola</i> ; TINHA <i>muitas rosas no jardim</i> .	Negativa
15	O uso da preposição <i>na</i>	Chegou NA PORTA.	Negativa
15	Emprego do pronome sujeito pelo objeto	Vi elle; Conheci ella.	Negativa
15	O emprego do pronome <i>lhe</i>	Recommendei A ELLE que falasse A ELLAS.	Negativa

Fonte: Produção do autor (2020)

Em síntese, quando cruzamos os dados sintáticos retirados desta gramática, podemos observar que a mudança do fazer gramatical apresentada pelo gramático

permanece no nível retórico. Perpetuam-se, assim, as bases do PTG e não se rompe com a tradição gramatical anterior, uma vez que a preocupação do autor recaí em apresentar regras puristas, censurando os usos do português do Brasil com base na tradição gramatical estabelecida anteriormente, proibindo todos os usos das especificidades sintáticas que o mesmo apresentou.

Em sequência, analisaremos os *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*, de Ernesto Carneiro Ribeiro, e verificaremos como o gramático apresentou as especificidades sintáticas da portuguesa do Brasil no decorrer da obra.

5.6. *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza* (1915 [1890]), de Ernesto Carneiro Ribeiro

Nesta seção analisaremos os *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza*, cuja primeira edição foi publicada em 1890, de Ernesto Carneiro Ribeiro. Entretanto, gostaríamos de chamar atenção para o fato de que aqui será analisada a segunda (2ª) edição dessa obra, publicada no ano de 1915.

Como já estabelecido anteriormente, começaremos nossa análise investigando o nível retórico da obra para observamos se o autor apresenta uma *retórica de ruptura* a favor do novo fazer gramatical que surgia no final do século XIX. Em seguida, mapearemos e analisaremos os dados sintáticos da língua portuguesa do Brasil apresentados no decorrer da obra para verificarmos como eles são discutidos.

Algo que foi possível de perceber através das nossas análises foi a crescente tentativa de apresentar o fazer gramatical como ciência. De fato, isso não era restrito ao fazer gramatical. Segundo, Schwarcz (1993) a tentativa de receber o *status* de ciência pôde-se ser vista por parte de diversas ciências humanas e sociais da época, e, como podemos ver no próximo excerto, a gramática tentou receber esse *status*. Podemos observar, assim, a influência do *clima de opinião* da época sob a produção gramatical.

De acordo com Carneiro Ribeiro (1915 [1890]), “considerada de modo theorico, pode a grammatica definir-se como a *sciencia da linguagem*” (p. 1). Além disso, chamou nossa a atenção o fato de que Carneiro Ribeiro (1915 [1890]) afirma que a gramática deve tomar como “objeto o estudo das leis ou normas segundo as quaes se exprime o pensamento pela linguagem, quer escripta, quer fallada” (p. 1), apresentando, deste modo, dados da língua falada como passíveis de serem gramatizados.

Divergindo da maioria das gramáticas aqui analisadas, Carneiro Ribeiro (1915 [1890]) define o seu entendimento de linguagem. Segundo o gramático, “linguagem é o conjuncto dos signaes pelos quaes o homem manifesta seus pensamentos” (p. 1). Esta definição se torna um indicativo de tentativa de mudança do fazer gramatical quando o gramático diz que “entre os signaes contam-se os gestos, os movimentos dos musculos do rosto, os caracteres escriptos, os sons articulados” (p. 1).

Desta forma, podemos perceber a tentativa do autor, pelo menos em nível retórico, de considerar dados pragmáticos durante o seu fazer gramatical, apresentando, assim, uma *retórica de ruptura* com o fazer gramatical tradicional do modelo racionalista. Deste modo, é observável que o gramático estava ciente das teorias linguísticas que estavam sendo discutidas naquela periodização.

Com efeito, isso se confirma. Carneiro Ribeiro (1915 [1890]) classifica seu fazer gramatical como pertencente ao histórico-comparativo. Ainda na introdução da obra, o gramático apresenta seu entendimento sobre esse fazer gramatical. De acordo com o autor, “a grammatica comparada estuda os idiomas investigando-lhes as analogias e semelhanças, as feições e ademanes particulares, comparando-lhes os factos, as transformações, a filiação, em seu desenvolvimento histórico” (p. 3).

O gramático segue reafirmando a importância dos dados históricos para o fazer gramatical, nas palavras do autor “esta recebe também a denominação de historica, porque não podem comparar dois ou mais idiomas sem os acompanhar em seu desenvolvimento histórico” (p. 3).

Dentre todas as obras aqui analisadas, podemos perceber uma maior retórica reafirmativa deste gramático sobre a necessidade de realizar um fazer gramatical que considere os elementos comparativos e históricos da língua. Nessa perspectiva, Carneiro Ribeiro (1915 [1890]) afirma que “a grammatica comparada e historica ligam-se de tal modo, tanto se auxiliam, que parecem não constituem duas sortes grammaticas, senão uma só, a que se poderá chamar de **histórico-comparada**” (p. 3).

Após essa análise dos dados retóricos extraídos da obra, foi mapeado os dados sintáticos do português do Brasil apresentados no decorrer da obra e verificado se o autor realmente realiza o que é proposto na sua introdução. Disto isso, nesta gramática, foi possível mapear uma (01) menção de especificidades sintáticas do português do Brasil, que será analisada a seguir:

Excerto 16 – O emprego do advérbio *mais* como elemento de reforço em frases negativas no português do Brasil (CARNEIRO RIBEIRO, 1915 [1890])

Com respeito ao advérbio *mais*, uso é vulgar entre os escriptores brasileiros dar-lhe ás vezes o valor significativo do advérbio *já*, em certas phrases negativas, onde intervem como elemento de reforço. Assim que se diz : *O doente não fallia mais, não se move mais; não resido mais naquelle sitio*; em vez de — *o doente já não falla, já se não move; já não resido naquelle sitio* (p. 730).

De fato, considerando a *retórica de ruptura* apresentada por Carneiro Ribeiro (1915 [1890]), a primeira coisa que nos chama atenção na análise dos dados sintáticos retirados da obra é o fato de ser mencionada apenas uma (01) especificidade sintática do português do Brasil no decorrer da gramática.

Disto isto, Carneiro Ribeiro (1915 [1890]) ao discorrer sobre o uso do advérbio *mais* com valor significativo do advérbio *já*, especificidade sintática do português do Brasil comum até aos escritores, o classifica como “uso vulgar”. Desta maneira, podemos observar que a única menção sintática feita ao português do Brasil é feita de maneira proibitiva. Além disso, é observável, como nas outras gramáticas aqui apresentadas, a falta de justificativas para a proibição deste uso.

Deste modo, a gramática de Carneiro Ribeiro (1915 [1890]) também apresenta uma *retórica de ruptura* a favor do novo fazer gramatical que tentava se estabelecer no final do século XIX e no início do século XX; porém, este apelo restringe-se ao nível retórico, não impactando, assim, o fazer gramatical do autor. Nesta perspectiva, é possível perceber no decorrer da obra que o gramático não rompe com o PTG, além de utilizar a língua portuguesa de Portugal como língua referência de gramatização.

Em seguida, analisaremos a *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas*, de Maximino Maciel, para discutirmos como o gramático apresentou as especificidades sintáticas do português do Brasil do período.

5.7. *Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas* (1914 [1894]), de Maximino Maciel

A *Grammatica Descriptiva Baseada nas doutrinas modernas*, de Maximino Maciel, publicada pela primeira vez em 1894, foi uma das gramáticas escritas, como o

título já sugere, que consideraram o modelo gramatical historicista. Achamos importante frisar que, apesar da nossa busca exaustiva, não obtivemos acesso à primeira edição da obra. Desta maneira aqui analisaremos a quinta edição da gramática, publicada no ano de 1914.

Na parte introdutória de gramática, Maciel (1914 [1894]) discorre sobre a recepção da sua gramática publicada anteriormente, a *Grammatica Analytica*, e afirma que a *Grammatica Descriptiva Baseada nas doutrinas modernas* trará uma “nova interpretação mais consoante com o progresso da linguística” (p. VIII). Esta tentativa de enquadrar-se nas proposições linguísticas da época ecoa no título da obra, pois o gramático afirma que a gramática foi produzida com base nas doutrinas modernas do período.

Ainda na primeira parte da obra, na seção intitulada “noções propedêuticas”, Maciel (1914 [1894]) apresenta as definições de gramática que guiaram seu fazer gramatical. Segundo o gramático, “grammatica é a systematização lógica dos factos e normas de uma lingua qualquer” (p. 1). Em sequência, Maciel (1914 [1890]) complementa afirmando que “grammatica portugueza é a systematização orgânica das normas e factos da lingua portugueza” (p. 1).

Deste modo, podemos perceber que Maciel (1914 [1894]) entende o fazer gramatical como a sistematização dos dados da língua, e não como a criação de regras com base numa literatura clássica. Desta maneira, podemos perceber que o autor apresenta uma *retórica de ruptura* a favor de um fazer gramatical baseado na observação dos dados da linguagem, como veremos na próxima citação.

Ainda nesta mesma seção, Maciel (1914 [1894]) apresenta sua vinculação com o paradigma gramatical histórico-comparativo e defende que

Grammatica historica é a systematização das normas da lingua desde a sua origem até os nossos dias, isto é, aquella que trata da evolução da lingua nos seus diversos períodos de formação.

Grammatica comparativa é a systematização das normas e factos de duas ou mais linguas comparadas entre si, isto é, nas suas diversas relações e divergências (p. 1).

Diante disso, fica clara a vinculação do gramático com o modelo historicista, em nível retórico, mostrando que Maciel (1914 [1894]) estava ciente e se propôs a seguir os preceitos que regem esse paradigma gramatical.

Contudo, apesar do conhecimento e da *retórica de ruptura* com o fazer gramatical tradicional apresentados na obra, como nas outras gramáticas já analisadas, o

posicionamento das especificidades do português do Brasil ocupa um lugar periférico no decorrer da obra.

Sobre o português do Brasil, Maciel (1914 [1894]) o classifica como um dialeto do português, este falado no Brasil, caracterizado pelo uso de “processos de construção irregular, próprios dos brasileiros, principalmente no trato familiar” (p. 400). Apresentando, assim, o “dialeto brasileiro” (p. 400) em nível de inferioridade.

O mapeamento dos dados sintáticos nesta obra mostrou um total quantitativo de três (03) menções de especificidades do português do Brasil. Dito isso, passaremos para a análise dos excertos retirados desta obra.

Excerto 17 – A concordância do verbo *haver* no português do Brasil (MACIEL, 1914 [1894])

Na dialectação brasileira dous são os phenomenos irregulares e anomalos, referentes ao emprego do verbo *haver* : 1.º A pluridade que o fazem assumir, até mesmo pessoas de certa cultura, tomando erroneamente o objecto por sujeito, ex. : « *Haviam pessoas, houveram festas* » em vez de *havia... houve...* (p. 359)

Neste primeiro excerto retirado da obra, Maciel (1914 [1894]), ao discorrer sobre a concordância do verbo *haver* com objeto feita na língua portuguesa do Brasil, condena tal uso desta especificidade sintática, apesar de afirmar que até as “pessoas de cultura” fazem uso desta especificidade.

Desta maneira, é observável que este uso sintático do português do Brasil já havia chegado na camada letrada da sociedade, fruto de um processo linguístico e social, porém, fugindo do esperado de uma gramática produzida sob os preceitos do modelo historicista, o gramático desconsidera esses processos, sem apresentar justificativas.

Assim, podemos observar um movimento que visa apresentar a língua portuguesa de Portugal como mirante de gramatização, através da defesa de regras criadas pela tradição gramatical, diferindo do fazer gramatical que o gramático se propôs a fazer.

Excerto 18 – O uso da dupla negativa no português do Brasil (MACIEL, 1914 [1894])

c) Não... não, ex. : « *Não* toques, minha musa, *não*... >> (3). « *Não* fiquei homem *não*, mas mudo e quedo » (4). Sendo este processo vulgarissimo no Brasil, não o podemos impugnar, por occorrer nos clássicos mais notáveis, como já o vimos (p. 363).

Diferentemente do excerto anterior, Maciel (1914 [1894]), apesar de qualificar o uso da dupla negativa como um “vulgarismo”, descreve esta especificidade da língua portuguesa do Brasil, e não proíbe seu uso. Contudo, podemos observar que a aceitação deste uso, por parte do gramático, se deu pela ocorrência frequente nos clássicos da literatura. Desta forma, esta gramática também segue os trilhos do PTG e continua apresentando regras puristas para reger os usos com base na literatura clássica.

Excerto 19 – Usos sintáticos do português do Brasil (MACIEL, 1914 [1894])

d) o brasileiro, que se fala no Brazil e se revela no uso de termos exclusivamente brasileiros e em certos processos de construção irregular, proprios dos Brasileiros, principalmente nò tracto familiar, ex. : estar *na* janella, isto é para *mim* ver, vi *elle* entrar, *tem* missa hoje. (p. 400)

Adotando uma posição diferente da que pudemos observar no excerto anterior, nesta menção, Maciel (1914 [1894]) apresenta quatro usos sintáticos do português do Brasil (o uso da preposição *na* por *a*, o uso do pronome oblíquo *mim* antes de verbo, o uso do pronome pessoal *ele* como objeto do verbo e o uso do verbo *ter* no sentido de *haver*). Porém, apesar do número expressivo de menções da língua portuguesa do Brasil, o gramático condena todos os usos, julgando-as como “construção irregular”.

Desta forma, considerando o número de menções, condenação de usos e a falta de justificativas que regeram essas proibições, se confirma que a mudança do fazer gramatical apresentada pelo gramático continua apenas no nível retórico.

A seguir, sistematizaremos os dados analisados desta gramática:

Quadro 8 - A avaliação dos dados sintáticos do português do Brasil em Maciel (1914 [1894])

Excerto	Fenômeno sintático do português do Brasil	Exemplo apresentado	Avaliação do gramático
---------	---	---------------------	------------------------

17	A concordância do verbo <i>haver</i> no português do Brasil	<i>Haviam pessoas; Houveram festas.</i>	Negativa
18	O uso da dupla negativa	<i>Não</i> toques, minha musa, <i>não</i> ; <i>Não</i> fiquei homem <i>não</i> , mas mudo e quedo.	Neutra/Descritiva
19	O uso da preposição <i>em</i> por <i>a</i>	Estar <i>na</i> janella	Negativa
19	O uso do pronome oblíquo <i>mim</i> antes de verbo	Isto é para <i>mim</i> ver	Negativa
19	O uso do pronome pessoal <i>ele</i> como objeto do verbo	Vi <i>elle</i> entrar	Negativa
19	O uso do verbo <i>ter</i> no sentido de <i>haver</i>	<i>Tem</i> missa hoje	Negativa

Fonte: Produção do autor (2020)

Ao observarmos os dados aqui analisados, percebemos que esta gramática se propõe a romper, em nível retórico, com a tradição gramatical e a realizar um fazer gramatical com base no modelo historicista. Nesta perspectiva, Maciel (1914 [1890]) expõe o fazer gramatical na apresentação da sua gramática como sistematização lógica dos dados da linguagem.

Contudo, como nas outras gramáticas, isto fica apenas no nível retórico. O autor continua utilizando o português lusitano e as regras da tradição gramatical como base para a sua gramática, mesmo com a proposta de realizar um novo fazer gramatical.

Na próxima seção analisaremos a última obra selecionada para esta dissertação que está situada no século XIX. Desta maneira, a seguir discutiremos a Segunda *Grammatica da Infância*, de Francisco Ferreira Vihena Alves e verificaremos a posição ocupada pelas especificidades sintáticas do português do Brasil no decorrer da obra.

5.8. Segunda Grammatica da Infância (1897), de Francisco Ferreira Vihena Alves

A *Segunda Grammatica da Infância*, de Francisco Ferreira Vihena Alves, publicada em 1897, foi uma das gramáticas que fecharam a produção gramatical do século XIX. Frisamos que obtemos a primeira edição desta gramática, a que aqui será analisada.

Desta forma, inicialmente investigaremos a retórica apresentada por Alves (1897), tal como suas noções de língua, linguagem e gramática, para observarmos o seu

fazer gramatical, e buscaremos identificar se há menções de especificidades sintáticas do português do Brasil no decorrer da obra.

Na apresentação da sua gramática, Alves (1897) afirma que gramática divide-se em duas partes, Lexicologia e Syntaxe. De acordo com o gramático, “Lexicologia divide-se em trez partes: Phonologia, Morphologia e Taxonomia. A Phonologia comprehende a Phonetica, Prosodia e Orthographia” (s/p); e a “Syntaxe divide-se em seis partes Phraseologia, Syntaxe de funções, de concordância, de regência, Construcção, e a Pontuação (s/p)”. Além disso, o autor define Syntaxe como “a parte da grammatica que estuda as palavras reunidas e relacionadas formando proposições” (p. 10).

Após apresentar a divisão da sua gramática e as definições das suas partes, na introdução da obra, ambas não diferindo do esperado de gramáticas produzidas no final do século XIX, Alves (1897) segue apresentando a definição de gramática que será adotada na obra. Segundo o gramático, gramática “é o conjunto de regras fundadas nos factos da língua (p. 10)”.

Vale observar que, como outras gramáticas que aqui foram analisadas, Alves (1897) apresenta uma noção de gramática que, em teoria, deve observar os fatos da língua para observar as regras com a intenção de apresentá-las para o alunado. Porém, como os outros gramáticos até aqui analisados, Alves (1897) não apresenta o seu entendimento de língua e linguagem.

Entretanto, apesar de apresentar uma noção de gramática que sugere a observação dos fatos linguísticos para a criação de regras, Alves (1897) desconsidera as discussões vigentes na época e não apresenta menções às especificidades sintáticas do português do Brasil no decorrer da obra.

Acreditamos que a ausência das especificidades do português do Brasil, não apenas em nível sintático, se deu pela preocupação do autor de criar uma gramática de fácil entendimento para o alunado. Isso fica claro porque, no decorrer da obra, Alves (1897) apresenta definições dos elementos gramaticais e, após as explicações, diversas listas de exercícios, apresentando-se, assim, como uma típica gramática produzida sob o crivo do PTG.

Com esta obra terminamos nossas análises de gramáticas publicadas no século XIX, e, como podemos observar, apesar de uma crescente retórica favorável a gramatização através da observação dos processos evolutivos da língua e uma crescente aparição das especificidades do português do Brasil nas obras analisadas, o tratamento

sintático dado a tais especificidades, em 84.6 % dos casos, se configura de modo proibitivo e a partir de uma perspectiva de inferioridade à norma lusitana.

Na próxima seção analisaremos a *Grammatica Expositiva – Adaptada ao 1o, 2o e 3o anno dos gymnasios*, de Eduardo Carlos Pereira, para finalizarmos os nossos estudos sobre a inserção dos dados sintáticos do português do Brasil em gramáticas produzidas no período científico.

5.9. *Grammatica Expositiva – Adaptada ao 1o, 2o e 3o anno dos gymnasios* (1907), de Eduardo Carlos Pereira

Dando conclusão à nossa análise, chegamos à última obra que será analisada nesta pesquisa. Dentre as gramáticas tomadas como objeto de análise para essa dissertação, a *Grammatica Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira, será a única gramática aqui analisada cuja primeira edição é publicada no século XX. Publicada inicialmente em 1907, esta gramática aponta a importância da *Grammatica Portugueza* (1881) para os estudos gramaticais. Segundo Pereira (1907), “Júlio Ribeiro imprimiu nova direcção aos estudos grammaticaes; romperam-se os velhos moldes, e estabeleceu-se largo conflicto entre a eschola tradicional e a nova corrente” (prologo, p. I).

Como já havíamos observado nesta dissertação, apesar do aparecimento de uma nova corrente gramatical, liderada por Júlio Ribeiro, houve resistência dos gramáticos de então para a aceitação desse novo fazer. Observando este fato, Pereira (1907) afirma que “o erro está no exclusivismo de uma e de outra, ou, melhor, na confusão de ambas” (prologo, p. I). Sugerindo, assim, um fazer gramatical que considere as contribuições trazidas por ambas correntes.

Para justificar a realização de um novo fazer gramatical que considere as considerações da gramática tradicional e a gramática produzida no modelo histórico-comparativo, Pereira (1907) aponta que

os factos actuaes da lingua teem sua explicação racional nos antecedentes historicos da mesma lingua. E' na phonologia, morphologia ou syntaxe historicas que nós encontramos a razão de ser das regras actuaes da grammatica expositiva sobre a pronuncia, sobre a fórma dos vocábulos, ou sobre os processos syntacticos (prologo, p. I).

Assim, é possível observar a tentativa do autor de justificar a integração desses dois modelos gramaticais, pois, segundo o gramático, os fatos da língua passam por um processo de evolução no decorrer da história, que deve ser considerado no momento de gramatização da língua. Desta forma, é perceptível que Pereira (1907) apresenta uma *retórica de ruptura e de continuidade* com o fazer gramatical do século XX.

Ainda no Prólogo, Pereira (1907) aponta os objetivos da realização da sua gramática. Segundo o autor, estes são: “a) a fixação fácil da regra pelo frisante e agradável do exemplo”; “b) o enriquecimento do espírito da mocidade com o legado venerável da boa e velha linguagem contida nos proloquios populares” ; “c) a influencia salutar dos princípios moraes que elles conteem” (prologo, p. II).

Desta forma, apesar de percebermos uma *retórica de ruptura* à favor da utilização dos preceitos da modelo historicista, fica claro nos objetivos traçados pelo gramático um fazer gramatical mais voltado para os princípios da gramática tradicional, almejando uma fácil fixação de regras e preocupação com os princípios morais que estavam em voga no período.

Dito isso, Pereira (1907) afirma que a “Grammatica portuguesa é a exposição methodica das regras relativas ao uso correcto da língua portuguesa” (p. 3), apresentando, assim, uma visão purista da língua, baseando-se, como veremos mais à frente, na língua do colonizador.

Sobre as especificidades da língua portuguesa do Brasil, Pereira (1907) afirma que “seria talvez dar uma extensão indébita ao termo dialecto chamar a nossos brasileirismos de dialecto brasileiro” (p. 256). Para o autor, brasileirismos são vícios de linguagem, classificados como “termos e phrases peculiares ao portuguez falado no Brasil” (p. 256). Através desses trechos retirados da gramática é possível observar que o gramático se contradiz, pois inicialmente afirma que a língua passa por processos evolutivos em nível sintático, fonético e fonológico e que estes processos devem ser gramatizados, mas nega as especificidades do português do Brasil.

Nesta obra foi possível mapear duas (02) menções de dados sintáticos da língua portuguesa do Brasil. Verificaremos, em seguida, o tratamento dado pelo gramático a tais especificidades.

Excerto 20 – O uso do pronome substantivo em função objetiva no português do Brasil (PEREIRA, 1907)

Obs - E' erro vulgar no Brasil dar ao caso recto dos pronomes substantivos funcções objectivas, p. ex.: *Eu vi ELLE, elle viu NÓS, chama EU*, em vez de — eu o vi, elle nos viu, chama-me. Destes brasileirismos encontram-se, todavia, exemplos em classicos portuguezes; (p. 201).

Analisando o excerto 17, fica clara posição de negação ao uso desta especificidade do português do Brasil. Podemos observar, assim, que, apesar de Pereira (1907) propor-se a apresentar um fazer gramatical que mapeia as origens e o processo evolutivo dos dados da língua, o gramático continua proibindo o uso de especificidades sintáticas da língua portuguesa do Brasil na sua obra.

Como os outros gramáticos aqui apresentados, Pereira (1907) não apresenta as razões que o levaram à proibição de tal uso. Na verdade, ao apresentar esta especificidade sintática do português do Brasil, o gramático termina sua observação pontuando que tais usos aparecem em clássicos portugueses.

Analisando o fato de que o próprio Pereira (1907) tinha conhecimento do uso do pronome substantivo em função objetiva por parte dos clássicos portugueses, confirma-se a nossa hipótese de que o gramático, mesmo afirmando que os processos históricos são imprescindíveis para o fazer gramatical, continua apenas utilizando os saberes do modelo histórico-comparativo em nível retórico.

Feita essa análise do tratamento dado por Pereira (1907) ao emprego pronome substantivo em função objetiva do português do Brasil, observaremos a próxima, e última, menção feita pelo autor de dados sintáticos da língua portuguesa do Brasil.

Excerto 21 – A posposição de pronome oblíquo ao advérbio *não* entre escritores brasileiros (PEREIRA, 1907)

E' mui commum entre os classicos e entre os escriptores portuguezes anteporem o pronome obliquo ao adverbio *não*: «A Achilles *lhe não* bastou um mundo» (A. V.) — «Velei a pyra emquanto *se não* extinguiu» (A. C.) — « Eu é que *me não* atrevo a explicar-lh'o.» (A. C.). Ainda que menos commum, encontra-se a posposição, que, em geral, é preferida no falar dos brasileiros: «Flores de urze *não se* levam ao mercado» (A. C.) ~ «Tirou-lhe Jacob da mão o seepetro e *não lh'o* deu» (A. V.). Há uma collocação classica interessante do pronome obliquo antes do sujeito, extranha ao

falar no Brasil: «Isto que *vos eu* escrevo» (A. C.) — «Uma tarde de verão que *me eu* estava acompanhado só de minhas cogitações» (A. C.)—«Nomes com que *se* o povo neeio engana.» (C.) (p. 243).

Diferentemente do exemplo analisado anteriormente, no excerto 17, Pereira (1907) propõe-se apenas a descrever a posposição de pronome oblíquo ao advérbio *não*. Inicialmente, para descrever este uso, o gramático apresenta que o uso *comum*, utilizado pelos escritores portugueses, seria a anteposição do pronome oblíquo ao advérbio *não*, fazendo, assim, menção a língua portuguesa de Portugal, como língua de referência.

Após a realização dessa menção do uso do português lusitano, Pereira (1907) descreve o uso que, nas palavras do autor, é menos comum. Segundo o gramático, no português do Brasil, ocorre uma inversão desta regra. Assim, ao invés de ocorrer à posposição do pronome oblíquo ao advérbio *não*, é feita a posposição do pronome.

Desta maneira, destoando do exemplo anterior, Pereira (1907) contém-se apenas em descrever uma especificidade sintática do português do Brasil, sem aplicar juízo de valor sobre a mesma, e apresenta o uso do português de Portugal apenas em tom de comparação.

Feita a nossa análise das duas menções sintáticas do português do Brasil no decorrer desta obra, sistematizaremos os dados que aqui foram analisados.

Quadro 9 - A avaliação dos dados sintáticos do português do Brasil em Pereira (1907)

Excerto	Fenômeno sintático do português do Brasil	Exemplo apresentado	Avaliação do gramático
20	O uso do pronome substantivo em função objetiva	<i>Eu vi ELLE;</i> <i>Elle viu NÓS;</i> <i>Chama EU.</i>	Negativa
21	A posposição de pronome oblíquo ao advérbio <i>não</i>	Flores de urze <i>não se</i> levam ao mercado; Tirou-lhe Jacob da mão o seepetro e <i>não lho</i> deu.	Neutra/Descritiva

Fonte: Produção do autor (2020)

Apesar de, após realizarmos o mapeamento da retórica apresentada pelo autor, esperarmos encontrar um número mais significativo de menções da língua portuguesa do Brasil nesta obra, foi possível analisarmos estes dois dados sintáticos e chegarmos à

conclusão de que, apesar do gramático tentar apresentar os usos do português do Brasil, a menção ao português de Portugal sempre é utilizada como língua de referência. Além disso, mesmo com o número escasso de especificidades e a menção à língua portuguesa de Portugal, um dos dois usos é fortemente proibido pelo autor.

5.10. Sistematização dos fenômenos sintáticos do português do Brasil mencionados nas gramáticas fontes da pesquisa e a avaliação feita pelos gramáticos

Apresentaremos, a seguir, uma sistematização feita de todas as menções de dados sintáticos do português do Brasil retiradas das gramáticas que foram analisadas neste capítulo e da avaliação feita pelos gramáticos.

Quadro 10 – Sistematização da análise de todas as menções à sintaxe do português apresentadas neste capítulo

Especificidade sintática do português do Brasil	Quantificação das menções	Avaliação feita pelos gramáticos
Uso de pronome substantivo em relação subjetiva	5	Ribeiro (1881), Ribeiro (1920 [1887]), Pacheco & Lameira (1887), Pereira (1907), Gomes (1913 [1887]) – Negativa
Pronome acusativo em relação subjetiva	3	Ribeiro (1881), Ribeiro (1889 [1887]), Maciel (1914 [1894]) – Negativa
Uso do pronome oblíquo <i>mim</i> para a conjugação de verbos	3	Ribeiro (1881), Ribeiro (1889 [1887]), Maciel (1914 [1894]) – Negativa
Uso do verbo <i>ter</i> com significado de <i>haver</i>	3	Ribeiro (1881), Maciel (1914 [1894]) – Descritiva/ Neutra Gomes (1913 [1887]) – Negativa
Emprego da preposição <i>em</i> por <i>a</i>	3	Ribeiro (1889 [1887]), Maciel (1914 [1894]), Gomes (1913 [1887]) – Negativa
Uso da dupla negativa	2	Ribeiro (1881), Maciel (1914 [1894]) – Descritiva/ Neutra
Anteposição do <i>o</i> antes de	2	Ribeiro (1889 [1887]), Ribeiro (1920

pronome interrogativo		[1887]) – Negativa
Colocação do pronome oblíquo no início de frases	2	Ribeiro (1920 [1887]), Pacheco & Lameira (1887) – Negativa
Anteposição indébita dos pronomes-complementos	1	Ribeiro (1889 [1887]) – Negativa
Sentenças interrogativas em que se pospõe o pronome sujeito ao verbo	1	Ribeiro (1881) – Descritiva/ Neutra
Uso do pronome <i>lhe</i> como objeto indireto	1	Ribeiro (1889 [1887]) – Negativa
Concordância do verbo <i>haver</i>	1	Maciel (1914 [1894]) – Negativa
Emprego do advérbio <i>mais</i> como elemento de reforço em frases negativas	1	Carneiro Ribeiro (1915 [1880]) – Negativa
Posposição de pronome oblíquo ao advérbio <i>não</i>	1	Pereira (1907) – Neutra/Descritiva
Emprego do pronome <i>lhe</i>	1	Gomes (1913 [1887]) – Negativa

Fonte: Produção do autor (2020)

Como podemos ver através da sistematização dos nossos dados, foram realizadas trinta (30) menções sintáticas do português do Brasil no decorrer das nove (09) obras aqui analisadas. Dentre todas as menções, o uso de pronome substantivo em relação subjetiva foi a especificidade sintática do português do Brasil mais citada, com um total de cinco (05) menções. Apesar disso, todos os gramáticos proibiram este uso sintático da língua portuguesa do Brasil, sem apresentar justificativas.

É possível observar, também, que na grande maioria dos casos em que os gramáticos apresentavam a mesma especificidade sintática, a avaliação feita por estes eram equivalentes. De fato, o único caso em que as avaliações feitas por gramáticos divergem é no uso do verbo *ter* com significado de *haver*, uma vez que Ribeiro (1881) e Maciel (1914 [1894]) mencionam essa especificidade do português do Brasil, sem aplicar juízo de valor, enquanto Gomes (1913 [1887]) a apresenta de maneira proibitiva.

Feitas essas últimas análises, apresentaremos, a seguir, nossas últimas considerações oriundas desta pesquisa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de mestrado surgiu com o objetivo de investigar o tratamento dado às especificidades sintáticas da língua portuguesa do Brasil em gramáticas produzidas entre 1880 e 1920. Dentre os principais motivos que nos levaram a adotar esta periodização, destacamos que menções significativas de dados sintáticos do português do Brasil começaram a aparecer a partir da publicação da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro, publicada em 1881. Este dado se confirmou através do nosso mapeamento e de um processo pré-analítico de gramáticas produzidas no século XIX.

Tendo interesse em mapear e analisar as menções sintáticas feitas em gramáticas produzidas há mais de um século, este trabalho foi realizado a partir do aparato teórico-metodológico da Historiografia da Linguística. Desta forma, durante a realização desta pesquisa, os *princípios de contextualização, imanência e adequação*, desenvolvidos por Koerner (1996), foram de grande valia.

Cientes da importância do *clima de opinião* da época e de seu impacto no pensamento linguístico, tal como no fazer gramatical do período, realizamos, como primeiro passo desta pesquisa, um mapeamento e, em um segundo momento, o estudo de textos que discutem o fazer gramatical no Brasil do final século XIX e início do século XX. Além disso, também, sempre que possível, apresentamos dados políticos e históricos que (in)diretamente puderam ter influenciado a produção dessas obras.

Desta forma, após definirmos o nosso objeto de estudo (dados sintáticos do português do Brasil) e o nosso recorte temporal (o período científico, mais especificamente de 1880 a 1920), propusemos a seguinte pergunta que ficou responsável por nos guiar durante a execução da pesquisa: *os gramáticos selecionados como fonte mudaram a concepção e a avaliação do português do Brasil, com a transição “racionalismo → cientificismo” e com o início de uma produção gramaticográfica de brasileiros para brasileiros?* Desta maneira, foi possível sempre observamos o tratamento dado às especificidades sintáticas da língua portuguesa do Brasil nas obras adotadas como fontes.

Através da análise dos dados retirados das nove gramáticas fontes desta pesquisa, foi possível perceber um não rompimento total com a corrente filosófica, no que diz respeito ao fazer gramatical, apesar de uma *retórica de ruptura* presente em todas as obras. Desta forma, consideramos que os nossos achados apontam para a ideia de *progresso relativo* (KOERNER, 1989), pois não ocorreu um rompimento total na

transição do modelo racionalista para o modelo historicista. Nessa perspectiva, o *progresso relativo* considera uma linha de desenvolvimento não linear, ao mesmo tempo em que sugere que a maneira de olhar uma abordagem não será como anteriormente, pois o que ocorre é um processo de evolução na abordagem utilizada anteriormente, como consequência dos avanços no campo de estudo.

Ademais, foi possível perceber a influência da *liderança intelectual* exercida por Júlio Ribeiro nas obras selecionadas. Parte das gramáticas aqui analisadas citam exemplos retirados da obra do autor e apresentam a importância das ideias do gramático para a ascensão do novo fazer gramatical que vigorava no final do século XIX. Nesse contexto, Fausto Ribeiro, através do seu papel de *liderança organizacional*, influenciou o sistema educativo e ajudou a criar as bases que auxiliaram no estabelecimento da corrente histórico-comparativa em solo brasileiro.

Além disso, é perceptível a produção de uma metalinguagem sob influência da tradição descritivo-normativa greco-latina e a presença da literatura clássica da língua portuguesa de Portugal como referência para a criação de regras para guiar os usos sintáticos do português do Brasil, criando, assim, uma contradição entre a *retórica de ruptura* adotada pelos gramáticos e o fazer gramatical realizado. Acreditamos que este não rompimento ocorreu por dois principais motivos: 1) pelo modelo ter surgido na periodização adotada na nossa pesquisa, ou seja, os gramáticos aqui apresentados foram formados dentro do modelo filosófico, como resultado do que Auroux (1992) chama de *horizonte de retrospectão*; e 2) pela clara preocupação dos gramáticos em produzir obras com fins pedagógicos.

Nessa perspectiva, para entendermos a importância do *horizonte de retrospectão* (Auroux, 1992) no processo de *gramatização*, primeiramente precisamos admitir que o desenvolvimento do conhecimento linguístico possui uma relação direta com o fator tempo. Desta maneira, é possível observar que este conceito está diretamente ligado à ideia de que há uma construção de memória na produção e divulgação do conhecimento. Todo conhecimento produzido é resultado de uma realidade histórica. Deste modo, vale apontar que a construção do saber desenvolve-se em uma espessura temporal (AUROUX, 1992), ou seja, esta construção resulta de um *horizonte de retrospectão* que deve ser considerado no fazer do historiógrafo da linguística.

Desta forma, é plausível afirmarmos que o não rompimento total dos gramáticos do período científico com a corrente anterior está diretamente relacionado com a formação que estes obtiveram dentro do modelo filosófico e a sua relação com o tempo.

Além disso, é plausível apontar que a *gramatização* de especificidades de dados da língua portuguesa do Brasil parte de um processo amplo, este sujeito a influências dos meios linguísticos e históricos. Nesse contexto, ao considerarmos o conceito de *horizonte de retrospectão*, devemos entender que as gramáticas aqui analisadas são produtos de estudos sobre a língua portuguesa desenvolvidos no decorrer do tempo. Deste modo, apesar de uma tentativa de rompimento em relação ao fazer gramatical filosófico, fica clara a falha dos gramáticos em executar o que foi proposto. Isso reflete diretamente no tratamento dado às especificidades da língua portuguesa do Brasil, uma vez que todas as menções feitas são de caráter marginal, como em seções voltadas para discutir vícios de linguagem, além da utilização de expressões para combater tais usos.

Isto fica bastante perceptível quando quantificamos os dados. Nas gramáticas das duas primeiras décadas aqui analisadas, apenas 15.4% das especificidades sintáticas não são apresentadas de modo proibitivo. Não divergindo muito, nas gramáticas das duas últimas décadas analisadas, somente em 14.2 % dos casos não é aplicado juízo de valor, ficando apenas no nível descritivo.

Em síntese, podemos perceber uma tentativa de todos os gramáticos em enquadrar-se na nova corrente gramatical que surgia no final do século XIX, estes motivados por aspectos políticos e linguísticos. Entretanto, após a análise dos dados sintáticos retirados das nove obras aqui analisadas, é bastante perceptível que estes mesmos gramáticos falham em seus propósitos declarados e não conseguem efetivamente apresentar um fazer gramatical nos moldes do modelo histórico-comparativo, ao menos não nesses instrumentos. Apesar disto, fica clara a influência que estas obras exerceriam no fazer gramatical das seguintes décadas, no que diz respeito ao tratamento das especificidades do português do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. **A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

_____. Unificação e diversificação da lingüística. Pesquisa documental de produção lingüística brasileira contemporânea (1968-1988). 1993. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira. Dossiê: **Todas as Letras**. São Paulo, v. 14, n. 1, p. 14-37, 2012.

ALVES, F. F. V. **Segunda Grammatica da Infância**. 2 ed. Pará. 1897.

AQUINO, J. E. Júlio Ribeiro no horizonte da retrospecção da gramatização brasileira. **Confluência**: Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, n. 52, p. 147-179, 2017.

_____. **O que há de materno na língua? Considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: UNICAMP, 2012.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BATISTA, R. O. **Introdução à Historiografia da Linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

BASTOS, N. B; PALMA, D. V. (ORG). **História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____. **História Entrelaçada 2: a construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na primeira metade do Século XX**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Constituição. Constituição política do Império Brasil: promulgada em 24 de março de 1824. Artigo 32 e 33. Disponível em: <<http://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BECKER, C. L. **The Heavenly City of the Eighteenth-Century Philosophers**. New Haven: Yale Univ. Press, 1932.

BORGES NETO, J. **História da Gramática**. Curitiba, 2018. (Mimeo).

CARNEIRO RIBEIRO, E. **Grammatica portugueza filosofica**. 1 ed. Bahia. 1881.

_____. **Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza, obra adaptada ao curso secundario da língua portugueza e adaptada ao novo.** 2 ed. Bahia. 1915.

CARNEIRO, Z.; GALVES, C. Variação e Gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro. **Revista de Estudos da Linguagem.** Belo Horizonte, p. 9-38, 2010.

CASAGRANDE, N. dos S. **A implantação da Língua Portuguesa no Brasil do século XVI: um percurso historiográfico.** São Paulo: EDUC, 2005.

CAVALIERE, R. **A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros.** 1 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

_____. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. **ALFA.** São Paulo, p. 45-69, 2001.

COELHO, O. F.; DANNA, S. M. D. G.; POLACHINI, B. S. O português do Brasil em gramáticas do século XIX. Confluência – **Revista do Instituto de Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, n. 46, p. 115-141, 2014.

COLOMBAT, B. *et al.* **Uma história das ideias linguísticas.** São Paulo: Contexto, 2017.

FAVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. **As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

_____. A gramática no Brasil: o período científico. s/d. (mimeo).

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. **As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2006

_____. **A gramática luso-brasileira e o método científico.** Filologia e Linguística Portuguesa, n. 9, p. 27-42, 2007.

_____. **As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FRANCO, M. I. S. de M. *Primeira metade do século XIX: em busca de uma identidade nacional: Frei Joaquim do Amor Divino e Caneca.* In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V (ORG.). **História Entrelaçada: a construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa do Século XVI ao XIX.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

GOMES, A. A. **Grammatica Portugueza.** 15 ed. 1913.

GURGEL, S. **O período dos estudos linguísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920).** Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Paulo. 2008, 142 p.

HYMES, D. Traditions and Paradigms. In: HYMES, D. (Ed.). **Studies in the History of Linguistics: Traditions and Paradigms**. London: Indiana University Press, 1974 - ou o texto de 1983.

KOERNER, K. Questões que persistem em Historiografia Lingüística. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p. 45-70, 1996.

_____. *Practicing linguistic historiography*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 1989.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1968 [1962].

MAIA, C. A. *A consciência da dimensão imperial da Língua na produção linguístico-gramatical portuguesa*. In: BRITO, A. M. (ORG.). **Gramática: História, aplicação e teoria**. Porto: Fundação Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2010.

MACIEL, M. de A. **Grammatica Descriptiva baseada nas doutrinas modernas**. 5 ed. Rio de Janeiro, 1914.

_____. **Grammatica Analytica baseada nas doutrinas modernas, satisfazendo ás condições do actual programma**. Rio de Janeiro. 1887.

MEDEIROS, E. M. **A abordagem da colocação pronominal em duas edições da Moderna Gramática Portuguesa, de E. Bechara (1961 e 1999): relações de (des)continuidades com a tradição gramatical do século XX**. Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. 2018, 75p.

MOURA NEVES, M. H. de. O legado grego na terminologia gramatical brasileira. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 55. n. 2. p. 641-654, 2011.

MURRAY, S. **Theory groups and the study of language in North America: a social history**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1994.

NOLL, V. **O português brasileiro: formação e contraste**. São Paulo: Globo, 2008.

PACHECO, M; LAMEIRA, B. P.. **Noções de grammatica portugueza de acordo com o programma oficial para os exames geraes de preparatórios do corrente anno**. 1 ed. Rio de Janeiro. 1887.

PEREIRA, E. C. **Grammatica Expositiva – adaptada ao 1o, 2o, 3o anno dos gymnasios**. 1 ed. 1907.

PFEIFFER, C. C. **A Língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX**. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Unemat, 2001. p. 167-183.

POLACHINI, B. S.; DANNA, S. M. D. G. **Dados sintáticos do português brasileiro em gramáticas brasileiras oitocentistas**. Estudos Linguísticos. São Paulo, vol. 45, n. 1, p. 192-202, 2016.

RIBEIRO, J. **Grammatica Portugueza**. 1 ed. 1881.

RIBEIRO, J. **Grammatica Portugueza – curso superior**. 19 ed. Rio de Janeiro. 1920.

_____. **Grammatica Portugueza – 3 anno**. 3 ed. Rio de Janeiro. 1889.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Revista Confluência**, n. 44-45, p. 39-59, 2013.

_____. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. **Revista Argentina de Historiografía Lingüística**. Buenos Aires, vol. 1, n. 1, p. 67-76, 2009.

VIDAL NETO, J. B. C. **A Grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro - um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo. 2010.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

_____. *Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas?*. In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. **Gramática brasileiras: com a palavra, os leitores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p. 19-69.

_____. **Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco. 2015.